

Mariateresa Muraca
Reinaldo Matias Fleuri
Orgs.

**Escrita
coletiva,
formação
e pesquisa:
uma experiência a
partir das eleições
brasileiras de 2022**

ESCRITA COLETIVA, FORMAÇÃO E PESQUISA

**Uma experiência a partir das
eleições brasileiras de 2022**

**Mariateresa Muraca
Reinaldo Matias Fleuri
(Organizadores)**

**ESCRITA COLETIVA,
FORMAÇÃO E PESQUISA**

**Uma experiência a partir das
eleições brasileiras de 2022**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Mariateresa Muraca; Reinaldo Matias Fleuri [Orgs.]

Escrita Coletiva, formação e pesquisa: uma experiência a partir das eleições brasileiras de 2022. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 144p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1010-0 [Digital]

1. Escrita Coletiva. 2. Formação. 3. Pesquisa. 4. Experiências. I. Título.

CDD – 370/410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

Sumário

- Prefácio. A Escrita Coletiva como uma prática de liberdade** 9
Adriane Lima
- Introdução. A Escrita Coletiva como metodologia didática na perspectiva da Educação Popular** 15
Mariateresa Muraca
- Prólogo. Significados emergentes na conjuntura política das eleições presidenciais de 2022 no Brasil** 25
Reinaldo Matias Fleuri
- Onda vermelha na Terra Firme: um olhar coletivo para uma manifestação político-social pró-Lula em um bairro periférico de Belém (PA)** 33
Jesyan Wilysses Oliveira Guimarães
Welison Alan Gonçalves Andrade
Beatriz Siqueira Nunes
Guilherme Borges da Silva Carneiro
- Corpo, deficiência e política inclusiva: EJAI/CRIE e NEP/UEPA como espaços de resistência nas eleições presidenciais no Brasil** 59
Emerson de Castro Lola
Kássya Christinna Oliveira Rodrigues

Eleições 2022 no Brasil: silenciamento x liberdade política no contexto de trabalho 89

Ester Miranda da Silva Pereira
Gláucia Nunes de Souza da Conceição
Marcelly Irene de Miranda Rosa
Márcia Cristina dos Santos Bandeira

Eleições 2022: contradições, resistências e perspectivas a partir de notícias veiculadas no 109

Jornal Nacional
Ely Carlos Silva Santos
Iêda Oliveira Mota
Rita de Cassia Florêncio Rocha Kasahara

Índice de ilustrações, fotografias e quadros

Figura 1: Mapa do bairro Terra Firme	39
Figura 2: Card da manifestação Pró-Lula do dia 26 de outubro de 2022 . . .	45
Fotografia 1: Equipe de profissionais da EJAI/CRIE em reunião de planejamento (CRIE/SEMEC, 24.10.22)	70
Fotografia 2: Reunião EJAI/CRIE (CRIE/SEMEC, 17.10.22)	70
Fotografia 3: Reunião EJAI/CRIE (CRIE/SEMEC, 24.10.22)	71
Fotografia 4: Dia do Servidor Público EJAI/CRIE ((Praça da República, 28.10.2022)	72
Fotografia 5: Práticas de Educação na EJAI (CRIE/SEMEC 27.10.2022)	74
Fotografia 6: Práticas de Educação na EJAI (CRIE/SEMEC 13.10.2022)	74
Fotografia 7: Práticas de Educação na EJAI (CRIE/SEMEC 03.11.2022)	77
Fotografia 8: Práticas de Educação na EJAI (CRIE/SEMEC 03.11.2022)	77
Quadro 1: Notícias selecionadas para Análise de Conjuntura.	116

Prefácio

A Escrita Coletiva como uma prática de liberdade

Adriane Lima¹

Este prefácio é um debate inicial epistemológico sobre a escolha metodológica da Escrita Coletiva como um caminho possível de construção textual, que nos remete a pensar possibilidades outras para a produção de dados e a organização dos textos. Destacamos que não estamos partindo da Escrita Coletiva como a divisão em partes e depois a somatória dessas partes, mas tratamos de analisar a compreensão da dimensão do coletivo como uma síntese cultural de ideias e sentimentos que estão presentes no momento da escrita do referido texto (Freire, 1987).

A problematização do individualismo é uma prática que movimenta diversos sentimentos, pois há entendimentos que estruturam e compõem o ser humano como ser social na perspectiva de uma dada concepção de sociedade. A concepção de sociedade que nos forma e constitui na contemporaneidade é a compreensão privatista do ser humano, bem como das ideias e de coisas. O tipo de relacionamento que estabelecemos é de propriedade privada, para nos lembrarmos um pouco da filosofia do libertarismo clássico.

As frases “*minha opinião*”; *minha “família*”; *minha casa*”; “*meus amigos*” e tantas outras afirmações que iniciam com o pronome possessivo traduzem a forma como estamos nos relacionando com tudo a nossa volta (pessoas, objetos, natureza e outras) e revelam exatamente a força do individualismo como pilar estruturante de nossa subjetividade. Todavia, a construção de uma atividade que se debruce sobre a Escrita Coletiva como algo vivo e possível nos leva a entender

¹ Professora da Universidade Federal do Pará.

a importância política e epistemológica de seus efeitos em nossa formação acadêmica e pessoal.

Penso que é de fundamental importância problematizar o individualismo, que se coloca como um estilo de vida competitivo e de disputa selvagem. Portanto, a proposta de uma metodologia que apresenta a Escrita Coletiva como um recurso para a produção do conhecimento suscita compreender que a curiosidade epistêmica está colocada diante de uma produção de subjetividade coletiva, aproximando curiosidades epistemológicas capazes de fortalecer o eu-coletivo e uma prática de escrita crítica e libertadora.

A escrita é um ato de alquimia, de criar alma, de buscar o “eu” do centro da existência humana, de desconstruir um “outro” que foi imposto, segundo Anzaldúa (2000). Nessa construção, o sujeito que nasce não é menos medroso, porém, é um sujeito muito mais corajoso, no sentido do “ser mais”, e decidido a escrever suas palavras. De certa forma, esse sujeito é retratado na coletânea sobre as eleições brasileiras de 2022, que trouxe a necessidade de refletir um contexto político completamente polarizado, com definições ideológicas e projetos políticos em campos contrários, porém não dialéticos. O livro apresenta duas questões fundamentais: 1- A problematização das dinâmicas sociais e das representações veiculadas em vários níveis, que possibilitou a construção do *corpus* da análise; 2- A Escrita Coletiva como uma estratégia de produção e estruturação do conhecimento.

Assim, no campo crítico da produção dessa escrita, apontamos que há uma necessidade de denunciar que o mundo que aí está não é um mundo que inclui as diferenças, as minorias e os que estão à margem do sistema capitalista. A história contada por seus dominadores não é a sua verdadeira história, existem vários lados negligenciados nesta versão oficial. Existe nos textos uma necessidade pulsante de construir um olhar problematizador e que se coloca no campo teórico crítico-reflexivo. Se pensar criticamente é uma tarefa que nos exige tempo e esforço, exercitar essa dimensão no coletivo é um desafio duplo, pois exige habilidade para sistematizar ideias, compreensões e se colocar em constante questionamento para que não prevaleça uma única opinião ou um tipo exclusivo de verdade, exigindo uma desconstrução de postura individualista para a construção de um diálogo coletivo.

A escrita é um instrumento que nos permite penetrar nos mistérios, mas é também uma proteção, porque além de distanciar, ajuda a sobreviver (Anzaldúa, 2000). Anzaldúa (2000) nos conduz para o desvelamento do que parece simples, do ato de escrever como caminho para a autonomia dos sujeitos, com a escrita como um processo de descoberta interior e de superação de um ser vitimado pelas atrocidades de um sistema tão desumanizador.

Entendemos que a metodologia, como um campo de construção do conhecimento que nos auxilia na escolha de teorias e na lógica do raciocínio para a tão esperada construção de interpretações e análise, não é algo simples. Podemos associá-la, metaforicamente, ao processo de produção de um tecido que, utilizando-se de diversos fios e com o auxílio de uma lançadeira, transpassa os feixes de fios e dá forma à tessitura de uma peça. Preocupamo-nos, nessa tessitura da Escrita Coletiva metodológica, em ser coerentes com as questões investigativas, com as análises realizadas e as teorias de fundamentação do estudo que possam exercitar uma articulação coerente que se propõe a denunciar e anunciar numa relação constante e dialética.

Entendemos que o conhecimento não é exclusividade de poucos, bem como não está num lugar que podemos alcançar facilmente, mas que é uma prática interdependente produzida entre múltiplas realidades cotidianas e pessoas que são atravessadas por desejos, compreensões, verdades, negações e tantos outros sentimentos que mobilizam o ser humano na construção de um saber. Todavia, aqui o desafio é costurar sentimentos mobilizados sobre uma dada realidade que estão presentes em dois ou mais sujeitos que, por compromissos sócio-políticos, assumem a tarefa de construir entendimentos, conhecimentos, leituras e interpretações sobre os debates políticos e noticiários que ocuparam o cenário brasileiro durante o segundo semestre de 2022.

A Escrita Coletiva é um recurso didático-pedagógico que surge nos debates e vivências da Educação Popular e tem seus princípios estruturados na democracia, dialogicidade, respeito, pensamento crítico, personalização da pessoa humana (contrapondo-se ao individualismo), na concretude da realidade social e outros.

Para Freire (1987), o diálogo inaugura uma educação democrática, pois possibilita um duplo encontro: entre sujeitos, no qual é constituído

o processo de ensino e aprendizagem; e entre diferentes saberes, que, numa dimensão epistemológica, rompe com a lógica bancária de aprender, pois todos os saberes são considerados válidos e importantes, desmistificando a sobreposição de um saber sobre o outro.

Podemos afirmar que a Educação Popular movimenta a formação da produção do conhecimento e a sua sistematização. Isso acontece porque ela mobiliza diversas correntes teóricas como diretrizes fundantes como: a visão cristão-humanista e a influência do pensamento materialista histórico-dialético de Marx e filósofos marxistas como Gramsci e Althusser, dando o caráter crítico e libertador da Educação Popular, revelando as bases ideológicas conservadoras da educação tradicional e a base opressora do capitalismo. A Educação Popular parte da realidade social concreta das classes oprimidas, pois é no processo da criticidade que os dominados poderão enxergar e construir o saber, como sujeitos da sua história.

Gramsci (1991) aponta a importância de pensar uma educação que parta da organização e do interesse coletivo dos grupos oprimidos, que reflita sobre sua condição de classe, o que possibilitaria a corporificação de um projeto revolucionário da sociedade. Para o autor, a educação é um ato conscientizador, isto é, permite ao homem e à mulher a compreensão orgânica da realidade por eles construída com outros homens e mulheres.

Os fundamentos gramscianos compõem a prática coletiva da Educação Popular à medida que buscam, via processo conscientizador, permitir às classes populares desvelarem as estratégias de hegemonia dos grupos dominantes e desenvolver uma contra-hegemonia que parta de uma aliança política dos explorados objetivando a direção de classe. Gramsci (1991), seguindo a tradição de Karl Marx, postula que a Educação Popular retoma a noção de uma educação que integre trabalho intelectual com o trabalho manual, estando presente o vínculo que concebe a relação entre ciência e trabalho; cultura e técnica; teoria e prática.

Diante desses fundamentos teóricos, consideramos que a Escrita Coletiva se apresenta como um grande recurso metodológico libertador, pois promove rupturas estruturais com um tipo de ciência objetificada,

com um conhecimento alienado, isolado e individualista, promovendo um conhecimento construído em coletividade, na concatenação de saberes.

Em nosso arremate desses comentários iniciais, evidenciamos que a Escrita Coletiva se apresentou como um recurso democrático para a produção do conhecimento, pois enfrenta um dos pilares estruturantes do sistema capitalista: o individualismo. Assim, coloca-se em evidência a possibilidade de diálogos de saberes, confronto de ideias e a sistematização democrática na intenção de produzir um conhecimento que melhor represente o coletivo.

Diante disso, a Escrita Coletiva promove algumas rupturas epistemológicas como: 1- Escrever não precisa ser uma ato isolado; 2- Escrever não se configura numa ação dolorosa, mas em um grande espaço de reflexão coletiva e múltiplas ideias; 3- Escrever não se converte em uma preocupação em estar certo ou errado, pois como atividade dialógica e democrática, exerce os princípios do respeito e da inclusão; 4- Escrever coletivamente promove relações de respeito e de escuta do eu-outro; 5- Escrever numa perspectiva coletiva promove uma construção de saber democrático e amplo conhecimento; 6- Escrever coletivamente movimentam a práxis educativa crítica e libertadora.

Referências

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, jan. 2000. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 29 dez. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Introdução

A Escrita Coletiva como metodologia didática na perspectiva da Educação Popular

Mariateresa Muraca¹

Introdução

De acordo com Peter Mayo e Paolo Vittoria (2017), autores e abordagens distintas reconduzíveis à Educação Popular e à Educação Crítica têm como um dos mais fortes elementos comuns a valorização da dimensão coletiva na produção do conhecimento. Essa dimensão não só é reconhecida, mas também potencializada por meio da criação de metodologias educativas cooperativas e experiências comunitárias que se contrapõem ao individualismo enquanto marca do capitalismo e de outros sistemas de poder nas instituições educacionais, na realidade social e nas nossas vidas.

Nesse sentido, “Escrita Coletiva” pode ser considerado um termo amplo que compreende uma grande variedade de reflexões e práticas pertencentes a lugares e tempos diversos. Um exemplo ilustre é representado pelos livros dialogados de Paulo Freire com outros autores: neles, o pensamento está enraizado na oralidade, é posto em movimento por uma interlocução baseada em um tema inicial concordado e é alimentado graças às oportunidades geradas no espaço imprevisível da relação.

Nas páginas que compõem esta coletânea, todavia, a expressão “Escrita Coletiva” é usada em um sentido mais restrito, em referência a uma realidade específica: a Escola de Barbiana, fundada por Dom Lorenzo Milani, em 1954, no vilarejo de Barbiana, na Itália. Os

¹ Professora do Instituto Universitário Dom Giorgio Pratesi (Itália).

propósitos desta introdução, portanto, são dois: primeiramente, contextualizar a prática da Escrita Coletiva na Escola de Barbiana do ponto de vista histórico, explorando seus princípios político-pedagógicos; em seguida, analisar uma reinvenção específica dessa metodologia, realizada com uma turma do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará no interior de um percurso que articulou didática e pesquisa-participante.

A Escrita Coletiva na Escola de Barbiana

Dom Lorenzo Milani (1923-1967) é, juntamente com Danilo Dolci, Ada Gobetti, Aldo Capitini e Mario Lodi, um dos principais protagonistas da Educação Popular na Itália. Essa deve ser entendida sobretudo como um movimento de educadores e educadoras engajados com os grupos oprimidos que, na segunda metade do século passado, recolhendo o legado da Resistência ao fascismo e interpretando os anseios de democratização da sociedade, deram origem a importantes experiências educativas e reflexões pedagógicas.

Nascido em uma família laica de intelectuais, Dom Lorenzo Milani se converteu ao catolicismo em 1943 e, quatro anos depois, tornou-se sacerdote. Em um cenário de forte polarização devido ao impacto da Guerra Fria na Itália, onde a Igreja Católica e o Partido Comunista disputavam o consenso da população, Dom Lorenzo Milani acreditava e praticava a educação como meio de elevação cultural, conscientização política e auto-organização das classes populares. Ele logo se tornou conhecido como um “padre rebelde”.

Nesse sentido, seu envio por parte das hierarquias eclesiásticas para Barbiana, numa igreja de montanha onde há muito tempo não existia uma paróquia, é lido pelos estudiosos como uma tentativa de afastá-lo e silenciá-lo (Gesualdi, 2016). A história, todavia, tomou outro rumo. Embora Dom Lorenzo Milani tenha continuado a atuar na contracorrente até o último dia da sua curta vida, a experiência da Escola Popular por ele fundada ainda ecoa de Barbiana para o mundo, constituindo um ponto de referência fundamental para as pessoas que enxergam na educação um meio de transformação social.

A Escola de Barbiana acolhia os filhos de camponeses e operários expulsos de uma escola pública ainda extremamente seletiva e elitista. Funcionava 365 dias por ano e durante o dia inteiro, não previa notas e recusava as brincadeiras – pois, na visão de Dom Lorenzo Milani, frequentar a escola já era em si uma diversão para os mais pobres. Ao mesmo tempo, nela se experimentavam muitas inovações educativas. Era uma escola laica e classista, que visava combater a mentalidade burguesa e superar as desigualdades com base na “luta à timidez” considerada a marca mais evidente do silenciamento historicamente imposto aos oprimidos. Nela, o ritmo de estudo era determinado pelos que tinham mais dificuldade, e os mais velhos ensinavam aos outros. Era o lugar onde os empobrecidos se apropriavam da palavra, aprendendo a falar, a expressar sua realidade social e, portanto, a exercer sua soberania e cidadania (Scuola di Barbiana, 1967).

A prática da Escrita Coletiva na Escola de Barbiana foi mobilizada por um convite de Mario Lodi (1922-2014), outro protagonista da Educação Popular italiana e cofundador do Movimento de Cooperação Educativa, inspirado na pedagogia de Célestin e Élise Freinet e ainda atuante. Mario Lodi era então professor da escola de Piadena, no Norte da Itália, e, junto com seus alunos, propôs aos meninos de Barbiana que empreendessem uma correspondência interescolar. Eles aceitaram, elaborando em resposta um primeiro texto coletivo.

Tratava-se de uma carta em cinco capítulos escrita por alunos com idade entre 12 e 16 anos e cuja redação tinha requerido nove dias. No primeiro dia, cada um tinha criado um texto individual com base na pergunta: “Por que frequento a Escola de Barbiana?”. No segundo dia, os textos individuais tinham sido lidos com o objetivo de identificar as expressões mais bem-sucedidas. A colheita do material selecionado tinha permitido, no terceiro dia, a definição da ordem dos temas. Portanto, no quarto dia, novos textos tinham sido compostos com base nessa ordem. A partir disso, no quinto dia, tinha sido redigida uma versão comum, que foi transcrita no sexto dia por cada aluno. Do sétimo ao nono dia, finalmente, o elaborado comum tinha sido corrigido frase por frase até chegar à versão definitiva.

Embora essa primeira tentativa já contenha todos os elementos de um processo coletivo, o fruto mais maduro da Escrita Coletiva na Escola

de Barbiana é, sem dúvida, o livro *Lettera a una professoressa* (Carta a uma professora), publicado no mesmo ano da morte prematura de Dom Lorenzo Milani e um ano antes da explosão do Movimento de Sessenta e Oito, que consideraria o livro uma referência fundamental. Na Carta, são elencados os princípios essenciais da Escrita Coletiva: ter algo de importante a dizer, que seja útil para todos ou para muitos; saber para quem se está escrevendo; coletar tudo o que for preciso; encontrar uma lógica para ordená-la; eliminar cada palavra desnecessária; eliminar cada palavra que não usamos ao falar; não impor limites de tempo.

A Carta é escrita com um estilo simples e essencial, e se configura como um ato de acusação à escola daquele tempo², que recusava a política e se representava como neutra, mas que, na realidade, reproduzia as relações sociais dominantes por meio das notas e das reprovações:

Chegando a este ponto, cada um atribui a culpa à fatalidade. É tão confortante ler a história em termos de fatalidade. Lê-la em chave política é mais inquietante: as modas tornam-se parte de um plano bem calculado para que Gianni³ seja cortado [da escola]. O professor apolítico se torna um dos 411.000 idiotas úteis que o padrão armou com diários de classe e boletins. Tropas de reserva encarregadas de parar 1.031.000 Gianni por ano (Scuola di Barbiana, 1967, pp. 67-68, tradução minha).

A partir disso, a Carta lança propostas radicais: não reprovar; oferecer escola em tempo integral aos que parecem estúpidos; aos outros é suficiente dar uma finalidade.

A Carta pode ser considerada uma autoetnografia coletiva elaborada pelos excluídos, revelando as lacunas da educação dominante e a necessidade da subversão da escola e da sociedade no seu conjunto. Mesmo que tal mudança esteja muito longe acontecer, é inegável a fecundidade da Escrita Coletiva para provocar questionamentos profundos e experimentações alternativas. Desde que se respeitem seus horizontes político-pedagógicos, de fato, o caráter aberto dessa

² É importante sublinhar que, naquela época, a escola na Itália era, em boa medida, ainda a escola elitista e excludente desenhada pela Reforma Gentile, um conjunto de leis do período fascista que o próprio Mussolini tinha definido como “A mais fascista das reformas”.

³ Gianni é o protagonista da Carta e representa os filhos das classes populares expulsos da escola pública.

metodologia possibilita sua reinvenção em diferentes contextos, animados pelos mesmos anseios de mudança social.

Análise de uma reinvenção

De outubro de 2022 a abril de 2023, a metodologia da Escrita Coletiva foi experimentada por uma turma da Universidade do Estado do Pará no âmbito do minicurso “Escrita Coletiva, formação e pesquisa na perspectiva da Educação Popular”, por mim proposto como parte das atividades do meu pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação. Contribuíram para a realização do minicurso vários agentes, entre deles: o professor Reinaldo Fleuri, coorganizador desta coletânea; a professora Ivanilde de Oliveira, então minha supervisora; Elisa Malungane, Joaquim Castigo, David Limpo, Arcanjo Horácio e Sousa Roupá, representantes dos vinte e oito professores moçambicanos, coautores do livro coletivo “À sombra de uma mangueira: um diálogo sobre uma experiência de educação para a paz em Gorongosa”; a professora Adriane Lima, o professor Paolo Vittoria, a professora Ceane Simões e o professor Albert Cordeiro, que – como direi mais adiante – participaram do processo de revisão e discussão coletiva dos textos.

Depois de duas aulas intensivas em que foram exploradas as dimensões político-pedagógicas da Escrita Coletiva, a turma pôde conhecer algumas experiências práticas por mim coordenadas. Concordamos em nos engajar diretamente em uma experimentação. O tema escolhido foi a transição eleitoral, em consideração da sua urgência e relevância para o grupo. A intenção era elaborar um conhecimento aprofundado e não óbvio sobre o assunto, a partir de vivências circunscritas mas significativas de pesquisa participantes nos contextos de vida e de trabalho, reais ou virtuais, dos participantes do minicurso. Esses se dividiram com base em seus interesses e possibilidades, de forma que se criaram quatro equipes, focadas em outros tantos contextos de pesquisa. As razões que motivaram as escolhas estão explicitadas e discutidas nos ensaios que compõem este livro.

Os alunos e as alunas tiveram liberdade para a identificação dos lugares, dos sujeitos e dos instrumentos de pesquisa, contando com meu apoio e do professor Fleuri. No decorrer da disciplina, todavia, foi

indicada, em forma de sugestão, a adoção da Análise de Conjuntura para a condução das vivências de pesquisa. A Análise de Conjuntura, de fato, é, especialmente na América Latina, um instrumento muito usado pelos movimentos sociais e pelos intelectuais a eles orgânicos para elaborar um conhecimento aprofundado e crítico sobre certo contexto sócio-político em um determinado momento de especial complexidade. Ela é muito relevante, sobretudo, nas fases de passagem, onde é necessário ler a realidade com lucidez para poder agir eficazmente. Não é uma técnica neutra: na perspectiva da Educação Popular, a Análise de Conjuntura é realizada a partir de sujeitos e grupos subalternos. Nos permitiria, portanto, compreender melhor os equilíbrios existentes, mas também possíveis horizontes de mudança, construindo um conjunto de reflexões coletivas (Comitato Organizzatore del Laboratorio Politico, 2019).

Com base na sistematização proposta pela Rede Nacional Freire-Boal (*ibidem*) – uma rede ativa na Itália que reúne ativistas, educadores e grupos comprometidos com a Educação Popular Freireiana e o Teatro do Oprimido – a Análise de Conjuntura deveria levar em conta sete aspectos: os acontecimentos que permitiam circunscrever a conjuntura; os atores individuais, coletivos e institucionais comprometidos com a transformação social nos contextos de pesquisa nessa conjuntura; os múltiplos interlocutores com quem os atores se relacionavam; os cenários de diálogo ou conflito em que se realizavam as ações e as interações entre atores e interlocutores; as representações circulantes nos contextos considerados; as conexões entre micro processos e macro processos; as perspectivas de mudança e os sentimentos a eles associados (*ibidem*). No decorrer da experimentação, todavia, os participantes do minicurso consideraram somente de forma muito parcial a Análise de Conjuntura, preferindo realizar a pesquisa a partir de perspectivas e dispositivos com os quais estavam mais familiarizados. As escolhas metodológicas são pontualmente argumentadas nos vários textos.

Em síntese, o processo de Escrita Coletiva seguiu estes passos:

1. Formação dos grupos de trabalho e escolha dos contextos de pesquisa;
2. Realização das vivências de pesquisa participante;

3. Construção dos índices dos textos pelos grupos de trabalho, apresentação dos resultados para toda a turma e integração das sugestões pelos autores;

4. Elaboração das primeiras versões dos textos pelos grupos de trabalho e sucessiva discussão das mesmas por pesquisadores mais experientes (a professora Adriane Lima, o professor Paolo Vittoria, a professora Ceane Simões e o professor Albert Cordeiro) bem como pelos participantes e condutores do minicurso em encontros específicos;

5. Redação das versões definitivas dos textos a partir das indicações compartilhadas;

6. Leitura ulterior dos textos por parte dos coorganizadores da coletânea⁴.

O caráter coletivo do processo e do resultado, portanto, emerge de três dimensões: o diálogo com as comunidades onde as pesquisas foram realizadas, que possibilitou a construção do conhecimento; a elaboração dos textos pelos coautores reunidos em equipes, que colocaram em interação e tensão seus olhares; a revisão dos textos, que aconteceu de forma participativa no grupo ampliado e com a presença de convidados externos.

Conclusões

Experimentações como a que acaba de ser descrita e que deu origem a esta coletânea têm o mérito de questionar e às vezes até interromper a reprodução de padrões de relações consolidados tanto nos percursos didáticos como nos percursos de pesquisas, tornando a Universidade um lugar de criações significativas e instigantes. Justamente por esse caráter inovador e ousado, essas experiências podem assustar. Embora possamos contar com valiosas inspirações – neste caso, a Escola de Barbiana, onde a Escrita Coletiva foi experimentada e sistematizada (Streck, 2008) – não existem receitas a serem aplicadas. Portanto, o resultado do processo não pode ser conhecido de antemão, o que exige

⁴ Mesmo oferecendo muitas sugestões teóricas e estético-éticas às autoras e aos autores, os organizadores se comprometeram em respeitar suas escolhas com relação à apresentação dos textos, também quando essas eram divergentes.

uma forte confiança nos outros componentes do grupo e, sobretudo, nos condutores. Essas experimentações também podem mostrar contradições e gerar conflitos em um contexto como o da academia, onde se escreve em função de exigências práticas, em obediência a critérios estandardizados, prevalentemente individualistas (mesmo que as publicações sejam assinadas por várias pessoas) e com base em pressões para produzir de cunho essencialmente quantitativas.

De fato, também no nosso grupo não faltaram divergências, choques e decepções: no início, diante da dificuldade de confiar no valor de um percurso arriscado enquanto não previamente determinado; durante o caminho, frente à descoberta da necessidade de um compromisso pessoal maior em relação a presença, tempo e dedicação; no final, quando os tempos para a publicação não seguiram as expectativas dos participantes. Cada processo coletivo, quando é verdadeiro, é uma aposta: exige um grande ímpeto de confiança e uma atenção constante para os efetivos desdobramentos das relações e do processo, com suas oportunidades, desvios e imprevistos. Mas vale a pena, para medir a distância entre nossos sonhos, nós mesmos e a realidade e, às vezes, tentar reduzi-la.

Referências

COMITATO ORGANIZZATORE DEL LABORATORIO POLITICO. Comprendere e rilanciare la politica dal basso. **Educazione Aperta**: Rivista de Pedagogia Critica, Bari [Itália], n. 5, p. 161-165, 2019. Disponível em: https://www.educazioneaperta.it/media/files/EA_5_2019.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

GESUALDI, M. **L'esilio di Barbiana**. Milano: San Paolo, 2016.

MAYO, P.; VITTORIA, P. **Saggi di pedagogia critica oltre il neoliberalismo**: analizzando educatori, lotte e movimenti sociali. Firenze: Società Editrice Fiorentina, 2017.

MURACA, M. A influência, a circulação e a reinvenção do pensamento de Paulo Freire na Itália. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 23, n. 53. p. 1-19, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/62777>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SCUOLA DI BARBIANA. **Lettera a una professoressa**. Firenze: Società Editrice Fiorentina, 1967.

STRECK, D. Angicos (Freire) e Barbiana (Milani): leituras de mundo e radicalidade pedagógica. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 235-256, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29068/pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Prólogo

Significados emergentes na conjuntura política das eleições presidenciais de 2022 no Brasil

Reinaldo Matias Fleuri¹

O exercício de Escrita Coletiva assumido pelos participantes da experiência conduzida por Mariateresa Muraca no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), no final de 2022, teve como resultado a elaboração de estudos sobre a conjuntura política que estavam vivenciando naquele momento. Treze estudantes se articularam em quatro grupos que analisaram o clima de polarização política que dominou o contexto nacional e repercutiu em diferentes contextos específicos, dentre os quais, os coautores e as coautoras focalizaram noticiários, grupos de Educação Popular, manifestações populares e ambientes de trabalho com os quais se envolveram pessoalmente.

O intenso trabalho de Escrita Coletiva permitiu formular quatro instigantes textos que explicitam e discutem os significados emergentes no complexo e conflitivo contexto sociopolítico do período anterior e posterior ao dia 30 de novembro de 2022, data em que se realizou o segundo turno das eleições para presidência do Brasil.

Jesyan Wilysses Oliveira Guimarães, Welison Alan Gonçalves Andrade e Beatriz Siqueira Nunes, mestrandos/as em Educação pelo PPGED/UEPA, juntamente com Guilherme Borges da Silva Carneiro, estudante de pedagogia também pela Universidade do Estado do Pará – ao escreverem o texto “Onda vermelha na Terra Firme: um olhar coletivo para uma manifestação político-social pró-Lula em um bairro periférico de Belém (PA)” – decidiram investigar a conjuntura política

¹ Professor da Universidade Federal de Santa Catarina.

durante o período eleitoral focalizando especificamente o bairro da Terra Firme, na cidade de Belém.

Essa opção foi motivada pelo fato de Jesyan, um dos coautores, morar no bairro há mais de vinte anos, considerando que se trata de um bairro periférico e um dos mais populosos de Belém, que (re)existe às vulnerabilidades sociais e que, durante toda a campanha de eleição presidencial, manifestou constante mobilização social a favor do candidato Lula.

O grupo de coautores se propôs a analisar as interpretações que os moradores do bairro Terra Firme expressavam sobre um evento político-social Pró-Lula, “Onda vermelha na Terra Firme”, realizado no bairro na noite do dia 26 de outubro de 2022, às vésperas das eleições para presidente da República em 2022.

O grupo de pesquisadores, ao interagir com vários participantes da manifestação popular, percebeu a expressão de um sentimento de rejeição às políticas públicas neoconservadoras e neoliberais implementadas pelo governo de Jair Bolsonaro, bem como o envolvimento na campanha do candidato Lula, reafirmando valores e sentimento coletivo de esperança. Ao contrário de Bolsonaro, o candidato Lula expressava preocupação com as populações oprimidas, propondo a reconstrução de diversas políticas voltadas à população mais vulnerável economicamente.

Ficou evidente a diversidade dos/as manifestantes em termos de gênero, sexualidade, idade, etnia e escolarização, todos reivindicando direitos e justiça social. Ao mesmo tempo, ficou evidente a polarização política no país entre os candidatos antagônicos. Uma grande parcela da população do bairro apoiava Bolsonaro e rejeitava Lula. Várias casas ostentavam bandeiras do Brasil, associadas à campanha do então presidente Bolsonaro, candidato à reeleição. Observavam-se também reações e expressões negativas de muitas pessoas perante a manifestação pró-Lula.

Os atos antidemocráticos ocorridos no período que se seguiu ao pleito eleitoral e que contestavam o resultado das urnas, obstruindo ruas e originando acampamentos em frente a quartéis implorando por intervenção militar, revelam os desdobramentos da polarização política e ideológica instituída no país.

O estudo realizado por esse grupo sobre a manifestação popular no bairro da Terra Firme demonstra conflitos e tensionamentos que refletem a crise política nacional daquele momento. No estudo se afirmam os interesses e perspectivas locais de uma população pobre, trabalhadora e periférica, cujos desdobramentos nos cenários pós-eleitorais requerem acompanhamento crítico.

Ao escreverem o texto “Corpo, Deficiência e Política Inclusiva: EJA/CRIE e NEP/UEPA como espaços de resistência nas eleições presidenciais no Brasil”, Emerson de Castro Lola e Kássya Christinna Oliveira Rodrigues, ambos integrantes do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), decidiram estudar as representações ético-políticas vivenciadas no cotidiano das práticas educativas da equipe da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) no Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (CRIE), desenvolvidas em parceria com o projeto do NEP/UEPA no período das eleições presidenciais de 2022. Queriam verificar como a educação libertadora freireana comunicava práticas insurgentes em contextos de gerência da morte.

O ponto de vista de Emerson Lola se constitui a partir de sua posição como professor na rede pública municipal de Belém, vinculado ao CRIE, envolvido com atividades socioeducativas para Educadores Sociais que atuam com as populações mais vulneráveis nas áreas da Assistência Social e da Educação Inclusiva. Kássya Rodrigues se apresenta como mulher negra, ativista no Movimento Negro Unificado, professora na rede pública, vinculada à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde colabora em cursos de formação de professores/as nos campos da Educação Especial e das Psicologias da Educação. Assume seu compromisso com grupos humanos marginalizados, particularmente os atendidos por instituições de Educação Especial.

O coautor e a coautora decidiram realizar uma experiência de autoetnografia em seu ambiente de trabalho de Educação Popular nas suas atividades de Educação Especial, buscando analisar no “bailado dos corpos” a tensão de polarização política vivida nacionalmente no período eleitoral brasileiro de 2022. Além da bibliografia consultada e das conversas realizadas, analisaram fotografias tomadas em situações de trabalho, manifestações públicas ou reportadas pela mídia.

Rodrigues e Lola consideram que a Escrita Coletiva que construíram ao buscar analisar a conjuntura política no contexto das eleições presidenciais ensejou um olhar diferente sobre sua prática educacional inclusiva nas instituições em que atuam com grupos de pessoas com deficiência, pretos, pobres, mulheres, idosos, crianças, imigrantes, LGBTQIA+ e outras. A prática potencializou, de fato, reflexões, propostas e articulações de práticas inclusivas, humanas e libertadoras. Sentiram-se mobilizados a revisitar os próprios saberes, preconceitos e dúvidas, bem como seus sentimentos, como medos, incertezas, angústias, tristezas e alegrias refletem a complexidade humana vivida em suas relações pessoais, profissionais e sociais. A reflexão sobre a conjuntura política vivenciada no Brasil e, particularmente no CRIE/EJAI e NEP/UEPA, em Belém, antes, durante e após as eleições presidenciais de 2022, ressignificou as lutas pela Educação Inclusiva como lutas pela liberdade, pela democracia e pela dignidade dos diferentes seres humanos.

As coautoras do texto coletivo “Eleições 2022 no Brasil: silenciamento x liberdade política no contexto de trabalho”, Ester Miranda da Silva Pereira, Gláucia Nunes de Souza da Conceição, Marcellly Irene de Miranda Rosa e Márcia Cristina dos Santos Bandeira se propuseram a analisar relações interpessoais em contextos laborais diversos nos períodos anterior e posterior à eleição presidencial de 2022. As coautoras têm formação na área da Educação e da Saúde, exercendo atividades profissionais como professora de educação física e pedagoga, terapeuta ocupacional, pedagoga e professora de educação física e dança.

As coautoras pressupõem que muitas das apreensões que atravessam o ambiente de trabalho estejam relacionadas com tensionamentos de cunho político. Elas focalizam particularmente ambientes laborais de profissionais da Educação e da Saúde que por vezes se sentem constrangidos por colegas de trabalho e gestores ao expressarem suas escolhas de voto. Não raro, esses colegas ocupam função hierárquica superior (coordenação, supervisão, direção técnica).

As pesquisadoras realizaram observações em diferentes ambientes educacionais e hospitalares: escolas da educação básica da rede pública ou privada, universidades, espaços informais de ensino e um hospital. Elas constataram que as pessoas observadas nas situações de trabalho

tomaram posições tímidas ou arrojadas no contexto de polarização política durante o período anterior e posterior à eleição. Essas pessoas justificaram suas opções por diferentes razões, como convicções religiosas, simpatia ao candidato, divergência de ideias, influência da família e do ambiente de trabalho. Cada pessoa tinha uma história para contar sobre posicionamentos políticos, expressando diferentes sentimentos e emoções em um momento histórico complexo para a construção democrática.

Perceberam-se desconfortos causados por diálogos e atitudes que, por vezes, desestabilizaram relações de convívio. Ao mesmo tempo, enfatizou-se a esperança e o anseio por construir uma sociedade mais agradável para se viver. Para isso acontecer – consideram as coautoras – precisamos nos sensibilizar com o fato de que um ambiente de trabalho é constituído por pessoas e cada uma delas pode fazer a diferença.

Esse estudo, em suma, enfatiza a riqueza das relações interpessoais na prática laboral e no convívio social, que requer o exercício do diálogo com respeito, ética e criticidade. Tudo isso no sentido de diluir as amarras da polarização e com a consciência de que podemos mudar a história e intervir positivamente para essa mudança.

Finalmente, o texto “Eleições 2022: contradições, resistências e perspectivas a partir de notícias veiculadas no Jornal Nacional” foi escrito por Ely Carlos Silva Santos, doutorando em Educação pela Universidade do Estado do Pará e professor da Secretaria Executiva de Educação do Pará, juntamente com Iêda Oliveira Mota e Rita de Cassia Florêncio Rocha Kasahara, ambas doutorandas em Educação pela Universidade do Estado do Pará e professoras do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Pará.

Um historiador, uma profissional de educação física, uma engenheira de telecomunicações, atuando como professores do serviço público de educação, se aproximam por pertencerem à classe trabalhadora, por serem docentes de profissão, estarem realizando o doutoramento e, sobretudo, pelo desejo de construírem um caminho juntos, articulando suas diferenças para promover uma sociedade democrática.

As coautoras e coautor decidiram escrever sobre as eleições 2022 focalizando as contradições, resistências e perspectivas a partir de notícias veiculadas no Jornal Nacional. Nesse caminho, entendem que a

conjuntura das eleições brasileiras em 2022 foi configurada pelas alianças políticas articuladas no século XXI, que dão impressão de desordem, crise ou insegurança nas relações entre conservadores e progressistas.

No período de 2002 a 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT) venceu as eleições para Presidente da República. Entretanto, em 2016 a Presidenta Dilma Rousseff foi destituída por um golpe parlamentar, sendo substituída pelo vice-presidente Michel Temer, abrindo espaço político para a eleição de Jair Bolsonaro, representando movimentos de extrema-direita. Tanto no golpe parlamentar de 2016 quanto no processo eleitoral de 2017 foram utilizadas estratégias de guerra híbrida², na qual o papel dos meios de comunicação de massa e da *internet* foram decisivos. Daí a importância de se discutir o papel que a Rede Globo de Televisão, o maior e mais influente meio de comunicação no país, desempenhou no processo eleitoral de 2022, auge do conflito configurado pela reação dos movimentos democráticos contra políticas fascistas instituídas pelas forças de extrema-direita no Brasil.

O grupo de coautor e coautoras analisou notícias veiculadas pela Rede Globo de Televisão nos principais noticiários nos dias anteriores e posteriores a 30 de outubro de 2022, data do segundo turno da eleição presidencial em que “estavam em disputa dois projetos e ideais antagônicos: o proposto pelo então presidente Jair Messias Bolsonaro com o *slogan* ‘Deus, Pátria, Família e Liberdade’, que assumiu o poder em 2018 e tentava a reeleição, e o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, com o *slogan* ‘Vamos Juntos(as) pelo Brasil que governou o país no período de 2003 à 2011’”.

O grupo de estudo entendeu que os noticiários tinham como objetivo “atingir todo e qualquer público, de forma rápida e consistente, dando a visibilidade necessária à notícia”. E que as estratégias de comunicação utilizadas mobilizavam o antagonismo entre posições políticas inconciliáveis, ao veicular com aparente neutralidade informações de fatos marcados pela polarização de sentimentos de amor e ódio. Neste contexto, as coautoras e o coautor denunciam, nos

² Guerra Híbrida é uma estratégia militar que mescla táticas de guerra política, guerra convencional, guerra irregular e ciberguerra com outros métodos de influência, tais como *fake news*, diplomacia, *lawfare* e intervenção eleitoral externa.

eventos destacados pelos noticiários no cenário pré-eleição, a violência, as *fake news* e ações antidemocráticas promovidas por protagonistas aliados e defensores do governo Bolsonaro, que temiam a perda do poder. E enfatizam que, “diante de todos os ataques antidemocráticos vivenciados antes, durante e após a última eleição presidencial realizada no Brasil, a esperança venceu o medo!”.

Onda vermelha na Terra Firme: um olhar coletivo para uma manifestação político-social pró-Lula em um bairro periférico de Belém (PA)

Jesyan Wilysses Oliveira Guimarães¹

Welison Alan Gonçalves Andrade²

Beatriz Siqueira Nunes³

Guilherme Borges da Silva Carneiro⁴

Introdução

Este trabalho é fruto de um processo de Escrita Coletiva desenvolvido no minicurso nomeado “Escrita Coletiva, formação e pesquisa na perspectiva da Educação Popular”, ministrado pela professora e pesquisadora italiana Mariateresa Muraca em outubro de 2022 como parte de suas atividades de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA).

A escrita deste texto foi feita por Jesyan Wilysses, Welison Alan e Beatriz Nunes, então mestrando/a em Educação pelo PPGED/UEPA, e por Guilherme Carneiro, estudante de pedagogia também pela Universidade do Estado do Pará. Contudo, ressaltamos que enquanto fruto de uma construção coletiva, esta obra contou com importantes contribuições, sugestões e ponderações realizadas pelo coletivo de

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará.

⁴ Graduando na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Pará.

pesquisadores/as que integraram o minicurso, no decorrer dos encontros realizados.

O minicurso ocorreu paralelamente ao período das eleições para Presidência da República do Brasil no ano de 2022, que polarizou o país entre dois antagônicos candidatos à presidência: Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), da esquerda política, e Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal – PL), da extrema-direita política, que tentava a reeleição.

O país enfrentava uma acirrada disputa presidencial, marcada pelo conflito político, social e ideológico entre os coletivos sociais que se dividiram entre, de um lado, entre aqueles que defendiam um modelo de sociedade conservador, representados pelo *slogan* bolsonarista “Deus, Pátria, Família e Liberdade”, e, por outro, aqueles que defendiam um modelo de sociedade mais democrático e justo, em defesa especialmente dos grupos e minorias sociais historicamente subalternizados e marginalizados, estes mais inclinados à política de esquerda de Lula.

A acirrada disputa presidencial foi reflexo de um contexto de crise que marcou o Brasil nos últimos anos. Corrêa (2022) discorre que a sociedade brasileira vivencia uma crise democrática e civilizatória de múltiplas dimensões, impactando a ciência, a pesquisa e, intensamente, a humanidade. O autor acrescenta que essa crise afetou, sobretudo, a classe trabalhadora e as populações subalternizadas. Trata-se de um contexto de crise que, para nós, se agravou a partir das políticas implementadas durante o governo de Bolsonaro, que tiveram efeito em todo o país.

É desse contexto nacional, de crise democrática, social e polarização política que emergiu a proposta do minicurso de investigar a conjuntura política vivenciada e observada em diferentes espaços do cotidiano, fossem eles ambientes físicos ou virtuais. Por esse motivo, nós optamos por investigar a conjuntura política no específico bairro da Terra Firme (TF⁵).

O interesse particular pelo bairro da Terra Firme se deu por três motivos. O primeiro deles, de cunho pessoal, porque o bairro é, há mais de 20 anos, local de moradia do pesquisador Jesyan. O segundo, por se

⁵ TF, não se trata apenas de uma abreviatura formal, mas representa a forma como comumente os moradores e as moradoras se referem ao bairro da Terra Firme.

tratar de um bairro periférico que está entre os mais populosos da cidade de Belém, marcado pela diversidade populacional que (re)existe às vulnerabilidades sociais e que nos parece carecer de atenção por parte da atual conjuntura administrativa. Por fim, o terceiro motivo surge em razão de observar, durante toda a campanha presidencial, uma constante mobilização social a favor do candidato Lula nas ruas do bairro, o que nos instigou a investigar esse fenômeno.

Nessa perspectiva, nossa pergunta de pesquisa se apresenta da seguinte forma: quais as percepções dos/as participantes e da população local sobre uma manifestação político-social Pró-Lula ocorrida no bairro da Terra Firme às vésperas do 2º turno das eleições gerais para a Presidência da República do Brasil em 2022?

O trabalho está estruturado em quatro seções, da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos esta introdução; na segunda seção, descrevemos os procedimentos metodológicos que orientaram o desenvolvimento da investigação; na terceira seção, realizamos um breve resgate histórico, contextualizado o nosso *lócus* de estudo, o bairro Terra Firme; na quarta e última seção, apresentamos os resultados de nossas análises e discussões do que observamos e ouvimos na manifestação, na tentativa de desvelar as percepções da população do bairro, assim como dos/as participantes.

Caminhos metodológicos

Nesta pesquisa, nos subsidiamos metodologicamente da abordagem qualitativa de investigação, que está particularmente interessada pelos comportamentos, atitudes, crenças, valores e perspectivas dos indivíduos e grupos, valorizando as representações e subjetividades das relações e processos sociais (Minayo, 2011). Desse modo, a pesquisa qualitativa nos parece adequada a este estudo que objetiva analisar as percepções dos indivíduos envolvidos na conjuntura de uma manifestação político-social.

Como técnica para a reunião dos dados, adotamos a observação em equipe, técnica que permite observar uma ocorrência por vários ângulos e propicia confrontar posteriormente os dados obtidos (Marconi e Lakatos, 2003). Essa técnica permitiu que todos os/as pesquisadores/as

participassem da reunião dos dados, observando a manifestação e as reações da comunidade.

Realizamos, ainda, entrevista informal com as pessoas que participaram da manifestação e com alguns moradores do bairro, um tipo de entrevista que, segundo Gil (2008), é menos estruturada e distingue-se da conversação porque a finalidade é a coleta de dados. Essa técnica foi adequada para o estudo porque nos possibilitou captar percepções, sentimentos e apreensões das pessoas a respeito da manifestação de forma mais espontânea, o que outros tipos de entrevistas mais formais não possibilitariam. Todavia, destacamos que não utilizamos um roteiro estruturado para desenvolver as entrevistas. As perguntas surgiram espontaneamente durante o nosso envolvimento com a manifestação investigada e a aproximação com as pessoas.

Por cuidado ético de pesquisa, o nome das pessoas entrevistadas não será divulgado. Logo, como forma de garantir o anonimato de suas identidades, substituímos os nomes verdadeiros das pessoas por nomes fictícios iniciados pela letra L (Lucélia, Ludmila, Laura, Luíza, Lúcia, Luna, Luana, Luan, Luiz, Lumena e Lumiar), considerando que todas as pessoas com quem falamos diretamente demonstraram apoio a Lula.

Para registrar as informações observadas e as entrevistas realizadas, adotamos nossos *smartphones* como caderno de notas de campo, instrumento que permite o registro da informação *on the spot* (Leal, 2016). O uso do *smartphone* pareceu vantajoso por ser compacto, ou seja, seu tamanho permite guardá-lo com facilidade, além de ser prático para registrar as notas de campo sem necessidade de caneta, além da utilidade de fazer gravação de áudio e registro fotográfico.

A próxima etapa foi passar a limpo as informações coletadas e inicialmente registradas para o diário de campo. Para tanto, utilizamos como diário de campo o *Google Docs*, uma ferramenta que permite a edição de textos *online* e de forma simultânea, ou seja, é possível compartilhar o documento com várias pessoas, de modo que todas conseguem editá-lo ao mesmo tempo.

Para tratamento dos dados adotamos a Análise de Conjuntura. Esse termo, na América Latina, diz respeito a uma ampla reflexão crítica em relação a um determinado contexto político-social, buscando identificar opiniões e perspectivas de mudança e de luta (Comitato Organizzatore

del Laboratorio Politico, 2019). No contexto latino-americano, a Análise de Conjuntura vem sendo utilizada por movimentos sociais e intelectuais militantes, uma vez que ela pode ser considerada uma ferramenta de transformação social (*ibidem*).

A Análise de Conjuntura possui sete elementos estruturantes, sendo eles: 1) Os acontecimentos marcantes que circunscrevem a conjuntura; 2) Os atores comprometidos com a transformação social; 3) Os sujeitos com que se relacionam os atores, chamados de interlocutores; 4) Os cenários (sócio-político-econômicos) em que agem os atores considerados na pesquisa; 5) As representações presentes na conjuntura investigada; 6) A interação entre macro e microprocessos; 7) As perspectivas de mudanças em relação às alternativas para a transformação social na ótica da Educação Popular.

Com essas características, a adoção da Análise de Conjuntura nos pareceu propícia para esta investigação, uma vez que possibilita o desenvolvimento de percepções críticas e um olhar ampliado acerca de contextos político-sociais.

O processo de Escrita Coletiva

O processo de escrita foi iniciado durante os encontros do minicurso de Escrita Coletiva. Como estratégia para escrever o texto, nós o dividimos para que cada um/a pudesse escrever uma seção e contribuir nas demais, realizando correções, comentários, reflexões e sugestões. No entanto, encontramos algumas dificuldades para escrever coletivamente dessa maneira.

A principal dificuldade surgiu em razão do tempo. Possuíamos prazos para socializar a primeira versão do trabalho com os/as demais pesquisadores/as do minicurso, o que causou um aligeiramento da escrita que, por conseguinte, ficou comprometida. As seções que foram designadas para cada pesquisador/a, àquele momento, ainda estavam muito marcadas pelas impressões individuais de cada um/a de nós. Sentimos a ausência de uma identificação coletiva no texto. Isso exigiu de nós uma readaptação do processo de escrita a fim de que pudéssemos nos reconhecer como grupo no texto.

No segundo momento, adotamos como estratégia a escrita do texto a partir de reuniões com todos os/as integrantes do grupo, as quais aconteceram de forma remota por meio da plataforma de videoconferências *Google Meet*. Além disso, escrevemos o texto juntos/as a partir do *Google Docs*. Essa fase da escrita gerou muitas reflexões e deu ênfase ao trabalho coletivo, visto que todos/as poderiam contribuir em cada parte do texto. Contudo, essa experiência foi desafiadora, considerando que foi uma experiência nova para os/as pesquisadores/as.

O processo de escrita é um exercício complexo, uma vez que segundo Rufino (2017, p. 444) “o ato de escrever e reescrever não é uma tarefa simples e requer dispêndio de tempo e reflexão conceitual”. Para o nosso grupo, a principal problemática esteve atrelada ao tempo, pois dependíamos da conciliação da disponibilidade de tempo de quatro pessoas, o que gerou dificuldades para a realização dos nossos encontros.

Ainda que todas as reuniões tivessem sido previamente agendadas com dias e horários definidos, que a princípio eram possíveis para todos/as, muitos encontros precisaram ser remarcados, visto que cada um/a possui uma rotina distinta, com agendas sobrecarregadas, gerando imprevistos que por vezes frustraram a conciliação da vida profissional, acadêmica e pessoal. Em contrapartida, o processo de Escrita Coletiva foi muito produtivo, uma vez que conseguimos realizar reflexões críticas acerca dos escritos a partir da perspectiva de quatro pessoas.

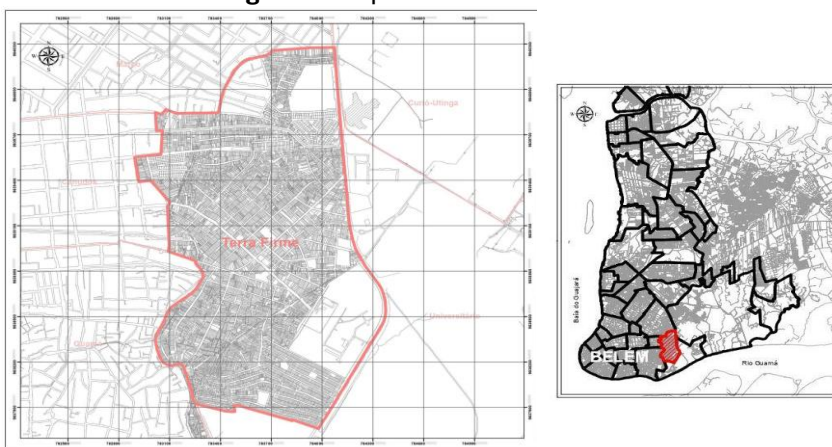
O bairro Terra Firme

O Estado do Pará, junto a outros seis estados (Roraima, Rondônia, Amazonas, Acre, Amapá e Tocantins), constitui a região Norte brasileira, que concentra em seu vasto território grande parte da floresta amazônica, a maior floresta tropical do mundo, e suas riquezas culturais e naturais.

De acordo com as Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em novembro de 2022, a capital paraense, Belém, é a segunda cidade mais populosa do Norte do país, com a marca de 1.506.420 habitantes, ficando atrás somente da cidade de Manaus, capital do Amazonas, com 2.255.903 habitantes.

A cidade de Belém possui 71 bairros oficialmente reconhecidos, os quais estão política e administrativamente organizados em oito distritos. Entre esses bairros, situa-se Terra Firme (figura 1), *lócus* de investigação do nosso estudo. Segundo o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, Terra Firme está entre os dez bairros mais populosos da capital paraense, concentrando cerca de 61.439 moradores/as.

Figura 1: Mapa do bairro Terra Firme



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Belém (2022).

Terra Firme foi definido como bairro nos anos 1940, tendo sua história e constituição intimamente relacionadas com o igarapé Tucunduba, afluente do rio Guamá, que banha a cidade de Belém. Devido às suas características topográficas fortemente influenciadas pelas chuvas e marés dos rios que margeiam a capital paraense, grande parte da extensão territorial do bairro sofria com inundações e alagamentos, permanentes ou temporários, na maior parte do ano, dificultando sua ocupação (Silva e Sá, 2012). Segundo as autoras, a pouca faixa de “terra firme” existente à época, foi sendo ocupada por famílias que precisavam de um local para morar e não tinham outras alternativas.

Contudo, com o passar dos anos, a estreita faixa de terra firme foi se tornando insuficiente para comportar as famílias devido ao crescimento populacional, levando à ocupação de terrenos alagados ou alagáveis (*ibidem*), o que explica as muitas residências de palafitas e de

madeiras existentes sobre o Tucunduba até poucos anos atrás, principalmente antes das obras de macrodrenagem da Bacia do Tucunduba⁶, mas que ainda podem ser observadas em alguns perímetros do bairro que são atingidos pelas chuvas e alta das marés dos rios.

Terra Firme, ao lado de outros cinco bairros da periferia belenense (Canudos, Guamá, Cremação, Condor e Jurunas), constitui o Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA). Em linhas gerais, os bairros acoplados pelo DAGUA possuem características comuns e similares às grandes periferias brasileiras, marcadas pela vulnerabilidade social e econômica que atinge sua população e precariza suas condições de vida nas diferentes dimensões da sociedade.

Desemprego, precariedade nos serviços de saúde e educação, de saneamento básico, de políticas públicas de esporte, cultura e lazer, discriminação e violência contra os jovens do bairro, especialmente contra a juventude negra, são todos problemas que atravessam o cotidiano das periferias brasileiras, particularmente observados e vivenciados de perto pelo pesquisador Jesyan, morador de Terra Firme.

A oferta de tais direitos sociais, por vezes insuficientes e precarizados, não chega a muitas famílias, que parecem permanecer esquecidas e abandonadas à própria sorte, reforçando o abismo social e econômico brasileiro que oprime, segrega e exclui os grupos sociais articuladamente menos favorecidos, sobretudo o povo pobre, preto e trabalhador.

Não à toa, Batista e Ribeiro (2021) alegam que o bairro Terra Firme é frequentemente palco de inúmeras manifestações que reivindicam o combate à intolerância religiosa ou à violência contra a mulher, assim como melhorias na área da segurança pública, saúde e saneamento básico. Uma das manifestações mais simbólicas foi a vigília pelas vítimas da chacina que ocorreu em 2014⁷, um triste marco da extrema violência na periferia de Belém.

⁶ A obra foi iniciada na década de 90, se arrastando por mais de 30 anos. Para saber mais, ver: <https://agenciapara.com.br/noticia/34159/em-belem-macrodrenagem-do-tucunduba-chega-a-reta-final-com-urbanizacao>. Acesso em: 18 de mar. de 2023.

⁷ A chacina de 2014 foi um dos episódios mais violentos da história recente da capital Belém, que resultou no assassinato de vários moradores/as dos bairros da

Nos últimos anos, o bairro também foi acometido por uma série de episódios de violência. Nascimento, Netto e Chagas (2021) analisam que a onda de violência que acometeu TF, sobretudo em 2014, teve estreita relação com as organizações criminosas instaladas no bairro. Para manter sua territorialidade (domínio e poder), essas manifestações criminosas, especialmente as dos agentes do tráfico de drogas, por vezes entravam em conflito com outros grupos criminosos e milicianos que buscavam também domínio sobre a localidade. Conforme os autores, essas ações promoveram ainda mais a sensação de medo e insegurança na população e reforçaram o estigma da periculosidade do bairro.

Esses índices de violência extrema, refletem a ausência e/ou insuficiência da implementação de políticas públicas voltadas à segurança, ao saneamento básico, à habitação, à educação, à saúde, ao trabalho e à geração de renda, o que para Silva e Sá (2012) reflete também em processos segregativos. Além disso, concordamos com Nascimento, Netto e Chagas (2021), que dizem que as desigualdades sociais e econômicas expõem sobretudo os jovens, negros e periféricos à vulnerabilidade e ao crime, sendo eles os principais afetados pela violência.

Terra Firme, ainda que possua suas contradições causadas pela histórica vulnerabilidade e desigualdade socioeconômica que acometem a área, ocupa um papel geopolítico estratégico e crucial para o desenvolvimento da cidade e do estado do Pará, pois abriga em seu território e proximidades importantes instituições de ensino e de pesquisa, como a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o *campus* de pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Mas, para além da história do bairro, das instituições que nele existem, ou do que podem revelar quaisquer estatísticas e notícias midiáticas a seu respeito, em sua maioria negativas, relacionadas à violência e à criminalidade que reforçam o estigma de periculosidade do

periferia da cidade, incluindo Terra Firme. O crime foi comandado por policiais milicianos após o assassinato de um cabo da Polícia Militar que atuava em uma milícia da metrópole de Belém. Ver mais em Souza (2021).

bairro como se ele se restringisse a isso, gostaríamos de dizer que nele existe muito mais do que a mídia tem sido capaz de noticiar.

O pesquisador Jesyan, na condição de morador de Terra Firme e ex-aluno das escolas públicas do bairro, que há anos caminha pelas ruas, avenidas, vielas, alamedas e becos, experimentando a realidade desconhecida por grande parte da sociedade paraense, afirma que na periferia de TF existem vidas de gente trabalhadora, vidas de gente estudiosa, vidas de mulheres e mães solteiras aguerridas lutando pelo sustento de seu lar, vidas pretas e pardas, em sua maioria, mas brancas também, vidas jovens que aspiram e lutam cotidianamente por um futuro melhor, vidas de pessoas LGBTI+, vidas de pessoas deficientes, vidas de gente honesta, inteligente e criativa!

Assim como em outras periferias do Brasil e do mundo, há violência e criminalidade geradas sobretudo pelas desigualdades sociais. Em meio a tantas vulnerabilidades que poderiam facilmente induzir as pessoas a condutas indecorosas, a maioria da população da Terra Firme se mantém honesta, trabalhadora e esperançosa. Foi justamente esse contexto de esperança, resistência e luta, aliado à diversidade de vidas que “re-existe” no bairro, que o tornou, para nós, socialmente e academicamente relevante para refletir acerca da atual conjuntura política do país.

Olhares e escutas sensíveis: entre resistências e oposições

Nesta seção, apresentaremos e discutiremos os dados reunidos através das observações e entrevistas informais, ou como denominamos “olhares e escutas sensíveis”, realizadas durante uma manifestação político-social que ocorreu às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, no bairro Terra Firme, em apoio ao candidato Lula.

Ao considerarmos toda a tensão e o conflito do país no período eleitoral, foi com olhares e escutas sensíveis que nos propusemos a investigar a conjuntura política no bairro, buscando analisar as percepções dos/as manifestantes e dos/as moradores/as sobre a manifestação em prol de Lula. Os termos “resistências” e “oposições”, fazem menção a uma fala proferida por Lucélia, professora e moradora de TF, que conferiu aos atos um símbolo de resistência ao governo de Bolsonaro por parte dos atores da conjuntura aqui analisada.

De acordo com Ludmila, desde a vitória presidencial de Bolsonaro em 2018, foi criado um grupo no *WhatsApp* composto por moradores/as do bairro Terra Firme que rejeitavam o projeto político e social bolsonarista por entenderem que tal projeto atuava contra as minorias sociais, alargando desigualdades. Em 2022, ainda segundo ela, o grupo foi fortalecido com a chegada de novos/as integrantes que se aliaram ao coletivo com um propósito em comum: derrotar Bolsonaro nas urnas e eleger Lula. A partir desse grupo, algumas manifestações passaram a ser organizadas no bairro.

Além disso, ela destaca que o conjunto de pessoas que organizaram as manifestações em Terra Firme teve como coordenadores/as lideranças sociais e políticas do bairro que participam ativamente de projetos locais. Algumas dessas pessoas eram filiadas a partidos políticos de esquerda, principalmente ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Ludmila também ressaltou que embora apresente pautas de reivindicações comuns, a esquerda não é homogênea. Ela explicou que entre essas lideranças políticas, e até mesmo entre os/as próprios/as moradores/as do bairro que integram o movimento, existem divergências de ideais e de interesses. Alguns grupos preocupam-se mais com políticas sociais e minorias e outros integrantes possuem interesses diferentes.

Uma decisão que chamou nossa atenção em relação ao coletivo, destacada na fala de Ludmila, foi que os/as integrantes do movimento reiteraram a importância de não abrir espaço para que políticos fizessem seus discursos nas passeatas para não desconfigurar ou perder as características de um movimento político essencialmente popular e não partidário. Optaram, em vez disso, por priorizar a voz dos/as moradores/as do bairro e dos/as participantes engajados/as com os movimentos sociais a fim de que pudessem expressar as necessidades e reivindicações sob a perspectiva de quem efetivamente vive na periferia.

A partir das decisões do coletivo e apesar das divergências existentes, organizaram-se múltiplas manifestações pró-Lula no bairro Terra Firme, entre as quais situa-se a manifestação que decidimos observar e participar.

Onda vermelha na Terra Firme: luta coletiva na periferia

Os movimentos sociais estão fortemente presentes na contemporaneidade. De acordo com Tilly (2012), eles são uma forma de fazer política criada na Europa Ocidental e na América do Norte no final do século XVIII, e podem ser definidos como organizações inclusivas que possuem grupos distintos, com interesses diversos. Alguns exemplos de movimentos sociais são o movimento negro, o movimento LGBTI+, o movimento feminista e o movimento de Educação Popular. Todos acreditam na transformação social por meio da luta política e coletiva.

A manifestação analisada, denominada “Onda vermelha na Terra Firme”, ocorreu na noite do dia 26 de outubro de 2022. A concentração dos/as manifestantes ocorreu na Praça Olavo Bilac, mais conhecida como “praça da Terra Firme”, situada no encontro entre a Rua São Domingos e a Avenida Celso Malcher, duas das principais avenidas do bairro.

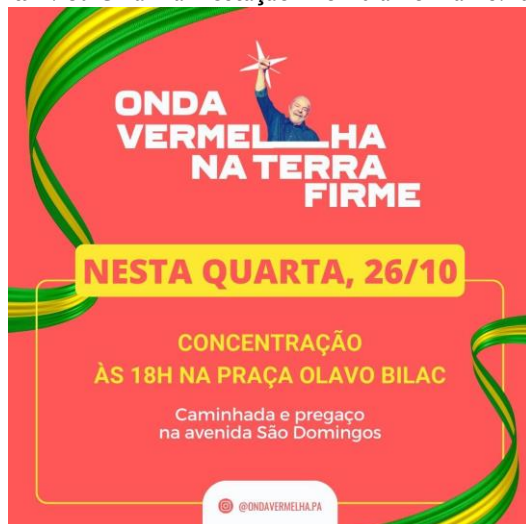
Nas proximidades da praça existem igrejas, escolas, paradas de ônibus e a conhecida feira do bairro, o que promove uma grande movimentação de pessoas e veículos. Essa praça costuma ser um lugar no qual, de acordo com Batista e Ribeiro (2021), as pessoas se reúnem para reivindicar direitos básicos. Com essas particularidades, a praça se desvelou local propício à realização da manifestação em questão.

A manifestação teve como foco distribuir materiais de campanha (adesivos e bandeiras) do candidato Lula à população com a finalidade de “avermelhar”⁸ as ruas do bairro, dando destaque à cor que representa o Partido dos Trabalhadores ao qual Lula está vinculado. Segundo os/as organizadores/as, o ato era necessário para reunir forças e demonstrar aos/às moradores/as que eles/as não estavam sozinhos/as ao apoiarem Lula, considerando que o “movimento bolsonarista”, expressão utilizada pela manifestante Laura, estava muito forte, o que ficava evidente principalmente pela bandeira do Brasil estampada na fachada de muitas residências e na parte externa de veículos que circulavam pelo bairro. A bandeira do Brasil foi amplamente utilizada no país pelos eleitores de Bolsonaro como símbolo representativo de seu “patriotismo” e como forma de demonstração de apoio ao referido candidato.

⁸ Esse termo foi utilizado por integrantes da manifestação, conforme registrado por Jesyan.

A divulgação da manifestação aconteceu principalmente via redes sociais, utilizando um *card* com informações do dia, horário, local e atividades que seriam desenvolvidas, conforme podemos visualizar na figura 2.

Figura 2: Card da manifestação Pró-Lula do dia 26.10.2022



Fonte: compartilhado, via *WhatsApp*, pelos organizadores da manifestação (2022).

Próximo do horário previsto, um coletivo diverso se reuniu no local de concentração. Bandeiras, adesivos, roupas vermelhas e até mesmo *jingles* ganharam o espaço. Na praça, havia a presença de opositores ao candidato Lula, o que ficou expresso tanto por olhares, quanto por gestos e discursos de ódio que demonstravam rejeição à manifestação que se iniciava.

A título de exemplo, relatamos uma situação observada por Alan e Jesyan, em que um adolescente gritou: “cuidado com o celular”, na tentativa de associar os/as apoiadores/as de Lula a pessoas com condutas ilícitas. Essa situação não foi um fato isolado, mas resulta de um cenário nacional em que a oposição de Lula, especialmente por parte de eleitores/as de Bolsonaro, tem constantemente associado sua imagem e a de seus/suas apoiadores/as com condutas à margem da lei.

Esse fato vincula-se aos escândalos de corrupção que envolveram membros do PT, incluindo o atual presidente Lula, durante os seus primeiros mandatos. Um dos casos mais conhecidos é o da Operação Lava Jato, que investigou desvios de recursos na estatal petrolífera Petrobras e envolveu diversos políticos e empresários, incluindo membros do PT. Essa operação resultou em condenações de importantes figuras do partido, como o presidente Lula, e contribuiu para a perda de sua popularidade e credibilidade. Contudo, em 2021, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal anulou todas as acusações impostas pela Justiça ao então ex-presidente Lula na Operação Lava Jato (Veloso, 2022). Mas, ainda assim, muitos dos seus opositores continuam a associar sua imagem e a de seus apoiadores a pessoas com condutas criminosas.

É interessante pontuar que os/as manifestantes da “Onda vermelha” não respondiam às provocações da mesma forma, mas exerciam uma postura de cordialidade e dialogicidade, conforme registrado por Beatriz: “venha cá meu, amor, vamos conversar”, respondeu Luíza aos xingamentos feitos por um homem que passava de bicicleta pelo local.

Após a concentração, deu-se início ao “bandeiraço”. Durante o ato, ficaram evidentes os anseios dos/as manifestantes, expressos de distintas formas e as demonstrações de apoio dos moradores/as ao movimento, principalmente a partir de gritos e de buzinas. Muitos moradores e moradoras que passavam pelo ato pediam bandeiras e adesivos, alegando que iriam utilizar e distribuir entre seus familiares, vizinhos e amigos.

Um detalhe curioso, foi a participação de “crianças petistas”⁹ no movimento. Acompanhadas por seus responsáveis, essas crianças foram observadas fazendo gestos de “L” com as mãos, principal símbolo da campanha de Lula em 2022. Além disso, algumas pronunciavam a frase “Fora Bolsonaro”, como forma de expressar seu posicionamento político.

A participação de famílias na “Onda vermelha” foi marcante. Ao ouvir Lúcia, ela nos disse que estava ali acompanhada do seu sobrinho. Apoiar Lula para ela significava garantir futuro digno aos seus familiares,

⁹ Essa expressão foi utilizada por Luci, participante do movimento ao se referir às crianças presentes na manifestação, conforme observado por Alan.

como podemos observar na sua fala registrada por Alan: “a gente tem que pensar nos nossos filhos e sobrinhos”. Mais do que isso, ela reconhecia as contribuições das políticas do governo Lula na sua vida e na vida do seu sobrinho: “foi graças às políticas públicas do governo Lula que o meu filho conseguiu se formar, fazer doutorado”. O relato da moradora traz à tona o impacto positivo das políticas públicas implementadas durante o governo Lula na vida do seu sobrinho, em especial aquelas relacionadas ao acesso ao ensino superior, uma das razões que a levou a decidir seu voto.

De fato, o governo Lula (2003 a 2010) foi marcado por reformas na educação superior brasileira (Pereira e Silva, 2010). Foram criadas dezenas de novas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, ampliando substancialmente o número de vagas ofertadas, além da criação de políticas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o aumento de investimento no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), favorecendo a expansão de acesso das camadas populares ao ensino superior. Muito embora, vale registrar que a parceria público-privada efetivada em programas como o PROUNI e FIES seja alvo de importantes críticas, entre outras razões, por fomentar a expansão e o poder do setor privado na educação superior (Aguar, 2016) e, portanto, carecem de análises críticas a respeito de seus limites e repercussões.

Outro aspecto que registramos é que todas as pessoas com quem falamos no ato estavam ali de forma voluntária, sendo que algumas nem mesmo residiam no bairro. Muitas delas souberam das manifestações a partir da divulgação por aplicativos de mensagens instantâneas e decidiram somar esforços, conforme ouvimos de Luna:

É um envolvimento muito grande, é tudo muito espontâneo, voluntário. Quando as pessoas recebem a mensagem pelo *WhatsApp* [avisando sobre os atos] elas vêm. Gente de tudo quanto é lugar. Umas se conhecem, outras não se conhecem, vão se conhecendo na hora. A maioria vem depois do trabalho ou dos estudos.

Contudo, observamos que as manifestações tiveram forte repercussão entre os/as moradores/as de Terra Firme, sendo que muitos se disponibilizaram a conversar com a gente. A exemplo de Luana, que dialogou com Jesyan. Ela disse que é evangélica, mas estava “enojada” da

igreja e das pessoas evangélicas que são muito preconceituosas e homofóbicas. A moradora também teceu críticas ao governo de Bolsonaro em relação às mudanças da aposentadoria, se referindo à Reforma Trabalhista e Previdenciária (Brasil, 2019) que aumentou a idade mínima¹⁰ para a aposentadoria, alterou as regras de cálculo do benefício e aumentou o tempo de contribuição para os trabalhadores. Apoiados nos estudos de Andrietta e Lemos (2021), concebemos que a reforma consolida processos de mercantilização, exclusão de benefícios da classe trabalhadora e manutenção de privilégios dos grupos hegemônicos, contribuindo para aumentar a desigualdade social no país.

Além disso, Luana desabafou que tem chorado com frequência por conta das tensões que vêm se agregando ao quadro social e político do país. Ademais, confidenciou que seu marido e alguns amigos dele são bolsonaristas. Segundo ela, todos são extremamente preconceituosos e homofóbicos. Disse já ter bloqueado vários amigos nas redes sociais.

A partir dos relatos acima, podemos inferir que a insatisfação de Luana advém tanto das decisões políticas do governo de Bolsonaro como em razão da influência do histórico de declarações e atitudes do ex-presidente, consideradas preconceituosas e ofensivas por muitos grupos sociais. A exemplo da declaração por ele proferida em um evento no estado da Paraíba, em fevereiro de 2017: “não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias”, discurso que expressa toda sua aversão às minorias sociais.

Aliás, durante toda sua campanha e mandato presidencial, Bolsonaro se valeu de discursos apelativos para conquistar o apoio da população cristã que, não coincidentemente, em termos religiosos, é a maioria no país. Sob os *slogans* “Deus acima de tudo e Brasil acima de todos” e “Deus, pátria, família e liberdade”, ele conquistou para si o apoio de milhões de brasileiros/as, afinal, como ir contra alguém que defende Deus, a moral, os valores e princípios tradicionais e do “bem”?

Contudo, precisamos sempre estar atentos/as às armadilhas dos discursos estruturados em forma de *slogans*. Discursos desse tipo são

¹⁰ A partir da Reforma da Previdência, a idade mínima para aposentadoria ficou estabelecida em 65 anos para homens e 62 para mulheres.

sedutores e agem na construção de consensos importantes para a efetividade da política, fazendo “dos desalinhados verdadeiros ‘inimigos da nação’” (Shiroma e Evangelista, 2015, p. 324). Sabendo disso, Bolsonaro soube utilizá-los muito bem. Para tanto, contou até mesmo com o apoio de muitos líderes religiosos, sobretudo, os/as evangélicos/as, que incorporaram esse apoio no interior e cotidiano de suas igrejas, arquitetando uma verdadeira “campanha religiosa” em prol de Bolsonaro.

Luan, outro morador do bairro, chamou Beatriz para ir até o seu bar (próximo ao local onde ocorria o bandeiraço) para observar a quantidade de bandeiras do PT que havia no espaço. Foi possível visualizar o total de oito bandeiras, inclusive uma que ele ganhou no movimento. Ele relatou que seus familiares iriam votar no Lula e acreditava muito na vitória do candidato.

Na mesma rua, Beatriz e Alan ouviram o relato de Luiz, morador do bairro. Ele disse que estaria no próximo movimento de campanha do Lula que seria organizado em TF e pediu uma bandeira. A fachada da sua casa exibia uma bandeira do Brasil e outra do partido do Lula, pois, para ele, era necessário romper com a ideia que estava sendo formulada pelos eleitores bolsonaristas de que a bandeira do Brasil pertencia à campanha de Bolsonaro.

Luiz também destacou que na sua rua: “nenhum candidato de direita ganha”, afirmando que se trata de uma rua de resistência e que a rua “deles” (se referindo aos/as eleitores/as de Bolsonaro) era outra. Enquanto conversávamos, uma mulher que cruzava a rua gritou em tom descontraído: “vamos votar 22?”, convite prontamente recusado pelo morador. Ali ficou evidente que seu posicionamento político estava à disposição de quem quisesse ouvir.

Lucélia, moradora e também professora de uma escola do bairro, disse que nunca havia participado de campanhas políticas, mas as eleições presidenciais em questão a influenciaram a ponto de chegar à atitude de publicar vídeos na rede social *TikTok*. Disse que sentiu a necessidade de se mobilizar, porque “não dá para continuar do jeito que está, é necessário um movimento coletivo, de união”, demonstrando forte descontentamento com o então governo vigente.

Ouvimos também jovens que moravam no bairro e participaram da manifestação. Lumena destacou a importância do movimento e como ela percebia o impacto para os/as moradores/as:

Porque é importantíssimo para o bairro da Terra Firme, porque a gente quer melhorias, esperança, amor. A gente conversa com as pessoas, já conseguimos virar muitos votos, mas tem muitos bolsonaristas no bairro. Os taxistas, por exemplo, são muito resistentes, quase todos são bolsonaristas por conta do auxílio do taxista. Na Terra Firme a maioria vota no candidato Lula, mas tem muito bolsonarista. Lula venceu no primeiro turno na Terra Firme.

Do relato acima destacamos o termo “esperança”, o qual nos permite dialogar com Freire (2014), um educador que nos lembra que é impossível viver sem sonhar, para sonhar é necessário ter esperança e resistência. A população do bairro Terra Firme tem na sua essência o verbo “esperançar”, com atitudes que se aproximam do que nos diz Freire, visto que os/as moradores/as não desistem de um futuro mais justo para o bairro e para conseguir alcançar um local mais humanizado e com direitos sociais. De forma coletiva, as pessoas que residem ali vão à luta.

De modo geral, por meio dos relatos e observações, percebemos que a polarização política presente em um cenário nacional também se manifestou de diferentes formas em Terra Firme. Moradores/as divididos/as, opiniões radicalmente divergentes, visões de mundo conflitantes expressas nas falas, gestos, atitudes, olhares e expressões faciais, bem como a adesão a símbolos (bandeiras, cores, adesivos), tornaram evidentes preferências políticas.

No Brasil, a polarização política se aprofundou especialmente nos últimos anos com a ascensão do governo de Bolsonaro. Por meio de discursos apelativos, do uso de *slogans*, da propagação de *fake news*¹¹, e da implantação de políticas do governo imediatistas que em nada garantiram benefícios e direitos permanentes à população, Bolsonaro

¹¹ A exemplo da falácia da “Ideologia de Gênero”, que serviu como pano de fundo da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro 2018, contribuindo para sua vitória presidencial. Em seus discursos falaciosos sobre a “Ideologia de Gênero”, alegava que o PT e Lula possuem um projeto de alienação e manipulação do gênero e sexualidade das crianças, aterrorizando pais e responsáveis (Maranhão Filho, Coelho e Dias, 2018).

conseguiu construir sua imagem política como herói, um mito político destinado a salvar o país (Dias e Fernandes, 2020). Assim, alcançou o feito de não apenas conquistar um enorme eleitorado, mas também e, principalmente, de nutrir em seus/suas eleitores/as o sentimento de ódio e repulsa aos/as seus opositores/as, especialmente aos políticos de partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores.

Assim, para nós, grande parte do eleitorado de Bolsonaro foi conquistado por meio do que consideramos ser mecanismos de alienação e ludibriamento da população, sobretudo, dos segmentos sociais mais vulneráveis. Em Terra Firme, não seria diferente. Mas, por outro lado, em Terra Firme há resistência popular. Bolsonaro e sua política imediatista e excludente “não se criaram” no bairro, como bem enfatizou Lumiar. E, ao nosso olhar, essa resistência é política e popularmente construída.

Terra Firme é um bairro que possui uma grande representatividade de movimentos políticos de esquerda e a presença de diversos projetos sociais como cursinhos populares, projetos que envolvem a arte e a cultura local, atividades acadêmicas de instituições de ensino superior que envolvem a comunidade, debates acerca da conscientização política por meio de comitês de partidos de esquerda, dentre outras atividades que ajudam a promover o diálogo, o acesso à informação e a participação ativa das pessoas.

Dialogando com a noção de educação desenvolvida por Brandão (2017), que entende a educação enquanto um amplo processo social e formativo que atua sobre a conduta dos sujeitos no mundo social, concebemos essas formas de organização e manifestação coletiva, existentes em Terra Firme como espaços de formação popular nos quais são aprendidos e produzidos conhecimentos que orientam, neste caso, as ações, relações e reivindicações políticas da população, pensadas a partir da realidade em que as pessoas estão inseridas.

Além disso, ao analisar a resistência popular da periferia de Terra Firme materializada nas manifestações político-sociais a favor de Lula da Silva nas eleições de 2022, é preciso considerar que cada movimento popular e periférico possui “particularidades intrínsecas à conjuntura histórica na qual foi criado e se desenvolveu” (D’Andrea, 2020, p. 20).

Nessa perspectiva, ao olharmos para o plano nacional, visualizamos um país formado por processos sociais históricos marcados por relações

assimétricas de poder e interesses antagônicos e conflitantes entre os grupos hegemônicos e as classes populares e minorias sociais, fazendo do Brasil uma das sociedades mais desiguais do mundo (Frigotto, 2017). Essa desigualdade resulta no fortalecimento de muitas organizações coletivas que lutam por direitos relacionados à educação, à moradia, ao lazer, ao reconhecimento das diversidades étnica, sexual, de gênero, entre outras. Esse processo nacional tem produzido no âmbito local da periferia de Terra Firme uma organização coletiva que reivindica os mesmos direitos a partir de uma agenda que não surge aleatoriamente, mas é fruto de atividades sociais, políticas e culturais que ocorrem no bairro.

Entendemos, em conformidade com D'Andrea (2020), que projetos sociais de fomento à cultura, à educação e à arte, como os identificados no contexto de Terra Firme, são práticas sociais que permitem a construção de uma *consciência periférica*, a partir da qual, ao mesmo tempo em que os sujeitos afirmam a compreensão de pertencimento ao território periférico, também denunciam as condições de vida a que estão submetidos. Assim, desenvolvem um novo agir político a partir dos interesses e necessidades de que partilham enquanto grupo.

Nesse cenário, podemos ainda dizer que a realização de manifestações pró-Lula em Terra Firme e a presença de seus eleitores no bairro é resultado principalmente de uma perspectiva crítica de rejeição, relacionada tanto às políticas implementadas pelo governo de Bolsonaro quanto ao que ele representa.

Ao contrário de Bolsonaro, o candidato Lula expressa constantemente em seus discursos o quanto se preocupa com as populações oprimidas, incluindo a população periférica. Mais do que isso, durante os seus primeiros mandatos, implementou diversas políticas voltadas à população mais vulnerável economicamente, como o Programa Bolsa Família, o Programa Minha Casa, Minha Vida, além de outras políticas que ajudaram essa população a ter acesso à educação e à saúde. Desse modo, acreditamos que a partir das percepções críticas da população do bairro, a maioria escolheu o candidato tanto por ser opositor a Bolsonaro, quanto por suas políticas sociais e sua representatividade diante do interesse das camadas populares.

A “Onda vermelha na Terra Firme” foi, portanto, um espaço de envolvimento na campanha do candidato Lula, mas também uma

oportunidade significativa para expressar descontentamento pessoal, demonstrar resistência popular em relação às políticas públicas neoconservadoras e neoliberais do governo de Bolsonaro e (re)afirmar valores e sentimentos coletivos de esperança.

Considerações finais

Objetivamos, ao longo deste estudo, analisar as percepções dos/as manifestantes e moradores/as de Terra Firme sobre uma manifestação político-social em apoio a Lula da Silva ocorrida no bairro às vésperas do segundo turno das eleições para Presidência da República do Brasil no ano de 2022. Foi uma acirrada disputa que consagrou Lula presidente. Sua vitória demonstrou a importância da luta coletiva e da resistência das populações subalternizadas.

Um aspecto marcante do movimento, foi a diversidade dos/as manifestantes em termos de gênero, faixa etária, sexualidade, etnia e escolarização. Lá estavam homens e mulheres, pessoas negras e brancas, crianças, jovens, adultos, idosos/as, pessoas LGBTI+, estudantes e professores/as universitários/as, moradores/as e trabalhadores/as do bairro. Tal constatação reflete para nós a união de diferentes grupos sociais politicamente engajados, reivindicando direitos e justiça social, vislumbrando na eleição de Lula a possibilidade de conquistá-los.

Por outro lado, observamos que a polarização política no país entre os antagonistas, Lula e Bolsonaro, também era forte em TF. Havia uma grande parcela da população que apoiava a Bolsonaro e rejeitava Lula. Isso ficou evidente quando visualizamos várias casas com bandeiras do Brasil e com o número 22, bem como pelas reações e expressões negativas de muitas pessoas perante a manifestação nas ruas.

O país definitivamente viveu uma polarização política e ideológica que não terminou com a vitória de Lula nas urnas no dia 30 de outubro de 2022. Exemplo disso, são os atos antidemocráticos que uma parcela dos/as eleitores/as bolsonaristas realizaram em várias cidades brasileiras, inclusive em Belém, contestando o resultado das urnas, obstruindo ruas e acampando em frente a quartéis implorando por intervenção militar. Ainda que sem expressão de força, em razão de sua inconstitucionalidade

e ausência de qualquer fundamentação, tais atos revelaram uma conjuntura política conflituosa.

O estudo nos possibilitou lançar luz sobre a conjuntura política no bairro Terra Firme. Essa conjuntura de movimentos político-sociais, de resistências, oposições, divergências, conflitos e tensionamentos reflete, em parte, a crise política nacional, mas também, fundamentalmente, interesses, necessidades, apreensões e perspectivas demarcadamente locais, de um uma população pobre, trabalhadora e periférica.

Por fim, assumimos que diante da crise política que atravessa o país, das incertezas e instabilidades que essa nos causa, estamos longe de esgotar a discussão. Reiteramos a necessidade da realização de estudos contínuos que nos ajudem a refletir, questionar e compreender os desdobramentos, repercussões e impactos da política brasileira na sociedade.

Referências

AGUIAR, V. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016. Disponível em: v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4BhqdVbbvKRG RKPBwhH3QQN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

ANDRIETTA, L. S.; LEMOS, P. R. Ameaças recentes à previdência brasileira: mercantilização, exclusão e manutenção de privilégios. In: ETULAIN, C. R. (org.). **Política Pública no Brasil: estudos interdisciplinares contemporâneos**. Campinas: Nepp/Unicamp, 2021. p. 81-97. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/noticias/f9a9b35048a6f4aac7c1ead8e83954d9.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.

BATISTA, J. F. dos S.; RIBEIRO, M. A. Praça da Terra Firme: lugar de encontros e desencontros. **Revista Geoamazônia**, Belém, v. 9, n. 18, p. 21-56, jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12813/8900>. Acesso em: 02 jan. 2024.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Brasília, 13 nov. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc103.htm. Acesso em: 17 mar. 2023.

COMITATO ORGANIZZATORE DEL LABORATORIO POLITICO. Comprendere e rilanciare la politica dal basso. **Educazione Aperta**: Rivista de Pedagogia Critica, Bari [Itália], n. 5, p. 161-165, 2019. Disponível em: https://www.educazioneaperta.it/media/files/EA_5_2019.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

CORRÊA, S. R. M. Crise da democracia e da educação no Brasil. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 36, n. 78, p. 1315-1357, dez. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/64794>. Acesso em: 02 jan. 2024.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/whJqBpqmD6Zx6BY54mMjqXQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DIAS, L. M.; FERNANDES, C. M. Campanha de Jair Bolsonaro para presidência em 2018: a construção do Mito Político. **ECCOM**: Educação, Cultura e Comunicação, Lorena, v. 11, n. 22, p. 477-488, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ/LPP, 2017. p. 17-34.

G1 PARÁ. **Conheça a Terra Firme, um dos bairros mais populosos de Belém**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/e-do->

para/noticia/2020/08/08/conheca-a-terra-firme-um-dos-bairros-mais-populosos-de-belem.ghtml. Acesso em: 16 out. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Cidades e Estados**: Belém. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>. Acesso em: 19 mar. 2023.

LEAL, J. Diários de campo: modos de fazer, modos de usar. In: ALMEIDA, S. V. de; CACHADO, R. Á. (orgs.). **Os arquivos dos antropólogos**. Lisboa: Palavrão, 2016.

MARANHÃO FILHO, E. M. de A.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 65-90, jan. 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/COR/article/view/9299>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M^a. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria C. de S. (org). DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

NASCIMENTO, R. P. B.; NETTO, R. M. R.; CHAGAS, C. A. N. Periferização urbana e violência: a territorialidade do crime e os homicídios no bairro da terra firme, Belém-PA, entre os anos de 2013 e 2017. **Revista Geoamazônia**, Belém, v. 9, n. 18, p. 118-137, jun. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12817>. Acesso em: 23 jan. 2024.

RUFINO, L. G. B. Os professores como autores de suas práticas: a pesquisa-ação na construção coletiva de um livro na Educação Física. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 2, p. 433-457, maio/ago. 2017.

PEREIRA, T. I.; SILVA, L. F. S. C. da. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 10-31, 24 dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SHIROMA, E. O.; EVANGELISTA, O. Formação humana ou produção de resultados? Trabalho docente na encruzilhada. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 314-341, dez. 2015.

SILVA, M. do S. R.; SÁ, M. E. R. de. Medo na cidade: estudo de caso no bairro da Terra Firme em Belém (PA). **Argumentum**, Vitória v. 4, n. 2, p. 174-188, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/3049/3610>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOUZA, M. C. M. de. **A atuação miliciana nas chacinas e o direito penal do inimigo**. 2021. 31 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Direito, Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém - PA, 2021. Disponível em: <https://bdm.ufpa.br/jspui/handle/prefix/4753>. Acesso em: 02 jan. 2024.

TILLY, C. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 133–160, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>. Acesso em: 2 jan. 2024.

VELOSO, M. J. **Injustiça da Justiça**. 2022. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Direito, Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/bitstream/20.500.11874/6052/1/TG%20Matheus%20Julio%20Velo.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2024.

Corpo, deficiência e política inclusiva: EJAI/CRIE e NEP/UEPA como espaços de resistência nas eleições presidenciais no Brasil

Emerson de Castro Lola¹
Kássya Christinna Oliveira Rodrigues²

Introdução

A escrita deste texto emerge de um processo formativo realizado em salas de aula do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Pará e orientado pela professora Dra. Mariateresa Muraca quando da realização de seu estágio de pós-doutoramento na cidade de Belém do Pará, bem como de profissionais a ela solidários neste processo formativo, contando com a presença do professor Dr. Reinaldo Fleuri e da professora Me. Juliana Okawati.

Mariateresa organizou o minicurso “Escrita Coletiva, formação e pesquisa na perspectiva da Educação Popular”, materializado em quatro encontros presenciais e que se desdobrou no compromisso de alguns de seus participantes de compor outro desafio: o de integrar grupos de trabalho em que se pudesse exercitar a Escrita Coletiva a partir de um tema-problema sugerido pela professora e seus colaboradores, a saber: “a conjuntura política brasileira antes e pós-eleições presidenciais 2022”.

A partir deste tema, iniciou-se um momento de inquietações sobre como se poderia tecer algum material que agregasse a temática proposta

¹ Aluno especial do doutorado em Educação da Universidade do Estado do Pará, professor da Educação Especial no CRIE/SEMEC e pedagogo social do CRAS/FUNPAPA.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e professora no Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

de Escrita Coletiva a uma questão da área de interesse de cada grupo, em nosso caso: a Educação Especial.

Um momento reflexivo sobre a teoria da Escrita Coletiva foi compartilhado por Mariateresa, bem como orientações pertinentes para que pudéssemos, coletivamente, dirimir algumas dúvidas. Esses momentos possibilitaram novos passos nesta caminhada regada a desafios que nos impúnhamos neste processo de construção coletiva. Esses mobilizaram nossos corpos individuais, mas, sobretudo, o corpo coletivo que solicitava dos primeiros o exercício do cuidado, do respeito e de uma postura ética, política e estética no mundo.

Em um breve momento de tempo, aprendemos uma lição fundamental: a de que a Escrita Coletiva exige engajamento de todos os corpos que, em um círculo dialógico, assumiram o compromisso de se fazerem presentes neste processo. Assim, passamos a compreender que não bastava apenas dizer: – *comprometo-me a participar deste momento!* –, mas, acima de tudo, que, ao pronunciar a palavra “comprometo-me”, estávamos disponibilizando o corpo como presente/presença ético-política para o encontro. Situação que tão logo nos permitiu, a todos/as, compreender que algumas “brigas” se fariam necessárias para que o corpo coletivo fosse preservado de sofrimentos em virtude da possibilidade do des/cuidado e/ou interesses superpostos de elementos individuais aos grupais. Neste sentido, o encontro para a pronúncia e feitura da escrita deu-se coletivamente e substantivou-se na genuína relação *Eu-Tu*, nomeada por Buber (2004).

Neste complexo contexto em que estávamos a aprender sobre a Escrita Coletiva, arriscamo-nos a cunhar sobre o papel a presente questão que orienta a nossa investigação: que representações ético-políticas foram vivenciadas no cotidiano das práticas educativas da equipe de Educação de Jovens, Adultos e Idosos do Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes (EJAI/CRIE) e desenvolvidas em parceria com o projeto do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire da Universidade do Estado do Pará (NEP/UEPA) no período das eleições presidenciais de 2022?

Dessa maneira, este estudo objetiva: realizar a investigação de representações ético-políticas vivenciadas no cotidiano das práticas educativas da equipe da EJAI/CRIE, desenvolvidas em parceria com o

NEP/UEPA no período das eleições presidenciais de 2022; identificar o posicionamento político impresso nos corpos de educadores/as e educandos/as da EJA/CRIE e do NEP/UEPA no contexto pré e pós-eleições 2022; verificar como a educação libertadora freireana comunica práticas insurgentes em contextos de gerência da morte.

Pensamos ser importante contextualizar que o CRIE é vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC); e o NEP/UEPA tem uma parceria firmada com o CRIE, desenvolvendo um projeto de ensino, pesquisa e extensão de Educação/Alfabetização Freireana em uma turma da EJA com estudantes da Educação Especial.

Neste contexto, trata-se de um estudo qualitativo inspirado na autoetnografia. Minayo (2001) considera que o estudo qualitativo responde a questões tão particulares que não se pode submeter aos processos de quantificação impostos por procedimentos metodológicos das ciências naturais inscritos na lógica da racionalidade moderna que adota por princípios do estudo científico a neutralidade, o controle do ambiente, o distanciamento do “objeto” do estudo. Desse modo, assumimos a postura crítica de nos posicionarmos em face dos fenômenos levantados em campo. Assim, significamos que a abordagem qualitativa “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (ivi, p. 22).

No que se refere à autoetnografia, compreendemos, como Muraca (2015) e Esteban (2013), que a etnografia permite maiores aproximações com as pessoas circunscritas ao campo de estudo em evidência e o prefixo “auto”, que significa “si próprio”, aponta um elemento a mais, o de sermos, neste contexto, tanto os(as) sistematizadores(as) do estudo, quanto participantes dele, em virtude de um de nós ter vínculo empregatício junto ao CRIE, ao mesmo tempo que é pesquisador do NEP, e a outra estar na condição de educadora popular e pesquisadora no CRIE a partir de pesquisas do NEP.

Este texto está organizado em quatro seções principais, contando com esta introdução, a saber: 2. Tessituras metodológicas; 3. O bailado dos corpos no período das eleições 2022, e 4. Algumas considerações. A seção três é esmiuçada em subseções de modo que o cenário político das eleições presidenciais possa ser mais bem compreendido em ações

educativas da EJA/CRIE e NEP/UEPA com os estudantes público da Educação Especial.

Tessituras metodológicas

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa inspirado na autoetnografia. Consideramos, tal como Minayo (2001), que a abordagem qualitativa permite ler e compreender os fenômenos que atravessam a pesquisa no campo das ciências humanas e sociais que não podem ser quantificados, medidos a partir de uma suposta neutralidade científica. Sobre isso Minayo discorre que:

O objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica, ela é intrínseca e extrinsecamente ideológica é essencialmente qualitativa. As Ciências Sociais [Ciências Humanas], no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações (ivi, p. 15).

Esteban (2013, p. 53) compartilha reflexões que a animaram em relação ao desafio que significa a realização de uma autoetnografia. Esta pressupõe olhar para sua própria experiência e para suas expressões corporais de maneira que o/a pesquisador/a consiga não apenas perceber, ler e analisar fenômenos que lhe sejam exteriores, mas também se ver neste processo, se colocar diante do espelho, perceber suas fragilidades e capacidades, buscar conhecer o seu corpo e o de seus pares em uma relação de cuidado e respeito a si e ao outro. Assim, para a autora:

La etnografía desde una misma sirve para validar otras formas de expresión y acercamiento a la realidad social, y reconoce el valor de lo personal, lo subjetivo, en la práctica científica o académica, sin descomprometer la tarea antropológica. (ivi, p. 53).

Nas suas reflexões Esteban, sublinha ainda que:

La «autoetnografía» supone un doble compromiso, con la propia cultura y con la comunidad científica y académica, y observa y analiza las implicaciones derivadas de esta actividad simultánea, lo que supone para algunos una auténtica amenaza epistemológica (*ibidem*).

O “risco” epistemológico que permite a realização da pesquisa, considerando o engajamento ético-político com grupos humanos que vivenciam situações de opressões, é o risco com o qual nos comprometemos no contexto deste texto. Temos ainda ciência de que nos colocarmos diante do espelho pressupõe também identificar fragilidades que podem emergir como incertezas, refutando-se a ideia de um único modelo de conhecimento científico e validando outras perspectivas científicas que emergem de outros referenciais epistemológicos fecundos e válidos que nascem no campo das ciências sociais e humanas.

Sobre os materiais levantados em campo, destacam-se registros fotográficos sobre atividades educativas desenvolvidas em uma turma de EJA, registros de reuniões de planejamento com profissionais que compõem a equipe da EJA, registros que envolvem saída às ruas a favor da mudança governamental no Brasil, visto que este se ocupava com a gerência da morte.

Integram, ainda, os materiais figuras com conteúdo que retratam a tensão vivida no cenário político local, nacional e internacional brasileiro. As figuras pontuam a condição vivida pela população brasileira no contexto de um governo com posturas autocráticas, bem como imagens do apoio internacional ao candidato à Presidência da República, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva, como candidato de oposição ao então governo em vigor à época, final do ano de 2022, o senhor Jair Messias Bolsonaro.

Alguns conteúdos discursivos contra-hegemônicos produzidos em sala de aula com estudantes da EJA representam a força de como a educação libertadora freireana é importante instrumento de luta para transformações sociais. Esses conteúdos favorecem a problematização de condições de exclusões pelos quais passaram grupos humanos historicamente marginalizados, situação que corrobora tanto para tomada de consciência das situações de exclusões, quanto para suas superações.

O levantamento dos dados realizou-se no intervalo de duas semanas antes das eleições presidenciais e duas pós-eleições, no mês de outubro/novembro de 2022, mais precisamente entre o dia 17 de outubro e o dia 12 de novembro. Tomou-se, ainda, como referência temporal para este estudo o fatídico dia 8 de janeiro de 2023, no qual o

Brasil assistiu a uma invasão golpista em Brasília com a depredação de prédios públicos e a reafirmação de uma prática-pensamento eugênica fascista supremacista branca.

Os participantes do presente estudo somos nós: um professor vinculado ao CRIE e pesquisador do NEP e uma educadora popular e pesquisadora vinculada ao NEP. Emerson Lola, professor na rede pública municipal de Belém, desde 2012, vinculado ao CRIE a partir de 2013, vinculou-se também à Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) como pedagogo, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), onde desenvolve suas atividades profissionais de assessoramento, formação inclusiva, avaliação educacional inclusiva multiprofissional e encaminhamentos às escolas e Sala de Recursos Multifuncionais (SRMs). Também trabalha com a orientação, o planejamento e o acompanhamento de atividades socioeducativas para Educadores Sociais que atuam com as populações mais vulneráveis nas áreas da Assistência Social e da Educação Inclusiva.

Kássya Rodrigues, mulher negra, ativista no Movimento Negro Unificado, professora na rede pública desde 2009, a partir de 2018, vinculou-se à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), lugar no qual desenvolve suas atividades laborais em cursos de formação de professores/as a partir dos componentes curriculares vinculados à Educação Especial e às Psicologias da Educação. Articula, nas suas atividades laborais, o ensino, a pesquisa e a extensão. Está comprometida com temas socialmente marginalizados que envolvem grupos humanos colocados em condições de opressões, a exemplo das Pessoas Público da Educação Especial.

A percepção do nosso entorno substantivado a partir do campo das práticas educativas e de ensino foram fontes primeiras para o levantamento e a produção dos dados que teve como procedimentos a realização de *prints* de imagens que correlacionam o clima sociopolítico tenso vivido no país nos âmbitos local, nacional e internacional a partir da temática da inclusão e exclusão dos grupos humanos da Educação

Especial³; o levantamento de registros de atividades sociais, educativas e políticas realizadas no âmbito do CRIE; registros em diário de campo das ações educativas de resistência a situações de opressões realizadas com os estudantes com deficiência que compõem a EJA em uma parceria do NEP com o CRIE.

Diante do levantamento e sistematização do material presente no corpo deste texto, apropriamo-nos de teóricos/as implicados/as com a Educação Popular e com grupos humanos oprimidos para realizar o exercício de operar uma interpretação possível dos dados. Nesse sentido, destacamos Paulo Freire (2005; 2021) Ivanilde Oliveira (2004; 2015), bell hooks (2017), entre outros(as) autores que se posicionam ética, estética e politicamente a favor de pessoas que sofrem opressões, das quais destacamos os estudantes da Educação Especial – grupos humanos que sofreram importantes ataques ao longo do governo Bolsonaro, a exemplo da publicação do Decreto 10.502/2020 que convocava esses grupos humanos a retornarem ao contexto da escola segregada.

O bailado dos corpos no período das eleições 2022

Durante as eleições presidenciais no Brasil ocorridas no mês de outubro de 2022, identificaram-se sensíveis movimentos que atravessaram os corpos dos brasileiros. Essa baila envolveu enfrentamentos políticos, pelo corpo, ao governo então em vigor. Governo que assumia um lugar materializado pelo ódio às pessoas diferentes, mas não só; este ódio consumava-se em um projeto de segregação e extermínio humano.

Nessa perspectiva, o bailado dos corpos é apresentado em diferentes contextos, destacando-se: a) o *cenário local* com movimentações da equipe da EJA, no contexto dos servidores do CRIE; da EJA, no contexto do Projeto de Educação/Alfabetização de Jovens e Adultos, desenvolvido pelo NEP/UEPA em parceria com o CRIE, e; b) o

³ Compreende-se por grupos humanos da Educação Especial o que a legislação vigente pontua ser “as pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2011; 2012).

cenário nacional e internacional, com a circulação de imagens que apontam denúncias sobre fragilidades do governo genocida em ação no cenário nacional; são destacadas, ainda, imagens que apontam para a necessidade de mudanças de representantes políticos na gerência do estado-nação brasileiro com a sugestão e apoio internacional ao candidato Lula.

O cenário político local

Percebemos, em momentos que antecederam as eleições presidenciais, que os brasileiros estavam marcados por um sentimento binário que, de um lado, operava em uma aceitação e/ou negação total à postura fascista materializada em um movimento nomeado bolsonarismo – uma administração ecocida, genocida, homofóbica, patriarcal, capacitista e xenofóbica desenvolvida pelo presidente da República à época; de outra parte, a aceitação e/ou negação ao petismo lulista (centrado na figura do ex-presidente Lula), que trouxe na sua gerência tanto a manutenção de interesses de grupos empresariais, bem como pautou em seu plano de governo a efetivação de políticas que garantiam direitos a grupos populares que sofriam profundas situações de opressões.

Em meio a esse movimento resultante da polarização político-partidária pró-bolsonarista e/ou pró-lulista, percebeu-se uma singular dinâmica dos corpos dos trabalhadores da educação no ambiente do CRIE, situação que se intensificou no intervalo de tempo que envolveu momentos anteriores às eleições e que ganharam novos contornos no pós-eleições.

Um misto de sentimentos podia ser observado nos corpos das pessoas que transitavam pelas ruas, nos encontros dos grupos de pesquisa, nos debates na televisão. Sentimentos que revelavam, de um lado, um profundo medo e insegurança de que o então presidente conseguisse manter-se no poder, visto que se notava a aceitação popular de sua presença no cenário político; de outra parte, percebia-se recusa ao candidato Lula, ao mesmo tempo em que uma comoção nacional e mesmo internacional exaltava sua presença em prol da garantia de um Estado que assegurasse direitos fundamentais como o direito à vida.

No Brasil, percebeu-se forte articulação de Profissionais do Campo das Artes, Liberais, da Educação, da Saúde, da Assistência Social, das

representações de Conselhos Profissionais, de lideranças de Associações e de Movimentos Sociais, entre outros segmentos da sociedade civil, organizada para sistematizar e pôr em ação estratégias que visibilizassem as ameaças explícitas operadas pelo governo Bolsonaro contra as populações marcadas por diferenças, bem como pela preservação e manutenção das instituições democráticas de direito.

Nesse contexto, tornou-se urgente o exercício da atenção e do cuidado com as pessoas em situações de extrema pobreza, com as pessoas negras, as indígenas, as atravessadas por orientações sexuais homoafetivas, as imigrantes, as idosas, as hospitalizadas com doenças crônicas, as crianças, as mulheres, as pessoas que são público da Educação Especial, ao mesmo tempo em que se envidou sensível atenção de salvaguardar as Instituições Públicas Governamentais para o exercício da democracia, previsto na Constituição Federal de 1988.

E o que o CRIE tem a ver com tudo isso? Trata-se de um Centro de Referência em Inclusão Educacional que tem entre seus objetivos a formação permanente dos profissionais da educação que integram a Rede Municipal de Educação de Belém; orientação às famílias sobre os direitos dos estudantes da Educação Especial; assessoramento pedagógico junto às escolas da Rede Municipal; o atendimento e o processo de avaliação de estudantes com possibilidades de compor a Educação Especial; entre outras atividades (Belém, 2021).

Por desenvolver ações formativas e interlocuções diretas com os grupos humanos da Educação Especial, este Centro, enquanto uma Instituição Municipal de Educação, assume o compromisso de atuar a favor da garantia dos direitos humanos dos estudantes que integram a Educação Especial no município de Belém. Esse compromisso exige um posicionamento político, ético e estético com esses grupos humanos que sofrem sensíveis processos de opressões.

Este posicionamento político, ético e estético torna-se difícil de se realizar e de se manter a partir de uma estrutura política governamental que não tem sensibilidade, vontade e capacidade para lidar com as diferenças, como foi o caso relatado pelo ministro da Educação, representante do então governo Bolsonaro, que publicizou não ser viável a convivência com as diferenças quando estas traziam marcadores das

deficiências por entender que as práticas educativas da Educação Inclusiva “nivelam por baixo” a formação dos estudantes na escola comum.

Percebe-se, nesse discurso, uma prática segregacionista e discriminatória contra os grupos humanos da Educação Especial, bem como a reafirmação de um paradigma de exclusão fundamentado em uma concepção eugênica da existência. Nessa prática, os “mais aptos”, a “raça superior”, não poderiam ser “importunados” pelos grupos humanos da Educação Especial, considerados, por esse governo, “menos aptos”.

Neste sentido, o governo Bolsonaro pensa os corpos das pessoas com deficiências como aqueles que *atrapalham* e *incomodam*, sendo *impossível a convivência* (UOL, 2021). Tais visão e discurso são consubstanciados pelo modelo social da eugenia, no qual sobrevive o “mais forte”, “o mais apto”. Diante desses fatos, percebe-se o perfil de um governo que se nutre de um discurso fascista, portanto, de máximas eugênicas para as quais as diferenças não podem sobreviver. Um governo que se nutre do ódio ao diferente e, portanto, de sua morte na cena do cotidiano.

Oliveira (2004) problematiza a visão de eugenistas, para os quais “o ambiente escolar ideal seria aquele em que as crianças e jovens, devidamente selecionados, teriam as melhores oportunidades de desenvolver sua “boa herança” (Vilhena *apud* Oliveira, 2004, p. 156).

Em tempos mais recentes, Oliveira (2015) tem contribuído com reflexões teórico-práticas nas quais o tema da interculturalidade tem sido evidenciado de maneira a tomar os marcadores de diferenças étnicas, raciais, geracionais, de gênero, pelas deficiências, entre outros marcadores de diferenças, com a conotação de riqueza. A autora compreende que se aprende *com* e *nas* diferenças. Da mesma maneira, hooks (2017) e Freire (2005) validam essa afirmativa, neste processo, respectivamente:

Ouvir um ao outro (o som das vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento. Também garante que nenhum aluno permaneça invisível na sala (hooks, 2017, p. 58).

O mundo comum mediatiza a originária intersubjetivação das consciências: o auto-reconhecimento plenifica-se no reconhecimento do outro (Freire, 2005, p. 17).

Vale ressaltar que os grupos humanos da Educação Especial, seus familiares, simpatizantes com a causa e profissionais de equipe multiprofissionais têm lutado, há muito, para conquistar o direito de convivência com as diferenças, do acesso à educação de qualidade e para a conquista destes grupos humanos ocuparem os espaços que desejarem.

Nesse contexto, as pessoas que são o público da Educação Especial têm lutado e conquistado amplo campo de políticas que asseguram o direito à vida, bem como a convivência socioeducacional na escola comum, valendo-se de serviços educacionais complementares e/ou suplementares, de acordo com suas demandas e necessidades (Brasil, 1988; 2011; 2012; 2015).

Nesse contexto, situamos o CRIE, um Centro de Referência em Inclusão, orientado por uma gestão municipal vinculada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Um Partido Político Partidário Nacional que se posiciona ética e politicamente a favor de grupos humanos que sofrem opressões.

O espaço do CRIE é constituído por profissionais com diferentes formações que agregam os campos da Assistência Social, da Educação e da Saúde, mas todos os profissionais trabalham a partir do viés da educação.

No CRIE, acontece a convivência de diferentes grupos humanos, conforme apresentamos na Fotografia 1, imagem com a disposição de um coletivo de pessoas posando de frente, sorrisos nos rostos, homens e mulheres, com diferentes tons de pele e tipos de cabelos. Entre os integrantes da fotografia, há pessoas com deficiência; pessoas com diferentes crenças e credos (matrizes cristã e afro-brasileira); pessoas com diferentes orientações sexuais; e pessoas com perspectivas políticas diferentes, tendo-se, em sua maioria, as que resistem à gestão da morte que foi nutrida pelo governo Bolsonaro.

Fotografia 1: Equipe de profissionais da EJA/CRIE em reunião de planejamento (CRIE/SEMEC, 24.10.22)



Fonte: Acervo próprio (2022).

As fotografias 2 e 3, a seguir, ilustram os movimentos dos corpos de profissionais que compõem equipe da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Nas duas fotografias, os profissionais, homens e mulheres, posam para uma *selfie*, sendo que, na primeira, há a presença de uma mesa redonda e alguns profissionais estão sentados a seu redor; na segunda imagem, todas as pessoas encontram-se em pé.

Fotografia 2: Reunião EJA/CRIE (CRIE/SEMEC, 17.10.22)



Fonte: Acervo próprio (2022).

Fotografia 3: Reunião EJA/CRIE (CRIE/SEMEC, 24.10.22)



Fonte: Acervo próprio (2022).

Essas fotografias registram reuniões de estudo e planejamento realizadas nos dias 17 e 24 de outubro para a realização das ações de educação e acompanhamento dos educandos nas escolas. Esses encontros de estudo e planejamento foram atravessados pela escuta e pela reflexão dos professores presentes sobre o processo de eleição presidencial, bem como pelas expectativas sobre quem ganharia as eleições, Bolsonaro ou Lula.

Uma das integrantes da equipe não opinou sobre a situação política e evitou o diálogo sobre a problemática de exclusão vivida no país, que tensionava os movimentos sociais, marginalizava ainda mais as pessoas colocadas em situações de opressões no cenário local, regional e nacional brasileiro. Ela era apoiadora de Bolsonaro e pouco se envolvia nas discussões sobre os direitos das minorias sociais. Será que se omitiu por medo, vergonha, empatia, falta de argumentos para evitar confronto político? A força da opinião coletiva que se movimentava na contramão de uma gestão da morte incomodava, intimidava?

Estas questões emergiram do grupo EJA, diante do forte embate político-partidário e religioso que se observou em alguns grupos de trabalho do CRIE, nos quais alguns profissionais, manifestamente apoiadores de Bolsonaro, “vendiam” a ideia de que o lema: “Pátria, família [tradicional] e religião” garantiria a reeleição do então presidente, ignorando as mazelas

criadas e praticadas contra as populações mais pobres e vulneráveis naquele governo.

A fotografia 4, disposta a seguir, está no contexto do Dia do Servidor Público comemorado no dia 28 de outubro de 2022, no qual um grande ato realizado na Praça da República, em Belém do Pará, selou o posicionamento político de servidores municipais a favor de mudanças na gerência nacional.

Fotografia 4: Dia do Servidor Público EJAI/CRIE (Praça da República 28.10.2022)



Fonte: Acervo próprio (2022).

Percebe-se a presença da cor vermelha na fotografia, bem como o movimento de professores/as da SEMEC/Belém, aos quais os/as professores/as do CRIE são vinculados. Estes disponibilizaram seus corpos educadores nas ruas e se comprometeram com um projeto societário que se ancora favorável ao acolhimento, aos cuidados e à promoção da educação das pessoas com deficiência no contexto da Educação Inclusiva, portanto um projeto de educação que se materializa a partir da convivência com as diferenças.

Barroco (2012, p. 53) discorre que “o trabalho educativo diz respeito a uma atividade social e política em favor da consciência”, situação que corrobora para o que Freire (2005) e hooks (2017) pontuam em relação à postura política a ser assumida pelo(a) educador(a) que lida com pessoas que sofrem opressões, bem como sobre a capacidade que a educação precisa assumir como prática da liberdade.

A fotografia 4 dispõe, da esquerda para a direita, de seis professores/as da equipe EJA/ educadores/as que seguram uma bandeira com a imagem centralizada do candidato Lula e, ao fundo, há a imagem da bandeira do Brasil, seguida da bandeira do Pará. Estes professores/as movimentam os seus corpos publicamente a favor da inclusão social e educacional, com destaque para os grupos humanos da Educação Especial.

A partir deste momento, as fotografias dispostas neste texto têm uma relação com o contexto mais íntimo da sala de aula que representa ser também um lugar de luta, resistência, de valorização da educação pública, inclusiva e do respeito à diversidade das populações oprimidas e excluídas. Vimos e sentimos, no exercício da Escrita Coletiva, florescer a ajuda autêntica entre os estudantes com deficiência e os/as educadores/as do NEP/UEPA e da EJA/CRIE.

Hooks (2017) nos comunica que:

Ajuda autêntica, não é demais insistir, é aquela em cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum, de conhecer a realidade que buscam transformar. Somente nessa prática, em que os que ajudam e os que são ajudados se ajudam simultaneamente, é que o ato de ajudar não se distorce em dominação do que ajuda sobre quem é ajudado (p. 76).

Nesse sentido, as fotografias 5 e 6, dispostas a seguir, são espontâneas. Ambas tiradas na sala de aula. A primeira com educandos/as e educadores/as realizando a dança/luta da capoeira, e a segunda com a disposição das pessoas presentes no encontro de educação/alfabetização, em uma roda de afetos, nas quais as pessoas estavam sentadas diante de uma mesa redonda (cenário forjado com a junção de um conjunto de carteiras que simulam o círculo).

Fotografia 5: Práticas de Educação na EJAI (CRIE/SEMEC 27.10.2022)



Fonte: Acervo próprio (2022).

A fotografia 5 demonstra o bailado dos corpos de estudantes com deficiência, maioria intelectual, no contexto de práticas da Educação Popular orientada por princípios da educação de Paulo Freire. Em meio ao fogo cruzado das eleições presidenciais no Brasil, há uma microestrutura que resiste e, mais que isso, insurge. Os educandos conversam, dançam, problematizam sobre processos de exclusões a partir de seus corpos, de suas memórias, de suas histórias de vida que, articuladas aos saberes da História do Brasil, da Geografia, das Artes tensionam o racismo, a discriminação, a xenofobia e o capacitismo a que seus corpos são expostos.

Fotografia 6: Práticas de Educação na EJAI (CRIE/SEMEC 13.10.2022)



Fonte: Acervo próprio (2022).

A fotografia 6 apresenta o movimento de circularidade e horizontalidade que materializa encontro entre os pares, Educadores-Educandos, mediados pelo diálogo. Diálogo esse decodificado como encontro entre seres humanos, bem como diálogo como encontro de diferentes saberes, o de *experiência feita* e os sistematizados pela humanidade (Freire, 2005; 2022). Nesses encontros, os educandos são provocados nas suas zonas de desenvolvimento potencial e neles os educadores/as também aprendem.

Saul e Saul (2022) discorrem que o diálogo ensinado por Paulo Freire não se amiúda a uma simples conversa, não pressupõe apenas trocas de informações, mas implica:

Uma partilha de saberes. É condição para a construção de conhecimento, porque na situação dialógica, a comunicação entre sujeitos, que estão dialogando, problematiza o objeto de conhecimento, questionando, criticando, avaliando, trazendo novos aportes de informação, enfim, ampliando as dimensões do que é possível saber sobre o objeto a ser conhecido/reconhecido (ivi, p.25).

O aprendizado sobre o diálogo é construído no cotidiano, e o educador progressista é uma pessoa que não tem o medo de se arriscar, de criar, de conhecer o novo, de se envolver com demandas inusitadas que lhe exigem responsável e rigoroso estudo. O aprendizado sobre o diálogo se realiza na prática dialógica na qual um espaço de encontro horizontal é forjado e em que a pergunta marca permanente presença.

No dia 27 de outubro de 2022, no auge das eleições para o segundo turno, a cidade de Belém estava “enlouquecida”, com carros de som barulhentos por toda a parte. Naquela noite, tínhamos previsto um encontro de Educação Popular com nossos educandos, no qual vivenciamos uma situação curiosa, como relatado a seguir:

Estávamos na escola, situada em um bairro periférico de Belém, realizando um trabalho de Educação Popular com a EJA e na frente da escola havia um movimento que envolvia muito barulho, em virtude das eleições (não sei se pró-Lula ou pró-Bolsonaro). O barulho era tanto que não conseguíamos desenvolver o encontro educativo. Os/as educadores/as, ficamos imóveis diante deste cenário, na verdade já estávamos buscando outra sala para que pudéssemos tentar realizar as atividades educativas propostas, quando, de repente, fomos surpreendidos pelo silêncio. O que houve? Adentrou na sala de aula um estudante negro com deficiência intelectual que nos informou: - *Eu pedi pra eles pararem o barulho...* Que postura!

Enquanto estávamos imobilizados e angustiados com o barulho o estudante foi lá e resolveu o problema (Relatório, NEP-EJAI, 2022).

Percebemos que em meio ao momento que antecedia as eleições, com toda a efervescência que lhe era inerente, havia um acontecimento ocorrendo na sala de aula. Um acontecimento educacional que, sozinho, não daria conta de transformações sociais mais amplas, mas concordamos com Freire, que sem esses acontecimentos, que trazem à tona dimensões éticas, políticas e estéticas, grandes transformações não poderiam se dar.

Nosso estudante adulto com deficiência intelectual queria estudar! Ele queria participar daquele encontro de Educação Popular que acontecia em uma escola na periferia de Belém, encontro no qual ele é visto, sentido e compreendido como pessoa que tem voz e vez. Como pessoa que é respeitada. Aprendemos muito com nosso estudante que teve uma postura política e estética incrível: a da mobilidade, a do movimento, a do diálogo e a da resolução de problemas.

Por fim, compartilhamos as fotografias 7 e 8, que retratam os corpos de educandos/as e de educadores/as populares na confecção de corpos negados, corpos segregados, mas, sobretudo, corpos ressignificados nos encontros de Educação Popular como corpos históricos, corpos culturais, corpos de resistências e de lutas. Corpos nos quais Freire (2005) comunicou ter sua vocação ontológica negada, mas também “afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (*ibidem*).

Fotografia 7: Práticas de Educação na EJA (CRIE/SEMEC 03.11.2022)



Fonte: Acervo próprio (2022).

Fotografia 8: Práticas de Educação na EJA (CRIE/SEMEC 03.11.2022)



Fonte: Acervo próprio (2022).

São corpos pelos quais os educadores não podem se furtar do rigoroso exercício ético de se implicar com as pessoas oprimidas, de lutar contra as injustiças, de ter o direito de ter raiva, de se assumir politicamente no mundo a favor dos “esfarrapados da terra”.

As duas fotos, tiradas espontaneamente, ilustram uma cena do cotidiano educacional, no qual educandos/as e educadores/as, com tecidos e tesouras nas mãos, bem como com boa capacidade atencional

dedicada à resolução do desafio proposto ao coletivo, confeccionam Abayomis.

Os corpos dos estudantes, a postos e dispostos, movimentavam-se no corte do tecido, no levantar e sentar de suas carteiras, no amarrar e produção das bonecas. Todos esses movimentos representam uma baila insurgente em uma prática de Educação Popular em que educandos/as e educadores/as nas práticas educativas cotidianas constroem corpos humanos a partir da feitura de um objeto simbólico ancestral e de resistência denominada “Abayomi”.

A partir desta produção coletiva, educadores/as e educandos/as revisitaram os seus corpos e encontraram neles marcas pelas quais foram colocados em “não lugares”, marcas pelas quais foram socialmente negados nas suas condições existenciais, por pertencerem a lugares étnico-raciais de saúde mental e de condições de deficiências historicamente colocados com menos valor.

Esta situação causa incômodos e sofrimentos psíquicos nos educandos/as que, a partir do diálogo, da pergunta e da problematização, são convidados a refletirem sobre essas dores, a sentirem-nas, individual e coletivamente, a terem suporte emocional no âmbito coletivo para depurarem-nas, ressignificarem-nas com o processo da cicatrização das feridas socialmente abertas por práticas discriminatórias e capacitistas.

Interessante perceber a conexão entre as fotografias 7 e 8, que expressam aspectos políticos de enfrentamento ao racismo e ao capacitismo, desenvolvidos no microcontexto da sala de aula, ao mesmo tempo em que se tem no Brasil um movimento forte de denúncias e enfrentamentos ao governo fascista. Percebe-se a conexão vivida no âmbito local com as desenvolvidas no cenário nacional.

Importante destacar que, após as eleições, esses corpos mantiveram suas bailas permanecendo na luta e na resistência a quaisquer formas de discriminação, visto que o cotidiano é um lugar em que as pessoas marcadas por diferenças precisam ser ressignificadas como seres de potência e de capacidade nas suas diferenças.

A luta continua com o esforço e a busca incessante de desnaturalizar as práticas discriminatórias e capacitistas, bem como na busca por estratégias para que nossos estudantes, público da Educação Especial, fortaleçam o ego. O intuito é que se saibam seres humanos inconclusos no mundo, por isso

mesmo, seres históricos e de criação, pessoas que podem movimentar o curso de suas vidas em uma caminhada para *ser mais*.

O cenário político nacional e internacional

Até o presente momento da escrita deste texto, temos compartilhado fotografias de educadores/as e educandos/as em diferentes contextos de luta que podem se dar com o movimento dos corpos nas ruas como forma de ratificação pública da não-aceitação das posturas autocráticas assumidas pelo então presidente Jair Bolsonaro, bem como em espaços privados como o de estudo e planejamento da equipe e o do contexto da sala de aula.

Em todos esses espaços, vivenciamos e sentimos uma organização ética, política e estética que acolhe as diferenças como riqueza, as diferenças como possibilidades para conhecer, as diferenças para *ser mais*, como referido por Oliveira (2015) e Freire (2022).

Nesta seção, destacamos o movimento político das eleições presidenciais brasileiras no cenário nacional e internacional com algumas figuras que circularam em grupos de *WhatsApp*, a partir de manchetes de jornais e de sites vinculados a Conselhos de Classe e a Movimentos Sociais.

Neste sentido, tivemos a possibilidade de realizar conexões entre o movimento ético, político e estético realizado no cenário local com o movimento ético, político e estético realizado no cenário nacional e internacional. Assim, destacamos as figuras 3, 4 e 5, imagens carregadas de sentidos que vamos descrever a seguir.

Figura 3: Grupo de *WhatsApp* (28.10.2022)



Fonte: Acervo próprio (2022).

A figura 3 apresenta um encarte ao centro, colado no tronco de uma árvore. Da esquerda para a direita, apresenta a metade do rosto do candidato Lula, seguindo-se a outra metade do rosto, a do presidente, até então em exercício, Bolsonaro. Ao fundo do encarte, identifica-se, na posição do rosto do candidato Lula, densa floresta viva; já, ao fundo, na posição do rosto do então presidente, à época e candidato à reeleição, tem-se a imagem de uma floresta em chamas. O encarte referido pela figura 3 apresenta uma manchete internacional divulgada pelo *The New York Times* que refuta a postura ecocida do então presidente Bolsonaro ao mesmo tempo em que expressa apoio ao candidato Lula.

As figuras 4 e 5, resultantes de *prints* compartilhados por grupos de *WhatsApp*, trazem para a cena, respectivamente, um cartaz que retrata a preocupação com a desigualdade social que tem sido causa de sofrimento psíquico, publicizado pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP 10), e a manchete do portal Geledés, que destaca o levante das minorias nas urnas contra o presidente Bolsonaro.

A figura 4 tem, ao centro, a figura de uma criança, menino de pele escura, deitado no chão, de costas, com vestes e pés sujos. Ao fundo da imagem, a simulação de um quarto limpo com uma cama com colchas macias e brinquedos na parede. A chamada da figura retrata “A

desigualdade social causa sofrimento psíquico” seguida do texto do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre o direito à vida e à saúde.

Figura 4: Grupo de WhatsApp (28.10.2022)



Fonte: Acervo próprio (2022).

A figura 5, do Portal Geledés, apresenta, no canto, à direita, uma imagem com representantes do movimento negro, homens e mulheres de diferentes faixas etárias, destacando-se ao centro a professora Sueli Carneiro. A chamada da manchete é provocativa em virtude de comunicar “O levante das minorias contra Bolsonaro nas urnas”.

Figura 5: acesso ao Portal Geledés (28.10.2022)



Fonte: Portal Geledés (2022).

Paulo Freire, em sua conversa com Guimarães (2021), comunica não gostar muito do termo *minorias* em virtude de que as “minorias são sempre, somadas, à maioria?! Por exemplo, os movimentos de mulheres, os movimentos ecológicos, de homossexuais, de negros etc.” (p. 155). Não desejamos nos ater à inquietação de Freire quanto ao termo “minorias”, mas ao movimento dessas minorias que, somadas, têm-se constituído em grandes maiorias no Brasil. Maioria que sofre com a fome, maioria que sofre com a morte, maioria que sofre com o descaso público com a saúde e o lazer, maioria que sofre com o desemprego e subemprego, maioria deixada às ruas... Essas maiorias bailam! Movimentam os seus corpos no cotidiano em busca de conexões nas suas lutas e têm realizado um grande movimento das maiorias.

Na manchete do portal Geledés, a promessa do “Levante das minorias contra Bolsonaro nas urnas” se consolidou com a deposição do déspota quando as maiorias ratificaram nas urnas que não queriam viver por mais quatro anos sob o jugo de um governo fascista.

Hoje, passadas as eleições, conseguimos compreender melhor o fenômeno político vivido no Brasil, um país que nasceu de uma profunda agressão histórica e que tem no poder uma elite subserviente à economia internacional. Um país ecocida, racista, homofóbico, capacitista, que tem um falso legado histórico de democracia racial forjado por supremacistas brancos para maquiagem todas as formas de discriminação.

Hoje conseguimos perceber as conexões entre os movimentos de bailas dos corpos de educadores/as e educandos/as da EJA/CRIE e NEP/UEPA no contexto local, da microestrutura com os contextos nacional e internacional. Movimentos corporais que se agregaram por uma luta comum em que o esperançar freireano se substantivou com encontros educativos (de estudo e planejamento, de ida às ruas, de práticas educativas na sala de aula) para que as pessoas com quaisquer marcas de diferenças fossem lidas como seres humanos.

Nesse contexto de encontro, percebemos que as maiorias têm colocado em suas mãos a responsabilidade de, enquanto sujeitos históricos, seres inconclusos, lutar e enfrentar, a partir da assunção da ética humana, de um compromisso político e estético com as pessoas oprimidas. Assim, fizeram o levante contra o governo genocida no poder no quadriênio 2018-2022.

O episódio fatídico de 8 de janeiro convida as minorias (que se tornaram as grandes maiorias deste país) ao processo da vigilância e de luta permanente a favor do estado democrático de direito que necessita ser garantido às suas instituições para que a população possa ter assegurado o seu trânsito livre no território nacional sem o medo da morte ou de seu silenciamento.

Pós-eleições: a esperança venceu o medo, mas a luta continua

No dia 30 de outubro de 2022, após os resultados das eleições, o negacionismo tomou conta do circuito nacional brasileiro. As eleições foram colocadas em xeque. Suspeitas de fraudes eram corriqueiramente anunciadas pelos tristes bolsonaristas que passaram a fincar “morada” em frente aos quartéis em todo o território nacional, solicitando intervenção federal; Belém do Pará não ficou ileso a essas investidas.

Os dias imediatamente posteriores às eleições e o dia 8 de janeiro de 2023 foram marcados por muita fúria. Os primeiros dias do pós-eleições foram sentidos com o fechamento de muitas ruas ao longo deste “brasilzão”. Queimadas de pneus nas estradas, cânticos do hino nacional brasileiro, alguns cânticos “celestiais”, mão no peito, o rosto de “fiel” defensor de Bolsonaro esbravejava furor diante dos resultados que as urnas anunciaram, foi por pouco! Foi por muito pouco que o amor venceu o ódio.

Pessoas raivosas vestidas de verde e amarelo andavam pelas ruas tentando intimidar pessoas que vestiam arco-íris. Olhos marcados pelo ódio gritavam em defesa da *Pátria*, da *Família* e de *Deus*. O hino nacional era entoado, ao mesmo tempo em que ruas eram fechadas de modo a promover o caos. Lamentável que quem se colocava a defender a *pátria*, a *família* e *Deus* o fizesse com armas nas mãos.

Ao caminhar pelas ruas de Belém, percebíamos os olhares de condenação e/ou aprovação tanto para os corpos que vestiam verde/amarelo quanto para os que vestiam vermelho, o sentimento de medo e insegurança era nítido. Apesar do medo, a esperança ressurgiu com o sentimento de mudança de corpos que juntos somavam-se às ruas, como uma romaria pelo desejo de transformação, de retomada de direitos, de liberdade, de poder ser homem, ser mulher, ser LGBTQIA+,

ser pessoa com deficiência, ser feliz, sem o temor da censura, do preconceito e da discriminação.

Algumas considerações

Este estudo permitiu reflexões sobre um momento ímpar vivido na história do Brasil, o das eleições presidenciais de 2022. Nos possibilitou um mergulho neste cenário político aterrador do qual pudemos costurar tensas articulações de um governo necrófilo com sua política de morte, ao mesmo tempo em que um campo de resistência fundou suas bases para enfrentar, talvez com medos e inseguranças, mas de peito aberto, a postura fascista que foi destituída do poder, ainda que por um fio, pelo movimento popular que se consolidou pelo movimento democrático nas urnas.

Colocamo-nos o dever de reafirmar, a partir das reflexões tecidas neste texto, a importância do fazer ético que, radical, exige posturas educacionais cada vez mais implicadas com os grupos humanos que sofrem opressões, a exemplo dos estudantes que são o público da Educação Especial, destacando-se os estudantes jovens, adultos e idosos presentes neste estudo.

O sentimento do dever cumprido, porém vigilante e na resistência, parece ter voltado às margens nada plácidas dos muitos “Brasis” que escolheram pôr fim ao discurso e às práticas de intimidação, medo, ódio, temor, ojeriza às diferenças, preconceito, discriminação, misoginia, sexismo, machismo, xenofobia, homofobia, capacitismo e tantas outras formas de negação da vida e da liberdade de um povo com suas histórias, saberes, aprendizagens e lutas construídas na coletividade, no respeito e na humanidade.

Com base na Análise de Conjuntura política que construímos no contexto das eleições presidenciais, a Escrita Coletiva desse texto oportunizou um novo olhar sobre nós educadores/as e educandos/as que vivem, pensam e fazem a inclusão educacional na EJA/CRIE em articulação com projeto de Educação Popular desenvolvido com o NEP/UEPA em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Belém com grupos minoritários que congregam as grandes maiorias deste país, a saber: pessoas com deficiência, pretos, pobres, mulheres, idosos, crianças, imigrantes, LGBTQIA+ e outras para repensar, analisar, refletir,

criticar e propor ações e articulações que visem potencializar as práticas inclusivas, humanas e libertadoras.

Assim, percebemos no caminhar e no tecer da Escrita Coletiva, que fomos tensionados e mobilizados a revisitar nossos saberes, medos, incertezas, preconceitos, dúvidas, angústias, tristezas, alegrias, entre tantos outros sentimentos que refletem a complexidade humana e suas relações pessoais, profissionais e sociais para expressar e demonstrar nossa percepção à conjuntura política vivenciada no Brasil, Belém, CRIE/EJAI e NEP/UEPA antes, durante e após as eleições presidenciais de 2022, e que ressignificaram nossas lutas pela Educação Inclusiva, pelo respeito às diversidades, pela liberdade, pela democracia e pela dignidade do ser humano.

Referências

BARROCO, M. S. **Contexto e textos de Vygotski sobre a defectologia**: a defesa da humanização da pessoa com deficiência. *In*: BARROCO, M.S.; LEONARDO, N.S. Tessaro; SILVA, T. dos S. A. (orgs). **Educação Especial e a Teoria Histórico-Cultural**: em defesa da humanização do homem. Maringá: Eduem, 2012.

BELÉM. **Plano de Ação Geral do CRIE/DIED/SEMEC – 2021**. Belém: Semec, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de

dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 mar. 2022.

BUBER, M. **Eu e Tu**. São Paulo: Centauro, 2004.

ESTEBAN, M. L. **Antropología del Cuerpo: Género, Itinerarios corporales, identidad y cambio**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Partir da Infância: diálogos sobre educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2017. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla.

MINAYO, M. C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MURACA, M. **Práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: uma etnografia colaborativa**. 2015. 474 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160564/337744.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 mar. 2023.

OLIVEIRA, I. A. de. **Saberes, imaginários e representações na Educação Especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, I. A. de. **Paulo Freire**: gênese da educação intercultural no Brasil. Curitiba: Editora CRV, 2015.

SAUL, A. M.; SAUL, A. Tramas conceituais do pensamento freireano: uma construção para o ensino e a pesquisa. *In*: OLIVEIRA, I. A. de; SANTOS, T. R. L. (Orgs.). **Tramas conceituais sobre o pensamento educacional de Paulo Freire**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022.

UOL. **Ribeiro sobre crianças deficientes nas escolas**: 'Não queremos inclusivismo'. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/24/milton-ribeiro-ministro-da-educacao-fala-criancas-deficiencia.htm>. Acesso em: 11 dez. 2022.

Eleições 2022 no Brasil: silenciamento x liberdade política no contexto de trabalho

Ester Miranda da Silva Pereira¹

Gláucia Nunes de Souza da Conceição²

Marcelly Irene de Miranda Rosa³

Márcia Cristina dos Santos Bandeira⁴

Introdução

Este trabalho tem o propósito de analisar relações entre indivíduos em contextos laborais na área da Educação e Saúde a partir do cenário político no Brasil no ano de 2022, mais especificamente, nos períodos de setembro, outubro e novembro, pré e pós-eleição presidencial no primeiro e segundo turno, bem como o posicionamento dos professores e profissionais da Saúde quanto à atual conjuntura política. Esta pesquisa é decorrente da participação do minicurso “Escrita Coletiva, formação e pesquisa na perspectiva da Educação Popular” no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

De acordo com premissas marxianas, o trabalho é a atividade ontológica humana, ou seja, condição indispensável para assegurar a sua existência. O advento do capitalismo provocou transformações na lógica

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, terapeuta ocupacional da Fundação Santa Casa da Misericórdia do Pará e da Universidade do Estado do Pará.

²Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências da Amazônia da Universidade do Estado do Pará, professora da educação básica do município de Belém.

³Professora da educação básica do município de Belém e Especialista em Pdagogia da cultura corporal pela Universidade do Estado do Pará.

⁴Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, professora da educação básica do município de Belém e professora de ensino superior no FIBRA/PA.

da existência em seu caráter exclusivo de “humanização”. Nesse sentido, Reis (2009) problematiza a dualidade do trabalho e destaca que ele representa emancipação humana e, ao mesmo tempo, possibilidade de degradação à medida que a exploração se configura em condição permanente, estabelecida não apenas entre o ser humano e a natureza, mas, sobretudo, entre os seres humanos.

Partimos do pressuposto de que muitas das inquietações existentes no ambiente de trabalho, de diferentes áreas do conhecimento, podem ser oriundas de tensionamentos de cunho político, numa complexa relação entre pessoas com perspectivas e experiências diversas tais como: educação, saúde, segurança e política. A partir desse contexto, com relação ao processo de escolha democrática do novo presidente do país para o ano de 2023, era necessário que a sociedade buscasse conhecimento para se engajar na defesa daquele que a representasse (ou pelo menos mais se aproximasse) de seus valores, ideais e perspectivas de vida.

Para compreender um pouco desse fenômeno, pensamos sobre a relevância de escutar as vozes de sujeitos de diferentes locais de trabalho. Assim, foram escolhidos contextos de trabalho relacionados à Educação e à Saúde, onde coabitam vários interesses, enfrentamentos e concepções políticas. Lembramos que o texto não é sobre uma estrutura piramidal de poder social⁵, e sim sobre a luta por direito social e político que se apresentava cada vez mais complexa naquele tenso cenário de disputa eleitoral no ano de 2022. Dessa forma, foram selecionados ambientes laborais dos seguintes contextos de Educação e Saúde: 1 escola da educação básica da rede pública, 1 espaço da universidade pública, 1 espaço informal de ensino e 1 espaço de hospital público.

A partir dos ambientes laborais de professores e de profissionais da Saúde, constituíram-se os objetos de interpretações e diálogos. Mostramos aqui esses profissionais representados em seus locais de trabalho, por vezes acuados em seu direito e escolha de voto pelas legitimações das escutas dos colegas de trabalho que, não raro, ocupam

⁵ Capacidade que certos indivíduos têm de influenciar uma sociedade por meio do discurso, de seu carisma ou pela posse de meios que permitam uma grande difusão de suas ideias.

função hierárquica superior como coordenação, supervisão, direção técnica em saúde.

Partimos do pressuposto de que os profissionais da Educação e da Saúde são trabalhadores em luta constante pela garantia de direitos, por melhores condições laborais e remuneração justa, o que converge, portanto, com os interesses da classe trabalhadora de maneira geral. Os cenários da Educação e da Saúde aqui expostos, os elementos do mundo do trabalho, o comportamento, as formas de exercer as atividades laborais e as interrelações pessoais estabelecidas podem refletir as convicções políticas de cada profissional.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo apresenta abordagem qualitativa que, segundo Minayo e Sanches (1993), é a busca pormenorizada da compreensão de problemas, pessoas e relações. Ela permite o aprofundamento da compreensão da complexidade de fenômenos, fatos e processos; vai além da observação, estabelece inferências e atribui significados ao comportamento.

Para a coleta de dados, utilizou-se um documento importando a observação de seus participantes no ambiente laboral e foi aplicado o instrumento de entrevista aberta. Segundo Lakatos e Marconi (2002), a observação permite que os dados sejam coletados à medida em que ocorrem. Por sua vez, a entrevista possibilita a aproximação dos pesquisadores com maior riqueza de informações/opiniões dos sujeitos. Nesse sentido, dispomos do método da História Oral por entender como uma forma de coletar relatos sobre vivências e relativos à conjuntura que se apresentava, seus processos ou acontecimentos relevantes.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (Alberti, 2008, p. 155).

A preparação do roteiro da entrevista seguiu as seguintes linhas: frequência sobre discussões políticas por parte dos autores da pesquisa

(comprometidos com a transformação social) e interlocutores (os sujeitos sociais); relação entre interlocutores; acontecimentos que tiveram impacto na política e o posicionamento quanto à atual conjuntura política. A entrevista foi realizada em dois momentos: antes do segundo turno e no período de pós-eleição, com amostra de 6 participantes.

Para organização, registro e posterior compartilhamento das informações coletadas para análise, utilizamos gravações em áudio e observação, instrumentos da pesquisa que foram empregados como “modo de apresentação do cenário pré-eleição nos meses de setembro e início de outubro e pós eleição novembro, descrição, ordenação das vivências no ambiente de Educação e Saúde e as escutas dos sujeitos” (Araújo *et al.*, 2013, p. 54), o que auxiliou na separação de evidências dos acontecimentos desde o delineamento inicial ao término das observações.

Em relação à análise dos dados, foi empregado o método analítico global, encarregado de deslocar as seções que formam a totalidade do caso a ser estudado, ou seja, a conjuntura sobre as eleições de 2022 no Brasil. Assim, foi possível estabelecer as relações de causa e natureza. Esse método permite a análise do objetivo da pesquisa a fim de gerar analogias e reflexões. Com isso, é possível compreender cada elemento abordado e conhecer a natureza do fenômeno de estudo para revelar sua essência.

Para contextualizar os participantes e o *lôcus* de pesquisa, é necessário esclarecer que as autoras da pesquisa têm formação na área da Educação e da Saúde.

O *lôcus* de pesquisa é representado por ambientes de trabalho de professores e de profissionais da saúde, a saber: a) 1 Escola da educação básica da rede pública que atende o ensino médio em um centro de mídias do estado, com professores atuantes de forma híbrida com o ensino médio com algumas escolas do interior do estado do Pará, sendo que nesse espaço há professores de todas as áreas da educação básica; b) 1 curso de universidade pública, em espaços informais de ensino e 1 cenário laboral na área da Saúde de ambiente hospitalar, ou seja, espaços educacionais no campus III da UEPA, do curso de Educação Física, tendo como foco principal o projeto de dança; c) 1 escola municipal de educação infantil de tempo integral, representada por profissionais que posicionaram-se de forma enfática sobre a sua convicção política; neste

ambiente ocorreu unanimidade no posicionamento político, traçando-se diálogos e opiniões pontuais a respeito dos direitos da população e sobre propostas políticas para a sociedade; d) 1 ambiente da área da Saúde com os participantes da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCPM), especificamente o setor de internação pediátrica. Trata-se de um local de atendimento de média e alta complexidade constituído por cerca de 90 leitos ao total. A equipe é constituída por profissionais de nível fundamental, médio e superior, sendo todos eles importantes para a assistência de qualidade e para o bem-estar das crianças e seus cuidadores.

Nesses cenários também transitam diferentes concepções e valores, inclusive políticos, que emergiram, principalmente, durante o período que antecedeu a eleição presidencial. Contudo, tais posicionamentos, reflexões e debates ocorreram, em sua maioria, de forma “oculta”, nas entrelinhas dos diálogos.

Na área da Saúde, especificamente, poucos profissionais manifestaram mais abertamente suas convicções por meio de manifestações explícitas “extramuros” do hospital, através de redes sociais ou em movimentos nas ruas. A rotina do espaço observado, UTI pediátrica, não favoreceu a execução de todas as etapas da pesquisa, sendo possível a observação e a entrevista de apenas uma profissional da equipe de Saúde.

Assim, a escuta das vozes em ambientes de trabalho e com sujeitos distintos descreveu e analisou os pontos convergentes entre o contexto de trabalho e a dinâmica política relacionados ao último período eleitoral presidencial.

Atravessamento entre diálogos

A eleição presidencial brasileira do ano de 2022 fez emergir um cenário de esperança de dias melhores tanto para a Educação como para a Saúde. A partir das escutas e diálogos, percebeu-se que os professores, em sua maioria, têm um grito abafado de lutas e denunciam retrocessos oriundos, sobretudo, do período de 2019 a 2021, não apenas em função do desempenho da sua atividade profissional, mas também dos vários papéis atribuídos a si mesmos (ser pai, mãe, filho/a, amigo e família)

Consideramos que o papel do professor é de extrema importância para a sociedade, pois está imbuído na formação científica e cidadã de seus educandos e, por conseguinte, no processo de construção de concepções éticas e políticas. O ensino é um ato político e, como reforça Freire (2010), o educador não pode acreditar que uma aula ou curso podem transformar o país, entretanto, podem contribuir com a possibilidade de mudança, o que reforça o seu caráter político-pedagógico.

A Constituição Federal (1988), no Artigo 205, dispõe que a Educação se configura como direito de todos e dever do Estado e da família e, como tal, deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tal como nas diferentes formas de expressões e interações do professor no seu ambiente de trabalho, o clamor por liberdade cidadã e posicionamento crítico também ocorre no campo da Saúde, também previsto constitucionalmente no artigo 196 da Carta Magna Brasileira (Brasil, 1988). Esse artigo dispõe sobre a Saúde como direito de todos e dever estatal, assegurado por meio de políticas sociais e econômicas que buscam a redução do risco de doença e de outros agravos e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A oferta de cuidados em Saúde está imersa na prática capitalista, tratada como produto a ser explorado economicamente, contrapondo-se à perspectiva de totalidade e indissociabilidade, em que as peculiaridades do contexto familiar, sócio-histórico, cultural e educacional estão diretamente relacionadas às necessidades e condições de saúde. Reiteramos que o sistema de Saúde é integrado não apenas pelos serviços de Saúde em si, também pela mídia, escolas, universidades, indústrias etc.

A forma como são encaradas as diferentes concepções políticas pode influenciar o próprio ambiente de trabalho, que pode se tornar harmonioso ou hostil, seja com os colegas ou mesmo com a gestão institucional laboral. Há de se considerar a coexistência de diferentes grupos com interesses e inclinações distintas. As concepções políticas

são vivas e dinâmicas e as contraposições e conflitos decorrentes são necessários para qualquer mudança, desde que ocorram e subsistam de forma respeitosa.

Com isso, concordamos com as premissas destacadas por Viana (2022) quando aponta a necessidade do respeito às subjetividades, da valorização das singularidades, do cuidado de si, do outro e da pluralidade do ser. É um complexo desafio, até porque, conforme Albuquerque (2021), as grandes mídias e instituições formadoras, hegemonicamente, ainda têm reproduzido e atualizado leituras coloniais do mundo, marcadas pela estigmatização e até destituição de direitos.

A conjuntura política anterior à eleição de 2023 e pós-eleição acarretou insegurança e desalento aos professores e profissionais da Saúde. Somam-se a isso os discursos de opressão e ódio nas redes sociais (Cruz, 2022), as quais, no período pós-pandêmico, viraram extensão do local de trabalho na área da Educação, com as aulas remotas e a presença da grande mídia no que acreditamos ser “manipulações planejadas” sobre as políticas eleitorais; e na área da Saúde, com as consultas e atendimentos *online*.

Polarização de ideias

Pré-eleição

Neste momento, analisaremos as informações coletadas na pesquisa, partindo do intuito de compreender quais comportamentos e relações os interlocutores escolheram para expressarem seu posicionamento político-social. Em linhas gerais, o que presenciamos foi a disputa entre dois governos: de um lado, a esquerda representada por Luiz Inácio Lula da Silva e, de outro, a direita, representado por Jair Messias Bolsonaro.

Tal cenário proporcionou um misto de sentimentos e ideias pautados na esperança, na luta pela superação, nas dúvidas, no medo, no conformismo, na alienação, na intolerância e até no silenciamento da população. Utilizamos escuta e olhares sensíveis para tentarmos entender posicionamentos e diálogos traçados sobre esse contexto político, no primeiro momento, referente ao período pré-eleição.

Dessa forma, os espaços educacionais e o espaço hospitalar observados, em sua maioria, não utilizavam identificações partidárias. Porém, as canecas, *bottons* e adesivos nas camisas se configuraram como manifestações tímidas e individualizadas. A identificação partidária representa um compromisso estável do eleitor para com o sistema político-partidário, o que é sugestivo a configurar uma forma de consolidar atitudes, opiniões do eleitorado e de suas práticas e relações na sociedade.

A partir dos relatos e observação, constatamos que essa identificação antes das eleições ocorreu de forma contida. Em alguns contextos, era visível a influência bolsonarista levando a esquerda ao silenciamento e, em outros contextos, o inverso. Isso nos leva à reflexão sobre o porquê dessa omissão. Assim, levantamos alguns pontos sobre possíveis explicações para tal silenciamento.

Um deles foi percebido nas falas dos participantes quando perguntados sobre a frequência com que se discutia política. Os sujeitos, denominados no momento da pesquisa com nomes fantasia de P01, P02, P03 e P04 em ambiente de Educação e P05 e P06 em ambiente de Saúde, relataram que não se falava muito sobre política em âmbito educacional, raramente era verbalizada alguma situação ou crítica à realidade no período de 2022, somente era tratada na perspectiva dos partidos políticos através, principalmente, de brincadeiras e ironias, como relatado abaixo:

Não falamos sobre política, nem em rodas de conversas, pra evitar intrigas e perder amigos. No ambiente educacional, nas salas de aula, são poucos os professores que expressam sua opinião sobre posicionamento político, as relações são mais de brincadeiras e até mesmo de ironias. (P01, 10 de outubro de 2022 [Educação]).

Podemos perceber o temor, medo por parte de alguns participantes do processo de educação e de grupos sociais pertencentes a esse espaço. Ser apático à política, não participar de discussões e não buscar informações constituem formas de perder a chance de, mesmo implicitamente, participar da gestão e manutenção do governo, um dever que é de todos os que integram a sociedade.

O professor, enquanto agente transformador, precisa compreender a importância de refletir sobre política em suas aulas, principalmente em

se tratando da formação de futuros professores, caso de um dos locais de pesquisa, a própria Universidade. Omitir-se do posicionamento e do diálogo construtivo sobre economia, questões raciais, intolerância, marcos históricos, avanços e declínios no processo de formação da atual sociedade é impossibilitar o movimento de transformação e superação de uma realidade pautada no desemprego, na fome, na falta de qualidade da Educação, Saúde e Segurança, na intolerância e no mascaramento do preconceito. Trata-se de concepções de uma sociedade capitalista cujo objetivo do ensino está voltado ao mercado de trabalho e não à emancipação do indivíduo enquanto ser social que busca melhores condições de vida.

A partir desse viés, entendemos que o professor não pode ser neutro, que não existe neutralidade ideológica, religiosa e política no Estado⁶. Caso contrário, todas as noções históricas, culturais e sociais formadoras da identidade da própria história dos docentes e discentes não existiriam. Dessa maneira, esse processo de ensino-aprendizagem é o espaço de construção do conhecimento, de novas possibilidades de desconstrução, de dar significado e ressignificar, de pensar sobre a superação social que motiva o ideal de uma sociedade justa e igualitária.

Quanto às relações entre esses interlocutores, os sujeitos da Saúde P05 e P06 afirmaram que, em suas rodas de conversas, falavam frequentemente sobre política e idealizações de sociedade. Foi instigante a observação com esses participantes, haja vista que os grupos sociais a que pertencem expressavam a mesma opinião política e, quando havia discussão com indivíduos de outras ideologias, entravam em conflito de maneira agressiva e impositiva.

Infere-se que a discussão política se torna mais acessível e compreensível quando os interlocutores expressam a mesma opinião. Isso nos remete a uma análise preocupante para as reflexões sobre democracia, visto que é necessária a tolerância das contradições e das diferentes opiniões para a construção de um diálogo democrático e construtivo.

⁶ Uma característica do Estado tratado aqui é a soberania representada por leis e organização.

Nesse contexto político brasileiro, percebemos a grande influência da intolerância e da violência política e eleitoral no Brasil. As formas de diálogos ocorriam por meio de ironias, brincadeiras e até ofensas entre as pessoas, fato observado em falas como: “ei fulano, tira esse rapaz daqui... Tá de vermelho, não quero petista aqui”; “se Lula ganhar, vai ter picanha”; “com bolsominion não quero papo”; “tu é ignorante e burro por pensar assim”. Esses comportamentos influenciaram uma discussão vazia sobre a conjuntura daquele momento e prejudicaram a problematização do modelo de sociedade vigente.

Nesse momento, o contexto foi abarcado por uma avalanche de intolerância e do silenciar de qualquer opinião contrária, expressada através de racismo, homofobia, intolerância religiosa, xenofobia, pensamentos sexistas e intolerância de opiniões, questões que podem levar à violência verbal e física. É importante pensar até onde vai a liberdade, até que ponto a ética está presente para que não ocorra o aprisionamento do próximo, pois podemos perceber que a troca de ideias e o diálogo diminuíram.

Outro ponto a ser discutido é a relação da influência do uso do poder e a afetividade sobre o posicionamento político dentro do ambiente de trabalho, nos espaços da Educação e da Saúde, expressas em frases como:

“Gente, melhor não falar nada aqui, tem gente que escuta e leva ao coordenador” (P01, 10 de outubro de 2022 [Educação]).

“Quando posto, somente pode visualizar pessoas de esquerda” (P02, 08 de outubro de 2022 [Educação]).

“Aqui é difícil de confiar” (P05, 14 de outubro de 2022 [Saúde]).

“Eu prefiro não me envolver” (P03, 12 de outubro de 2022 [Educação]).

“Sabe que não falo sobre esse negócio de política aqui no trabalho, vai que sou demitida” (P06, 14 de outubro de 2022 [Saúde]).

“Perdi amigos por causa da política” (P04, 14 de outubro de 2022 [Educação]).

“Prefiro não falar pra não me estressar com ninguém” (P03, 12 de outubro de 2022 [Educação]).

“Não perco amizade por política” (P06, 14 de outubro de 2002 [Saúde]).

Assim, analisamos o grande medo por parte dos trabalhadores de exporem seu posicionamento pela necessidade de preservar o cargo que ocupavam, seja no ambiente educacional ou hospitalar. Podemos pensar

que, nesses espaços, o poder, quando colocado de forma legítima, traz uma perspectiva de autoridade.

A questão do poder citada pelos entrevistados está ligada às relações, fato expresso possivelmente em atos envolvendo as relações entre os indivíduos pertencentes ao contexto por eles apresentados. Nele [poder], o comportamento de um recai sobre o outro, influencia o seu comportamento diante da situação que apresentamos na conjuntura política do país mediante um cenário de eleição e mudanças entre 2022 e 2023. Isso foi expresso pelos entrevistados e escutas no local de trabalho. Nos ambientes de trabalho observados, ficou explícito o estreitamento dos posicionamentos de diferentes profissionais sobre uma estrutura piramidal e hierárquica da política, sendo esta pautada pela dominação compreendida como um tipo de poder ainda prevalente nas estruturas e relações de trabalho.

Outro fenômeno observado foi a contradição social. Mesmo com a grande difusão crítica sobre práticas participativas, ainda ocorre a submissão do indivíduo de acordo com seu cargo, condição naturalizada no decorrer da história. Afirmações como “melhor não falar nada aqui” assumem um comportamento e realidade naturalizados, mostrando a eficácia hierárquica entre colegas.

Por fim, no momento pré-eleição, percebemos também a ocorrência de conformismo social⁷, exemplificado nas frases dos participantes:

“Cada um pensa somente no seu umbigo” (P01, 12 de outubro de 2022 [Educação]).

“Rezando e contando os dias para acabar esta angústia” (P02, 08 de outubro de 2022 [Educação]).

“Lula e Bolsonaro são farinha do mesmo saco; o povo briga enquanto eles estão só de boa” (P03, 12 de outubro de 2022 [Educação]).

“No final a gente que se lasca, é o povo contra o povo” (P04, 14 de outubro de 2022 [Educação]).

“Eu espero que quem ganhe seja o menos pior” (P05, 14 de outubro de 2022 [Saúde]).

⁷ É uma atitude social que consiste em se submeter às opiniões, regras, padrões e modelos que representam um mentalidade coletiva ou o sistema de valores do grupo ao qual se adere. Para ver mais: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mentalidade>.

“O meu voto foi nulo, nenhum deles me representa, porém que não continue essa questão que estava” (P06, 14 de outubro de 2022 [Saúde]).

Isso nos leva à reflexão de que essa indiferença pode estar relacionada a todas as reflexões discorridas e em problemáticas que vão além da observação e do diálogo, pois estão relacionados ao processo histórico social e individual de cada sujeito. Dessa forma, não questionar mecanismos para superação de problemas existentes, nessa conjuntura, é não ter compromisso com a busca pela igualdade.

Desse modo, é importante que o eleitor, sujeito político, exerça seu direito e participe da conjuntura política e histórica de maneira consciente e reflexiva, evitando conflitos de valores considerados éticos e morais na sociedade e a banalização da política na sociedade com frases como:

“No final a gente que se lasca, é o povo contra o povo” (P03, 12 de outubro de 2022 [Educação]).

“Não aguento mais política” e “não falo de política” (P05, 14 de outubro de 2022 [Saúde]).

Em uma sociedade desigual onde os trabalhadores e profissionais da Educação e da Saúde se sentem cada vez mais intimidados pelas políticas compreendidas pelos participantes P03 e P05 como esmagadoras do povo, acredita-se que a sociedade precisa buscar conhecer seus direitos constitucionais, políticos e de valorização profissional.

Pós eleição

Partiremos agora para a perspectiva dos participantes e observação do espaço da pesquisa no período pós-eleição, no segundo turno, em que foi conferida vitória ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Identificamos, tanto visualmente quanto na escuta, o alívio, a esperança e a preocupação, expressados em um dos diálogos:

Acredito muito nele, muita gente não acredita, quando ele foi governador da república ele governou para os pobres e a população mais carente precisa de um governo que olhe, o povo tá precisando, porque quem tem mais dinheiro não sofre,

claro que ele não vai governar só pros pobres, vai governar pra todos, dando ênfase aos mais carentes (P03, 03 de novembro de 2022 [Educação]).

Também percebemos pensamentos e expressões relacionados à “espera” pela retomada para a construção de uma sociedade igualitária e de fato democrática, em falas como:

“Agora sim, posso me manifestar, mas, gente, cuidado, não vamos nos igualar” (P01, 07 de novembro de 2022 [Educação]).

“Zeramos tudo por um país melhor e por uma educação em igualdade” (P02, 10 de novembro de 2022 [Educação]).

“Que os professores sejam vistos” (P03, 03 de novembro de 2022 [Educação]).

“Estou aliviado, cheguei a pensar que não ia dar” (P04, 09 de novembro de 2022 [Educação]).

“Que venha logo o 2023 e tudo mude para melhor, para todos” (P05, 04 de novembro de 2022 [Saúde]).

Por fim, percebemos na pesquisa a neutralidade dos entrevistados se esgueirando e dando lugar à opinião ora otimista e ora nem tanto. Assim, as escutas foram do ponto de vista de vozes abafadas e do esperar pela liberdade de um ser social, expressa no posicionamento de: “quando isso passar, porque vai passar; não será mais sobre esquerda ou direita, será sobre todos nós” (P01, 07 de novembro de 2022 [Educação]).

A construção “quando isso passar” tem sentido de presente e passado e traz para a fala do entrevistado P01 o sentido de esperança, do verbo esperar, que não é esperança, e sim espera, mas quando o entrevistado fala, “será sobre todos nós”, demonstra resistência. Assim, o conflito entre passado, presente e futuro tem o sentido subjetivo do “esperançar” em Freire (2013):

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; é se levantar, esperar é ir atrás, esperar é construir, esperar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (p. 28)

Esperançar no futuro: “calma, isso vai passar”

Quando nos propusemos a observar e ficarmos atentas ao processo dos acontecimentos, percebemos o quanto também estamos inseridas

neste movimento. As falas, percepções e trejeitos dos envolvidos são também sentidos e vivenciados por nós. E esta fala “calma, isso vai passar”, dita por uma das pessoas ouvidas, reflete o sentimento e emoções de todos os envolvidos neste movimento eleitoral.

Desse modo, pudemos pensar em inúmeras possibilidades faladas e empregadas pelas pessoas envolvidas naquele cenário político ao pontuarem as justificativas da escolha política e, principalmente, nas utilizadas por muitos dos envolvidos para pontuar o porquê de não escolher o outro candidato. Todas as pessoas observadas nos dois contextos de trabalho em Educação e Saúde escolheram um lado no cenário político. Cada uma delas pôde descrever suas justificativas para a escolha: questões religiosas, melhoria de trabalho, simpatia ao candidato, divergência de ideias, influência da família, do espaço de trabalho, dentre outras.

Ressaltamos que cada pessoa envolvida se posicionou politicamente nessa eleição. Um se expressaram com maior timidez, outras foram mais expansivas; algumas foram impacientes com a opção alheia e outras, dependendo do espaço de trabalho, contiveram-se e silenciaram, deixando suas expressões para o espaço externo ao trabalho.

Observamos e concordamos com a importância de se posicionar politicamente. Independentemente de convicções ou argumentos divergentes, essa eleição se desenvolveu de forma instigante. Grande parte das pessoas do espaço de trabalho, aliás, dos brasileiros, de alguma forma se viu envolvida em conversas sobre as eleições, apenas escutando ou buscando argumentos viáveis para a sua escolha política. É certo que cada pessoa envolvida nessa eleição tem uma história ou um “causo” para contar sobre o posicionamento político das pessoas.

Esse fato nos remete às mudanças de comportamento dos eleitores. Houve sim a posição política tomada por cada um; no entanto, houve também um verdadeiro exercício de sentimentos e emoções ainda evidentes. Entre muitos dos envolvidos, notamos o entusiasmo em eleger o seu pretendente e, para outros, a preocupação com as reações emocionais e o sentimento de anseio de que o pleito finalizasse o quanto antes e tivesse o resultado que representasse a maioria do povo.

Notamos o quanto a polaridade de ideias e de opiniões políticas estão representadas por sentimentos, pois, “calma, isso vai passar”

representa a certeza de que este cenário é um momento histórico e de que a população brasileira vivencia um momento complexo como condição para uma república democrática.

É comum aos envolvidos no processo eleitoral a confluência de sentimentos como ansiedade, angústia, medo, animação, indiferença, competitividade, entre outros. Além de sermos eleitores brasileiros, somos também pessoas que diretamente ou indiretamente se envolvem nesse contexto de divergências ou congruências e não estamos alheios às sensações envolvidas durante o pleito eleitoral, como Freire (2010) exemplifica:

O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tornada como fado ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir (p. 76)

Dessa forma, necessitamos de interação social, e muitos de nós participamos ou visualizamos desconfortos causados por diálogos ou atitudes sobre a eleição que, algumas vezes, desestabilizaram relações de convívio. No entanto, em meio a esse turbilhão de emoções, “calma, isso vai passar” remete não somente ao consolo de uma pessoa que pretende se tranquilizar sobre os rumos eleitorais do país, mas a todos os envolvidos neste cenário tão polarizado de opiniões e de certezas absolutas. Cada um pode decidir manter ou mudar essa condição. Se decidirmos por mantê-la, ocorre a configuração da negação da própria humanidade (*ibidem*).

Destacamos a necessidade de enfatizar a esperança na expectativa e na espera por caminhos políticos e cenários melhores para o nosso país. Podemos considerar que a esperança remete à conjuntura que foi apresentada e que se anseia por mudança em relação à Educação, Saúde, Segurança. É preciso pensar que as falas e os argumentos de ambos os lados desta história política, em sua maioria, não são apenas sobre divergências, mas sobre pessoas que almejam uma sociedade mais agradável para se viver.

Se as pessoas envolvidas convergem no sentimento de esperança para com o país, há uma aproximação das premissas de Freire (2013) em seu livro *Pedagogia da Esperança*, que nos alerta que “enquanto

necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (ivi, p. 17).

Deste modo, podemos compreender que almejamos um mundo bem melhor para todos; constituímos-nos por um sentimento de esperança para o futuro, como bem ratificou Freire (*ibidem*), mas o que realmente faremos para melhorar nossas relações interpessoais? Nosso ambiente de trabalho? Nosso convívio em sociedade e, principalmente, o que estamos fazendo para deixarmos o mundo melhor?

É difícil pontuar o que podemos fazer, é difícil para muitos escolher o representante de sua nação, é difícil compor argumentos lógicos e fidedignos à realidade para a escolha do candidato, é difícil agir com compreensão e aceitação sobre a opinião do amigo que se posiciona de forma contrária à sua. São tantos fatos difíceis que vale a aprendizagem com essa eleição e com as demais que virão. A esperança de melhora do país não terá sentido se não estiver atrelada às atitudes positivas e hábitos saudáveis para comigo, para com o meu parceiro de trabalho, para com a minha família, para com o meu próximo, para com a sociedade, meio ambiente no sentido de ter esperança por dias melhores, como disse Freire (2013):

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança. É que ela tem uma tal importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. Desesperança e desespero, consequência e razão de ser da inação ou do imobilismo (p. 11).

Conscientes da importância de ter esperança, confiamos que teremos momentos mais agradáveis em nosso país. Todavia, somente vislumbrar não é e não será suficiente para construirmos ações mais positivas em nosso país. Que nosso espaço de trabalho, ou qualquer outro, seja um ambiente mais respeitoso, com relações interpessoais mais amorosas e altruístas. Para isso acontecer, precisamos nos

sensibilizar de que esse espaço é constituído por pessoas e cada uma pode fazer a diferença.

Considerações finais: perspectivas e desafios

Este estudo nos permitiu observar quatro ambientes de trabalho, os quais possuem características estruturais e organizacionais diferentes, com profissionais de formações diferentes. Focamos algumas movimentações e manifestações sobre e durante os pleitos da eleição para presidente do Brasil no ano de 2022, o que nos possibilitou perceber, em alguns cenários, a conjuntura política das eleições no ambiente de trabalho. Isso nos possibilitou um olhar mais atento e sensível às mudanças e colocações das conjunturas pré-eleição e pós-eleição, e como esse momento eleitoral se apresentou no ambiente de trabalho nas áreas Educacional e da Saúde.

Refletimos com essa experiência o quanto o processo eleitoral está intimamente ligado a sentimentos e emoções que atravessam nossas relações de convívio, bem como o quanto esta relação pode ser estremecida devido a estes mesmos sentimentos que, se não calibrados com bom senso e responsabilidade social, podem ser prejudiciais para si, e, principalmente, para a sociedade.

Refletimos também que a nossa posição política está além do período destinado às eleições definidas pelo Tribunal Eleitoral do país. Esse tempo é imensurável, já que condiz com a nossa existência como cidadãos que necessitam permanentemente analisar a ética e a política de suas ações em sociedade. Reforçamos o pensamento de que não devemos ser neutros. Como bem lembra Freire (2010), não se posicionar em face da opressão é optar pelo opressor, reforçando assim o seu poder. Isso não se direciona apenas à escolha política, mas sim à polarização de decisões criadas e que persistem reforçadas pelos próprios envolvidos.

Além disso, percebemos que oposições em nosso ambiente de trabalho como diferenças ideológicas, religiosas, eleitorais, sociais, ambientais etc. sempre ocorrerão, tal como a aceitação. Porém, precisamos ter ciência de que, independentemente do nosso local de convívio, há de existir respeito. Portanto, é coerente refletir sobre nosso

posicionamento político de forma que essa decisão esteja além do respeito ao próximo, configurando-se em uma dimensão ampla da sociedade, apresentando consequências além da nossa roda de convívio laboral, implicando impactos sociais, culturais, de liberdade, étnicos, econômicos, de promoção da saúde, entre tantos outros.

Este estudo nos fez refletir justamente sobre isto: a riqueza das relações interpessoais, necessárias para todos, por convivermos em sociedade, e o quão importante é sermos políticos, dialogarmos com respeito, ética e criticidade em nossa prática laboral e no convívio social. Temos esperança de que momentos melhores virão e, sobretudo, de que podemos fazer a diferença se nos sensibilizarmos dessa responsabilidade que nos cabe como seres em desenvolvimento e ativos na sociedade. Pensar em atitudes positivas, coerentes com as normas constituintes e almejar um mundo mais igualitário são responsabilidades de todos nós. Freire (*ibidem*) ratifica essa ideia ao afirmar que ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Portanto, temos o dever de diluir essas amarras de polarização impostas e reforçadas por muitos. Sabemos que podemos mudar a história e intervir positivamente para esta mudança, e é isso o que impulsiona essas relações interpessoais, independentemente do local em que nos encontramos e convivemos.

Referências

ALBUQUERQUE, C. P. Educação Popular e decolonialidade: resistências, reexistências e potências para um cuidado inclusivo na saúde e projetos coletivos para o “Bem viver”. **Interface**, Botucatu, v. 25, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/bvJY4synWZhTp7YyGX SbT7m/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2024.

ALBERTI, V. Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Orais**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 155-202.

ARAÚJO, L. F. S. et al. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira Pesquisa Saúde**, Vitória, v. 15, n. 3, p. 53-61, jul/set. 2013. Disponível em: <https://periodico.s.ufes.br/rbps/article/view/6326>. Acesso em: 24 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 mar. 2023.

CRUZ, E. P. Denúncias de crimes com discurso de ódio na internet crescem em 2022. **Agência Brasil**, São Paulo, 7 fev. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/denuncias-de-crimes-na-internet-com-discurso-de-odio-crescem-em-2022>. Acesso em: 24 jan. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo – Qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-248, jul/set. 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Bgpmz7T7cNv8K9Hg4J9fjDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2024.

REIS, M. I. A. **Gestão, trabalho e adoecimento docente**: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém - Pará, 2009. 208 f.

VIANA, S. B. P. Educação interprofissional e integralidade do cuidado: uma leitura filosófica contemporânea dos conceitos. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 38, n. 1, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/KYdPMSJ8B95xqphgF6CpgSK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Eleições 2022: contradições, resistências e perspectivas a partir de notícias veiculadas no Jornal Nacional

Ely Carlos Silva Santos¹

Iêda Oliveira Mota²

Rita de Cassia Florêncio Rocha Kasahara³

Introdução

A partir do final do século XX, o capital nacional e internacional passou a estigmatizar a sociedade civil pelo atendimento às necessidades básicas humanas. No entanto, ao longo da historicidade democrática e republicana brasileira, houve um aumento significativo das desigualdades sociais, econômicas, étnicas e culturais do povo brasileiro, acentuando-se no limiar do século atual, particularmente a partir da pandemia de Covid-19.

O modelo político, econômico e cultural republicanista no Brasil se faz presente no debate acerca das lutas sociais por igualdade de oportunidades e de cidadania que sejam garantidos pelo Estado. Claro que, nesse modelo societário, a ideia de cidadania estava totalmente centralizada no patriarcalismo burguês dos grandes proprietários de terras e de títulos sociais.

Apesar do patriarcalismo mascarado culturalmente com base nos princípios do republicanismo, destacou-se também a expansão do ensino e da higienização da saúde pública, fazendo com que os entusiastas políticos saíssem de um êxtase utópico para uma possível vivência de uma

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e professor da educação básica na SEMED/Soure e SEMEC/PA.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e Professora no Instituto Federal do Pará (*campus* Paragominas).

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará e Professora no Instituto Federal do Pará (*campus* Belém).

sociedade democrática na prática, que pudesse atender às necessidades da população brasileira como unidade nacional. Mas, o problema em atender às populações que mais necessitavam e necessitam de políticas públicas é crônico e complexo na política e, conseqüentemente, na economia e nas culturas brasileiras.

Assim, no decorrer das fases do republicanismo brasileiro tivemos altos e baixos nas lutas por igualdades políticas e por equidades sociais. No entanto, a burguesia neoliberal vem tomando os espaços de poder desde o debate da ideologia de redemocratização na política republicana brasileira até a garantia da cidadania àqueles considerados “cidadãos de bem”. Discurso este implementado na sociedade brasileira por meio da mídia tendenciosa que se alinha ao capital nacional e internacional, seja por meio impresso ou televisivo.

O discurso dos “cidadãos de bem” e o debate ideológico se referem também àquele ou àquela que vai assumir a Presidência da República. Nesse ínterim, antes de adentrar propriamente na temática deste texto, ressaltamos que as contradições e resistências acerca das eleições presidenciais fazem parte da conjuntura histórica republicana no Brasil. Esse fato vem sendo cada vez mais reforçado e confirmado pela mídia imperialista local e nacional.

Para exemplificar esse contexto histórico, acreditamos que fatos contraditórios no modelo de projeto político vêm ocorrendo desde a implementação e o fim dos governos militares no Brasil, tais como: primeiro, o movimento pela aprovação da emenda do deputado federal Dante de Oliveira – Emenda Constitucional nº 05/1983 –, conhecida como a luta por eleições diretas no Brasil; segundo, a eleição e, no mesmo contexto político e social, o *impeachment* de Fernando Collor nos anos de 1989 e de 1992, respectivamente; terceiro, o processo eleitoral e, conseqüentemente, o governo popular do torneio mecânico Luiz Inácio Lula da Silva entre os anos de 2003 a 2010; e em quarto, a eleição e o mandato da primeira mulher na Presidência da República brasileira, Dilma Rousseff, tendo início no ano de 2011 até o ano de 2016, quando ocorreu o golpe com anuência da imprensa elitista brasileira.

Queremos externar que os fatos anteriormente mencionados são marcados pela contradição, pois se revestem de um discurso democrático que alega estar assegurando a garantia de cidadania a todos

e a todas, mas na prática, materializa-se pela manutenção da concentração econômica a uma minoria, o que reverbera no aumento das desigualdades sociais como as vivenciadas nos últimos cinco anos. Tais problemáticas são preocupantes por serem acentuadas e defendidas por grandes setores da sociedade civil brasileira, o que ficou evidente particularmente com a pandemia de Covid-19 quando nós, trabalhadores e trabalhadoras das camadas populares, sentimos os impactos das mazelas provocadas pelo capital nacional, pela releitura teórica e prática da divisão internacional do trabalho e o modelo de sociedade 5.0.

A pandemia trouxe para os setores sociais marginalizados e subalternizados nossos dilemas de conjuntura de luta coletiva diante da potencialidade, da precariedade e da provisoriedade da condição humana. A busca pela identidade de grupo diante do capital dominante ficou evidente e tensa com o cenário da crise sanitária causada pelo novo coronavírus, que teve início em dezembro de 2019, na China, e se expandiu por todo o planeta a partir de 2020. Nesse período, a pandemia exigia respostas imediatas do governo brasileiro para a reorganização de medidas não somente sanitárias como educacionais e econômicas voltadas aos grupos com vulnerabilidades sociais.

Com isso, o discurso democrático ultraconservador do governo bolsonarista à época da pandemia pode ter fortalecido o debate sobre os projetos republicanos na política brasileira, fazendo com que a grande mídia nacional tencionasse para o lado considerado popular em desfavor daqueles que pregavam o ódio por meio do nacionalismo exacerbado. Tal cenário ficou evidente na última eleição para presidente no Brasil, no ano de 2022, quando a grande mídia trouxe à tona o conservadorismo neoliberal que atinge indistintamente qualquer organização política e social democrática e progressista.

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que a conjuntura problematizada no último processo eleitoral presidencial no Brasil diz respeito à correlação de forças e jogos de interesses, pois, de acordo com Vieira (2015) “a conjuntura caracteriza-se como um conjunto de acontecimentos encadeados, os quais explicam o processo histórico diretamente relacionado ao fato histórico” (p. 17). As correlações de forças estão presentes nos movimentos populares, nas organizações trabalhistas, nas associações acadêmicas, nas redes solidárias de apoio ao

campesinato e nas populações originárias e tradicionais que buscam constantemente por reparações históricas e justas à marginalização sofrida ao longo da formação da sociedade brasileira, em especial frente ao campo de batalha contra os conglomerados do capitalismo nacional e internacional, por exemplo, a grande mídia conservadora e sua influência cultural colonialista.

Além disso, na conjuntura política brasileira atual, homens e mulheres que lutam pela preservação do estado democrático diante das mazelas impostas pelo capital dominante são chamados para a resistência, particularmente quando são:

Impedidos de atuar, de refletir, os homens encontram-se profundamente feridos em si mesmos, como seres de compromisso. Compromisso com o mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidade com estes, com a história. Este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos (Freire, 1979, p. 18-19).

Portanto, a conjuntura das últimas eleições presidenciais brasileiras pode ser caracterizada pelas alianças políticas que pregam para a sociedade a impressão de vivenciar a desordem, a crise e/ou a insegurança nas relações entre conservadores liberais e aqueles/as que estão em constante ação-reflexão sobre as práticas sociais, a fim de buscar novas organizações baseadas no princípio da alteridade.

De um lado, o proposto com o slogan “Deus, Pátria, Família e Liberdade” pelo candidato Jair Messias Bolsonaro, que assumiu o poder em 2018 e à época concorria a reeleição. De outro, o proposto com o slogan “Vamos Juntos(as) pelo Brasil” pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que governou o país no período de 2003 a 2011.

Os principais fatos noticiados acerca dos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2022 centraram-se no contexto histórico de que as políticas públicas democráticas voltaram a ser invadidas pelo discurso de aldeia global em relação às demandas sociais nacionais, regionais e locais. Assim, nas acepções da obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1996), pode-se inferir que:

O discurso da Globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na história. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e a miséria de milhões (p. 144).

Esses acontecimentos nos levam também a refletir, a partir do conceito de humanização em Freire, particularmente quando esses novos atores, conservadores brasileiros, produzem alternativas para a construção da liberdade humana camuflada na concepção de autoritarismo, militarismo e violências em desfavor dos grupos étnicos subalternizados.

A partir dessas considerações, esse artigo tem por objetivo analisar a conjuntura eleitoral brasileira a partir de notícias veiculadas pelo Jornal Nacional (JN), e transmitidas pelo jornalismo da TV Globo durante o segundo turno do pleito eleitoral de 2022 para a presidência da República, no período de 26/10/2022 a 18/11/2022, a fim de responder ao seguinte questionamento: de que forma as notícias veiculadas por meio do Jornal Nacional durante o 2º turno das eleições de 2022 caracterizam a atual conjuntura brasileira?

Destacamos que nosso olhar para essa temática se constitui a partir de campos de conhecimento diversos, situados em nossas áreas de atuação profissional como docentes de Educação Física, Engenharia e História, que também nos constituem enquanto sujeitos. Para tanto, organizamos este artigo da seguinte forma, além da seção introdutória: descrição dos procedimentos metodológicos das etapas da pesquisa e do seu respectivo *lôcus* de levantamento e geração de dados; análise dos dados, divididos em três tópicos, a saber: acontecimentos anteriores ao dia da eleição; do dia da eleição e do período pós-eleição, que são as seções que caracterizam cada fase do 2º turno do pleito eleitoral de 2022 para a presidência da República brasileira; e, por fim, as considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

Conscientes de que a curiosidade é um dos saberes essenciais à prática educativa, aquela que conforme Freire “nos move, nos inquieta, nos insere na busca pelo desconhecido” (ivi, p. 95), afirmamos que foi essa curiosidade epistemológica que nos levou a participar do minicurso “Escrita Coletiva, formação e pesquisa na perspectiva da Educação Popular”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, ministrado pela professora Dr^a. Mariateresa Muraca, especialmente nos dias 17 e 18 de outubro de 2022. Essa experiência nos aproximou do processo histórico e filosófico que envolve a Escrita Coletiva.

No decorrer do minicurso, foi estendido um convite aos/as participantes para a imersão no exercício da *práxis* da Escrita Coletiva, experiência ocorrida no período de outubro de 2022 a janeiro de 2023 e que tem como resultado a produção deste texto. Nesse processo formativo, constituído por vários encontros, aprofundamos os pressupostos teóricos, nos familiarizamos com o percurso constitutivo de escrita, bem como assumimos o compromisso de exercitar a Escrita Coletiva tendo como base um tema definido em conjunto com todo o grupo, que seria a análise da conjuntura da eleição presidencial brasileira, especificamente o 2º turno de 2022.

Para esse processo, formaram-se subgrupos para alinhamento das ideias e definição do *lócus* de investigação de cada grupo a partir da temática definida. Nesse ínterim, surgiram nossos primeiros desafios para a escrita deste texto. Qual seria o nosso *lócus* de investigação considerando que residíamos em cidades diferentes? Como definir nosso campo teórico considerando a heterogeneidade da nossa formação? Afinal, somos uma profissional de Educação Física, uma Engenheira de Telecomunicações e um Historiador; apesar de todos sermos professores do serviço público de educação, teríamos campo teórico em comum?

Essas inquietações dissiparam-se a partir do momento em que percebemos os atravessamentos que nos conectam como sujeitos no e com o mundo, entre eles: nosso pertencimento à classe trabalhadora, a docência como profissão, o doutoramento e o nosso desejo em mergulhar nesse universo para construirmos o caminho juntos. Esses elementos, associados ao entendimento da convivência de diferenças

dentro de sociedade democráticas, constituem-se como riquezas e foram forças propulsoras frente ao que nos separava.

Assim, a partir do diálogo e da consequente convergência de ideias, definimos como *locus* de investigação: o JN, exibido pela Rede Globo de Televisão (RGTV), popularmente conhecida como TV Globo. Nesse sentido, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva analítica e foi conduzida a partir das ideias da Rede Nacional Freire-Boal da Itália, para quem “Análise de Conjuntura na América Latina indica uma reflexão crítica sobre o contexto político-social, visando decifrar equilíbrios existentes, perspectivas de mudança e luta” (Paiva e Ouriques, 2006, p. 168; tradução nossa).

Dessa forma, as etapas realizadas, além da participação no minicurso sobre Escrita Coletiva, foram: pesquisa, partilha de dados e elaboração de textos. Para a geração e produção de dados, no período de 26 de outubro a 18 de novembro de 2022, cada integrante do grupo, de forma individual, assistiu e registrou as notícias que abordavam as eleições presidenciais veiculadas no Jornal Nacional, transmitido de segunda a sábado, e as Transmissões ao Vivo e pelo programa Fantástico; estas últimas ocorreram apenas no domingo da votação por não haver transmissão do Jornal citado.

Para fins de análise, categorizamos os acontecimentos em três períodos:

- de 26/10 a 29/10/2022: acontecimentos anteriores ao dia da eleição;
- 30/10/2022: acontecimentos do dia da eleição; e
- de 31/10 a 18/11/2022: acontecimentos posteriores ao dia da eleição.

A fase de partilha de dados se deu pelo confronto das notícias encontradas por cada integrante e, posteriormente, pela seleção dos acontecimentos mais relevantes que permitissem uma descrição concisa das notícias e uma Análise de Conjuntura crítica e reflexiva. É importante destacar que ao longo do período analisado foram noticiadas no JN um número significativo de informações a partir da temática escolhida, e algumas desdobravam-se como notícias em vários dias. Contudo, para este texto, consideramos relevante para análise as notícias destacadas no Quadro 1.

Quadro 1: Notícias selecionadas para Análise de Conjuntura

Período	Notícias selecionadas
Acontecimentos Anteriores ao dia da eleição	Presidente do STF, Alexandre de Moraes, nega pedido da campanha de Bolsonaro para investigar suposta irregularidade em inserções em rádios (26/10/2022).
	Prisão de Roberto Jefferson (27/10/2022).
	Deputada federal Carla Zambelli e acompanhantes perseguem homem e o encurralam em lanchonete na cidade de São Paulo (29/10/2022).
Acontecimentos no dia da eleição (30/10/2022)	Ação da Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal.
	O resultado da eleição do novo presidente do Brasil.
	O reconhecimento imediato da vitória de Lula por líderes políticos.
	O primeiro discurso do presidente eleito.
Acontecimentos posteriores ao dia da eleição	O reconhecimento da vitória de Lula por líderes mundiais (31/10/2022).
	O não reconhecimento do resultado da eleição pelo presidente Bolsonaro (31/10/2022).
	Repercussões pós-eleições: bloqueios de rodovias, convite da ONU ao presidente eleito para participar da conferência do clima, comprovação da eficácia das urnas eletrônicas, atos de caráter golpista por bolsonaristas que não aceitaram o resultado das eleições, oficialização da equipe de transição de Lula, questão fiscal e o cumprimento de promessas de campanha.
	Participação do presidente eleito na COP27.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Para a elaboração do texto, foi utilizado um arquivo compartilhado pela plataforma *Google Docs*, sem divisão de seções entre os participantes do grupo para garantir que o texto fosse efetivamente escrito de forma coletiva, e reuniões *online* pelo *Google Meet* para discussões e alinhamento em relação à Análise de Conjuntura de cada período.

Nesse sentido, a escrita de cada seção neste texto está inicialmente estruturada a partir das descrições dos fatos individuais, seguida da análise global a partir da caracterização da relação entre os elementos estruturantes da Análise de Conjuntura.

De acordo com a Rede Nazional Freire-Boal (Comitato Organizzatore del Laboratorio Politico, 2019) os elementos estruturantes são:

- Acontecimentos que refletem a conjuntura atual e com maior relevância, impactos e direcionamentos;
- Atores individuais, coletivos e institucionais que são agentes de transformação social e suas formas de expressão;
- Interlocutores, ou seja, os demais sujeitos que se relacionam com os atores;
 - Cenários sócio-político-econômicos;
 - Representações dos acontecimentos dos atores e interlocutores nas mídias, perante o público e no imaginário coletivo;
 - Interação entre microprocessos e macroprocessos;
 - Perspectivas de mudanças.

A seguir será realizada uma breve caracterização do *lócus* de pesquisa.

2.1. Caracterização do *lócus* de pesquisa

As notícias que serviram de base para a escrita do presente texto foram divulgadas no JN, pertencente à RGTV. Conforme Silva (1985), “o Brasil é uma sociedade cuja indústria cultural gira em torno da televisão” (p. 28) e nesse mercado, a RGTV é “rainha inquestionável”, pois está presente em cerca de 95% dos domicílios brasileiros, seguida pelo Sistema Brasileiro de Televisão, a TV-S de Sílvio Santos.

Dessa forma, acreditamos que uma parcela significativa da população brasileira utiliza a RGTV como uma forma de entretenimento, e também

para se informar sobre os principais acontecimentos nacionais e internacionais. Quando o assunto é audiência no horário nobre, atualmente compreendido no período das 18h às 0h, horário de maior acesso pelos telespectadores, a RGTV atinge 50% da audiência.

Nesse período, “o gênero predominante é a telenovela, considerada pelos críticos como uma formulação tipicamente nacional. [...] Os programas de humor, os shows musicais e o telejornalismo vêm em seguida como gêneros mais importantes da programação” (ivi, p. 29). É nesse horário de maior audiência que o JN é transmitido.

Miguel (2001), situa a hegemonia da RGTV a partir do final dos anos 1960, período que coincide com a decadência do grupo Diários Associados, rede de jornais, rádio e televisão construída pelo empresário Assis Chateaubriand, atuante entre as décadas de 1920 a 1960. O referido autor chama atenção ao fato de que esses “grandes conglomerados de mídia já estão geralmente incorporados ao jogo habitual das elites, das quais são membros de pleno direito – inclusive pela extensa rede de negócios comuns com outros grupos econômicos” (ivi, p. 6).

Dessa forma, o comportamento da RGTV, assim como sua antecessora, assume disposição para intervir nas questões públicas, entre elas, a política, haja vista que sua consolidação hegemônica está na relação simbiótica com o poder político, estabelecido a partir da ditadura militar (1964-1985). Essa relação foi estreitada a partir do credenciamento perante os governantes militares para a posição de vetor da “integração nacional”, verdadeira obsessão geopolítica do regime autoritário (*ibidem*).

Foi a partir dessa relação estruturada para atender aos interesses dos grupos hegemônicos, com o objetivo de integrar a nação, que o JN estreou em 1º de setembro de 1969. Pela primeira vez no país um noticiário de televisão era assistido ao mesmo tempo em quase todo o território nacional. Com isso, a RGTV inaugurou um novo estilo de jornalismo na TV brasileira, pioneiro na criação do jornal televisivo em rede nacional.

Miguel (2001; 2003), ao analisar o comportamento dos acontecimentos políticos noticiados pelo JN desde que foi ao ar pela primeira vez, aponta as estratégias utilizadas pela RGTV para manipular ou esconder as notícias. O autor menciona a exceção do período da ditadura militar, quando a responsabilidade pela manipulação de

informações nos noticiários da Globo e dos outros órgãos da mídia pode ser atribuída à censura oficial. Nas “eleições de 1989 – e, ainda mais, as seguintes, de 1994 e 1998 – foram caracterizadas pelo monolitismo da grande mídia no apoio a determinados candidatos” (Miguel, 2001, p. 11).

Num olhar mais recente, com relação ao Golpe que 2016 levou ao impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef, observamos por parte do JN, em consonância com o seu passado, um comportamento alinhado aos interesses dos detentores do poder frente à diminuição das desigualdades sociais oportunizadas pelos governos de esquerda. O preço desse atentado à democracia incentivado pela grande mídia – entre elas o JN, que serve aos interesses dos grupos dominantes e à lógica do mercado – nos trouxe ao cenário político que nos encontramos hoje.

Embora o JN tenha passado por diversas transformações ao longo anos – entre elas, modernização do cenário, inovação das vinhetas, mudança de apresentadores(as) – a sensação que temos quanto à credibilidade é que sempre há uma nuvem cinza, um ponto de interrogação. Apesar dos fatos envolvendo a aparente parcialidade do JN, ele permanece ao longo de sua trajetória o telejornal de maior audiência do país, e é o modelo de referência para o telejornalismo nacional. Além disso, “seu horário de transmissão não sofreu modificações, sendo transmitido de segunda a sábado, no horário das 20h às 21h” (Gomes, 2004, p. 3).

Silva (1985) pontua que o horário de transmissão do JN é estratégico para a manutenção da audiência no horário nobre, pois está “imprensado” entre duas telenovelas e isso contribui para a permanência da audiência. Por outro lado, Gomes (2004), afirma que há “modos de endereçamento” na forma comunicativa que os jornais estabelecem com seus/as expectadores, o que se caracteriza pela relação que o programa propõe para ou em conjunto com a sua audiência.

Ao analisar as razões que fazem do JN referência no jornalismo na televisão brasileira, inclusive o que o diferencia dos demais telejornais da própria emissora, Gomes identifica um conjunto de operadores, dentre eles destaca:

O modo como o JN apresenta seus mediadores, como organiza e distribui as notícias, os recursos técnicos que põe a serviço do jornalismo, os recursos da linguagem televisiva, os formatos de apresentação da notícia, sua relação com as

fontes de informação, o texto verbal propõem à sociedade brasileira um pacto sobre o papel do jornalismo (Gomes, 2004, p. 6)

A autora complementa que o JN realiza uma espécie de “conversação social” com seus telespectadores, e esse processo começa com convites/chamadas realizadas pelos apresentadores/mediadores, os jornalistas William Bonner e Renata Vasconcellos, antes do início do JN. Expressões como, “Veja logo mais no JN” ou “Veja agora no JN” são formas de aproximar o expectador ou a expectadora e convidá-los para acompanhar as notícias.

Um outro aspecto pontuado por Gomes refere-se à distribuição das notícias, “costuma apresentar, no primeiro bloco, reportagens sobre os assuntos ou fatos ocorridos no Brasil que se destacam pelo caráter de impacto” (ivi, p. 9). Conforme foi observado, os temas voltados para a política e segurança são destacados no primeiro bloco, a exemplo, os acontecimentos relatados neste artigo, que em sua maioria foram destacados no primeiro bloco, partindo dos temas mais “fortes” para os mais “leves”.

Além disso, também destacamos que quando uma notícia não tinha seu desfecho finalizado até o início da edição do JN, fazia-se uma retomada sobre o assunto no último bloco da edição, como os acontecimentos envolvendo a prisão de Roberto Jefferson, apresentada na edição do dia 27 de outubro de 2022, e o bloqueio das rodovias iniciado logo após o resultado do 2º turno das eleições.

Os principais fatos destacados para a análise da conjuntura política nas eleições presidenciais foram fortemente marcados, com duração elevada e muitos minutos disponibilizados para cada reportagem, isto é, os principais acontecimentos relacionados ao pleito eleitoral tinham mais tempo de cobertura e os fatos sobre o mesmo acontecimento eram exibidos em blocos diferentes ao longo do telejornal JN.

A popularidade, abrangência, audiência e referência em telejornalismo apresentadas pelo JN destacadas por autores como Silva (1985) e Gomes (2004; 2005), além do horário que nos possibilitou assistir ao JN, estão entre as razões que nos levaram a adotar esse meio de comunicação para realizar a Análise de Conjuntura das eleições presidenciais no Brasil.

3. Acontecimentos anteriores ao dia da eleição: *fake news*, violência e democracia em risco

O 2º turno das eleições de 2022 foi marcado pela disputa acirrada entre os presidentiáveis Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL). O candidato de oposição ao governo venceu o 1º turno com 48,43% dos votos válidos e Jair Bolsonaro obteve 43,20%. Portanto, era inegável o sentimento de um país polarizado, dividido sob dois discursos antagônicos; fato comum em uma nação democrática, a polarização, naquele pleito eleitoral, apresentou-se de forma radical, violenta e teve o oposto como inimigo. De acordo com Miguel (2019), a expressão “polarização política”

Tornou-se corrente, entre analistas do cenário brasileiro recente, mas precisa ser matizada: trata-se de uma polarização assimétrica. Hegemonizada pelo Partido dos Trabalhadores e, dentro dele, pelas correntes alinhadas ao lulismo, a esquerda brasileira adotou há muito tempo e permanece adotando um programa conciliatório, que não desafia o capitalismo nem promove a subversão das hierarquias sociais vigentes, limitando-se a buscar a redução das desigualdades mais gritantes e a ampliação das oportunidades dos mais desfavorecidos. Foi a direita que se radicalizou, rompeu com a conciliação que os governos petistas encarnavam, passou a recusar qualquer espaço de diálogo e adotou, em diferentes frentes, um discurso de combate sem tréguas – contra os direitos trabalhistas, contra o feminismo, contra o Estado social. Contra, enfim, todas as promessas igualitárias do pacto encarnado na Constituição de 1988 (p. 47).

Portanto, é em meio a essa conjuntura que os acontecimentos relativos ao 2º turno de 2022 desdobram-se em ações caracterizadas por violência, *fake news* e ameaças à democracia. Dentro desse contexto, para retratar os acontecimentos anteriores ao dia da eleição, foram escolhidos três momentos com grande relevância para análise e discussão os quais, de certa forma, mostram a apreensão e, até mesmo um fanatismo por trás de um fascismo “mascarado” de luta em prol da democracia.

No dia 26 de outubro de 2022, o JN, por meio dos jornalistas William Bonner, Renata Vasconcellos e a repórter Cláudia Bomtempo, em tom de seriedade característico da profissão, utilizou 9’46” (nove minutos e quarenta e seis segundo) de seu tempo total para noticiar a negação do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, ao pedido da campanha de Bolsonaro para investigar supostas

irregularidades em inserções de rádio após a exoneração do servidor Alexandre Gomes Machado, que procurou a Polícia Federal para fazer acusações no tribunal.

As denúncias versaram sobre o número reduzido de veiculação de propaganda eleitoral de Jair Bolsonaro em uma rádio, bem como as reclamações já realizadas pelo então ministro das comunicações, Fábio Faria, em relação às emissoras das regiões Norte e Nordeste. Segundo o noticiário, Alexandre Gomes Machado não apresentou provas e nem detalhes.

Em nota, o TSE informou que o servidor havia sido demitido por reiteradas práticas de assédio moral e por motivação política e que alegações feitas à Polícia Federal de forma falsa e criminosa seriam responsabilizadas. Além disso, reiterou que as falhas de procedimento identificadas devem ser comunicadas, de acordo com a lei, à chefia imediata e, formalmente, ao superior hierárquico. Sobre tal comunicação, a chefia imediata do servidor disse não ter sido comunicada, confirmando a falsidade das alegações. Em sua decisão, Alexandre de Moraes afirmou que

Não restam dúvidas de que os autores – que deveriam ter realizado sua atribuição de fiscalizar as inserções de rádio e televisão de sua campanha – apontaram uma suposta fraude eleitoral às vésperas do segundo turno do pleito sem base documental crível, ausente, portanto, qualquer indício mínimo de prova, em manifesta afronta à Lei n. 9.504, de 1997, segundo a qual as reclamações e representações relativas ao seu descumprimento devem relatar fatos, indicando provas, indícios e circunstâncias (Jornal Nacional, 26 out. 2022).⁴

Não satisfeito e por direito constitucional assegurado, o então presidente e candidato Jair Bolsonaro convocou a imprensa e disse que iria recorrer da decisão. Os jornalistas do JN concluíram a reportagem dizendo que o ministro Alexandre de Moraes havia elencado todas as inconsistências que o levaram a constatar que as alegações da campanha de Bolsonaro não tinham provas.

Nesse episódio, claramente, podemos observar o uso de *fake news* pelos partidários de Jair Bolsonaro que, mais uma vez, pretenderam por meio de ações não comprovadas, tornar ilegítima a Eleição de 2022 e

⁴ Leitura da Nota divulgada por Alexandre de Moraes realizada pela Jornalista Cláudia Bomtempo na edição do Jornal Nacional do dia 26 de outubro de 2022.

desmoralizar o candidato de oposição. Contudo, a grande questão é que existe uma parcela da população que tende a compartilhar tais notícias e, de forma ainda mais preocupante, não procura o parecer final dos órgãos competentes sobre a questão.

Para nós, é nítido o motivo pelo qual, para os bolsonaristas, pouco importavam as decisões do TSE quando os desfavoreciam: eles sabiam do poder das redes sociais e das notícias disseminadas rapidamente sem fonte ou de forma incompleta, escancarando ainda mais o desejo de vencer por meio de mentiras veiculadas nas mídias sociais, tal como nas eleições presidenciais de 2018 (Miguel, 2019).

Em 27 de outubro de 2022, outro fato relevante e de destaque foi noticiado, tão vergonhoso quanto o anterior, uma ameaça escancarada à democracia: a conversão da prisão em flagrante do ex-deputado Roberto Jefferson em preventiva. De acordo com William Bonner, Alexandre de Moraes disse que a medida foi necessária para garantir a ordem pública devido ao grande volume de armas e munição encontrado na casa de Jefferson, no Rio de Janeiro.

A prisão preventiva de Jefferson foi decorrente do episódio do dia 23 de outubro de 2022, no qual o político “recebeu” agentes federais que foram cumprir uma ordem de prisão emitida por Moraes com granadas e tiros de fuzil. Dois policiais ficaram feridos na ação, e apesar do revide, não invadiram a casa do réu. Destacamos que, embora esse acontecimento tenha ocorrido fora do período de levantamento de dados, consideramos pertinente citá-lo, haja vista que a notícia na edição do JN do dia 27 de outubro é consequência dessa.

Vale ressaltar que, apesar de não noticiada nesse dia, a ordem de prisão de Jefferson, que estava em regime domiciliar desde o dia 23 de outubro de 2022, foi motivada pelo descumprimento de medidas como: passar orientações a dirigentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), usar redes sociais, receber visitas, conceder entrevista e compartilhar *fake news* que atingem a honra e a segurança do Superior Tribunal Federal (STF) e seus ministros, em especial, ofensas à ministra Cármen Lúcia, do STF.

Durante a veiculação da notícia, houve uma preocupação do repórter Pedro Bassan em detalhar o episódio, a quantidade e o tipo de armas irregulares em posse do ex-parlamentar, mostrar a policial atingida

e destacar o trabalho pericial em curso, apesar do pouco tempo da notícia, 2'53" (dois minutos e cinquenta e três segundos).

Desse fato, podemos observar duas questões importantes que, à primeira vista parecem opostos: 1- o pouco tempo da reportagem e 2- o legítimo destaque dado à notícia. Mas, como conseguir dar destaque a uma notícia em tão pouco tempo? Essa é a questão. Fatos revelados de forma rápida tendem a prender a atenção do telespectador, não o deixando distrair-se. Eis a intenção: atingir todo e qualquer público de forma rápida e consistente, dando a visibilidade necessária à notícia.

Por fim, outro episódio aqui relatado aconteceu na vespéra do dia da eleição, 29 de outubro de 2022, e foi protagonizado por Carla Zambelli, deputada considerada bolsonarista, e seus acompanhantes, de arma em punho, que perseguiram e encurralaram um homem negro em uma lanchonete em São Paulo. No vídeo, gravado por testemunhas, foi possível ouvir um tiro.

Em tom de indignação, a apresentadora do JN, Renata Vasconcellos, afirmou que a deputada decidiu desrespeitar de forma consciente a resolução do TSE concernente a proibição do uso de armas nas 24h anteriores às eleições e, assim, o se tornava ato um crime. No entanto, a deputada alegou legítima defesa. Sobre essa justificativa, o jurista Wálter Maierovitch explicou na reportagem que a sequência das imagens deixava claro que a situação do saque da arma não tinha sido em defesa: “ela vai e atravessa a rua e vai como se fosse em perseguição. Isso é abusivo, por quê? Porque dá para chamar autoridade, dá para tomar outra providência” (Maierovitch, 2022).

O homem que foi perseguido pela deputada era o jornalista Luan Araújo, que prestou queixa contra Zambelli por ameaça e por racismo. O Grupo Prerrogativas, que reúne advogadas, também foi à delegacia denunciar o caso como racismo.

Os fatos relatados, anteriores ao dia da eleição, tiveram como sujeitos envolvidos nas reportagens exibidas agentes/ex-agentes políticos, um servidor, um cidadão negro e um grupo de movimento social. Todos nas ações nas quais foram partícipes foram submetidos à competência interlocutória desses sujeitos, bem como Alexandre de Moraes, seja como presidente do TSE ou como ministro do STF (caso da prisão de Jefferson), em defesa da ordem e da sociedade.

As motivações partiram de apoiadores do até então presidente, Jair Bolsonaro, que buscava a sua manutenção no poder. Porém, pode-se perceber a forma arbitrária com que esses acontecimentos aconteceram, envoltos por violência, *fake news* e ações antidemocráticas que desrespeitaram o ordenamento jurídico e visavam, de alguma forma, criar maneiras para fundamentar a nulidade do processo eleitoral em caso de perda ou impulsionar a vitória do candidato considerado de direita.

Em nossa opinião, as ações exacerbadas foram reflexo do resultado eleitoral do 1º turno das eleições de 2022 e das pesquisas divulgadas para o 2º turno, que apontavam o candidato de oposição com uma pequena vantagem sobre o então presidente. Contudo, também podemos observar a busca pela manutenção da ordem pública pelas manifestações imediatas e de acordo com a lei advindas do ministro Alexandre de Moraes, que se apresentou como um dos principais mediadores dos conflitos nesse processo eleitoral.

O Grupo Prerrogativas,⁵ diante da falsa acusação imputada a um homem negro, também foi impulsionado a manifestar-se em favor dessa parcela da sociedade excluída e marginalizada. Não é difícil imaginar o porquê de o personagem escolhido pela deputada ser um negro. Mais uma vez, no Brasil, o embate entre a minoria dominante e o povo é retratado. A violência, as *fake news*, a desobediência à legislação por quem deveria legislar e fiscalizar são artimanhas para colocar a democracia em risco e o povo contra o povo. Pensam estar acima da lei ou a tratam como acessório jurídico caducado.

Dessa forma, nós, autores desse texto, como cidadãos, servidores públicos e negros, sentimos revolta ao ver servidores sem o menor escrúpulo espalhando *fake news*, subjugando a classe trabalhadora que

⁵ De acordo com Marco Aurélio de Machado, fundador do grupo, o Prerrogativas nasceu há 5 anos como um grupo fechado no WhatsApp para defender as prerrogativas dos advogados, na época sistematicamente violadas pelo “Brasil da Lava Jato”. Nesse ínterim, o grupo cresceu e tem como propósito atual apresentar contrapontos e fazer registros históricos desse momento da vida brasileira. O grupo hoje é formado por ministros de Estado, constitucionalistas, ativistas, estudantes, defensores públicos, dentre outras entidades de profissionais do direito e posta todos os dias no seu *blog* disponível em: www.prerro.com.br (Grupo Prerrogativas, 2023).

optou por dar o melhor para o país, ao ver servidores sendo atacados durante o cumprimento de suas funções e, é ainda mais dolorido ver, novamente, um negro sendo acusado injustamente por alguém que deveria defender o povo. Por que o servidor? Por que o negro? Por que o cidadão? Não nos cabe responder o que já é sabido por todos.

No entanto, há quem apoie, quem julgue as ações como corretas, seja por não procurar a verdade ou por, simplesmente, aceitá-las; quem confie que ações são necessárias para evitar a instalação de um comunismo inventado e sem fundamento que a desordem irá manter a “ordem”, calando e subjugando os que são contrários às suas convicções políticas, sociais e partidárias, baseando-se em um conceito distorcido e irreal de democracia.

Outra questão relevante é que nenhuma das ações elencadas partiram dos grupos de esquerda, talvez por estarem preocupados na proposição das mudanças e ações a serem feitas caso ganhassem; ou, simplesmente, porque representam as classes excluídas da sociedade e, estas sim, sentem, todos os dias, na pele, a invisibilidade social e estão a gritar por socorro para que alguém as veja por meio de manifestações democráticas, verdadeiras e pacíficas.

O antagonismo de dois modelos políticos deixa evidente a massificação de seguidores que optaram pela luta por seus objetivos de mundo. De um lado estão os que excluem as massas subalternizadas na história nacional brasileira, e de outro, os que permanecem lutando para a garantia de direitos já conquistados, mas que são ameaçados pela ultradireita conservadora.

No entanto, a minoria conservadora, neoliberal e patriarcal consegue manipular aqueles que são atores das classes médias – e até mesmo dos grupos subalternizados – a lutarem contra o estado democrático de direito, passando a colocar em prática atos criminosos de movimentos impopulares e divulgar *fake news* sobre a realidade social, política e econômica brasileira.

O que estava em jogo durante o pleito eleitoral, e ainda continua em jogo na sociedade brasileira, é o futuro do país. Os resultados desses acontecimentos poderiam ser cruciais para aqueles que almejam, de fato, um estado democrático de direito; porém, como já sabemos, as ações

provocadas para tumultuar, desacreditar e desmoralizar os pilares da nossa democracia visando a permanência no poder não obtiveram sucesso.

O dia da eleição: o que deseja o povo brasileiro, “mais” ou “menos” democracia?

Após um período de campanha marcado por polarizações entre dois partidos que defendiam projetos de governos totalmente opostos, chegou o esperado 30 de outubro de 2022, dia em que milhões de brasileiros e brasileiras foram às urnas para escolher o 39º Presidente da República do Brasil desde a Proclamação da República e o 8º eleito diretamente pela votação popular. Tal como visto durante todo o período eleitoral, um acontecimento antidemocrático marcou o dia da votação; porém, não foi suficiente para impedir a vitória de Lula (PT).

Assim, nesse dia, no final da manhã, a RGVTV destacou em suas transmissões ao vivo as ações da Polícia Federal (PF), e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) que, em ação conjunta, realizaram *blitz* para vistorias veiculares nas rodovias federais. Dessa forma, estavam contrariando as determinações do TSE, que havia suspenso quaisquer ações que impedissem o acesso às urnas, haja vista que o STF já havia garantido a gratuidade de transporte público municipal e interestadual durante o trânsito eleitoral no 2º turno das eleições. Vale destacar a intensificação da ação na região Nordeste e, conseqüentemente, o atraso que essa operação causou para chegar aos locais de votação, provocando indignação frente ao desrespeito ao direito do cidadão.

Imediatamente, a coligação do candidato do PT acionou o TSE alegando que a PRF estaria dificultando o transporte público de eleitores. Ao tomar ciência da situação, o senhor Alexandre de Moraes convocou o diretor da PRF, Silvinei Vasques, para dar explicações sobre as fiscalizações e ordenou a suspensão imediata da operação.

O presidente do TSE determinou, ainda, que Silvinei Vasques ficaria sujeito à multa de R\$100 mil (cem mil reais) e ao afastamento da função caso a ordem não fosse cumprida. As operações foram suspensas e, conforme declaração do presidente do TSE, “o prejuízo causado aos eleitores foi o atraso, mas volto a dizer: nenhum ônibus voltou para a origem. Todos seguiram para a seção eleitoral” (Moraes, 2022).

Por meio da Análise de Conjuntura, constatamos que os agentes públicos da PF e da PRF, cuja função principal é manter a ordem, estavam tentando impor uma “desordem” desnecessária durante o dia da eleição, atingindo o povo esperançoso por exercer a democracia e usufruir de um direito garantido pelo TSE, o acesso gratuito ao transporte público, para cumprir um dever de cidadão, ou seja, o voto.

Mais uma vez, a presença do TSE foi necessária para o real cumprimento de suas determinações e para a garantia do direito de todos os cidadãos ao voto, ao exercício da democracia e à imparcialidade eleitoral. O voto é direito do cidadão e obrigatório, de acordo com as leis brasileiras, e o Estado tem por dever facilitar o acesso e o cumprimento desse direito. De forma explícita, os obstáculos impostos a partir dessa ação, especialmente à população nordestina, tinha por objetivo impedir os(as) eleitores(as) de votar.

Apesar de a ação ter sido legal, justificada pelo exercício do poder de polícia, um fator que explica toda a ação, a verdadeira intenção por trás da aparente legalidade, é que no primeiro turno o candidato do PT obteve vitória expressiva no Nordeste. Matematicamente, foram esses votos que o levaram ao 2º turno, pois venceu em todos os nove estados e, em alguns, como o Piauí, alcançou 74,25% dos votos válidos. Dessa forma, por razões óbvias, ficou claro que com tal ato houve mais uma vez a tentativa de ridicularizar a nossa inexperiente democracia, de tumultuar a decisão do povo, de impedir o exercício da cidadania. Essas tentativas foram recorrentes durante todo o governo de Jair Bolsonaro.

A vantagem expressiva de Lula no Nordeste pode ser explicada pelas muitas políticas públicas destinadas a essa região durante seus dois mandatos à frente do executivo brasileiro. Naqueles períodos, a questão da seca, da fome e da miséria nessa região foram bandeiras levantadas por Lula diante dos seus ministérios governamentais.

Apesar dos transtornos e da tentativa, mais uma vez, de tumultuar o processo democrático, as votações seguiram normalmente, sem alterações de horário ou qualquer outra modificação devido aos fatos. No mais, a apuração dos votos, como no 1º turno, teve início após as 17h, horário determinado para o fim da votação em todo o Brasil. As atualizações eram transmitidas ao vivo pela equipe jornalística da RGTV que “cobria” as eleições presidenciais, composta por jornalistas dentre

os quais se destacam William Bonner, apresentador do JN, e a jornalista Renata Lo Prete, apresentadora do Jornal da Globo.

Os primeiros resultados provenientes das regiões Sul e Sudeste do país apresentavam o candidato Jair Bolsonaro à frente. Somente após as transmissões dos resultados da região Nordeste, mais precisamente com 67% das urnas apuradas, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva ultrapassou Jair Messias Bolsonaro e assim se manteve até ser oficialmente considerado eleito pelo TSE. Sim, o povo exerceu o seu direito ao voto e elegeu democraticamente o seu representante para os 4 anos seguintes.

Após o resultado da eleição, o representante do Poder Legislativo, Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, parabenizou Luiz Inácio Lula da Silva pela vitória no segundo turno das eleições. Em seu pronunciamento destacou que “é preciso ouvir a voz de todos, mesmo divergentes” (Lira, 2022). Esse reconhecimento foi importante para o processo democrático, haja vista que o político constituía a base aliada do governo Jair Messias Bolsonaro.

Ainda na noite do dia 30 de Outubro de 2022, o presidente da Argentina, Alberto Fernández, ligou para cumprimentar o presidente eleito. Em seu primeiro pronunciamento como presidente eleito, transmitido ao vivo pela RGTV, Luiz Inácio Lula da Silva anunciava o desejo de restabelecer a paz entre os divergentes e governar para todos os brasileiros e brasileiras.

Segundo Lula, sua vitória se tratou de uma ressurreição política: “tentaram me enterrar vivo e eu estou aqui” (Silva, 2022) referindo-se aos 580 dias em que esteve preso na Superintendência da PF em Curitiba. A ressurreição política de Lula também se refletia nas imagens da população transmitidas ao vivo da Avenida Paulista, em São Paulo, e em outras cidades do país. A esperança era manifestada por meio do choro, do riso, nos abraços coletivos, nos gritos de alegria de milhares de brasileiros e brasileiras que tiveram suas vozes silenciadas, seus direitos negados e seus sonhos roubados nos últimos quatro anos.

A RGTV, por meio da sua equipe jornalística, que tem por característica a notícia “imparcial” e *in loco*, estava noticiando naquele dia uma série de acontecimentos históricos com a mediação do apresentador do JN, o jornalista William Bonner, e da apresentadora do Jornal da Globo, a jornalista Renata Lo Prete. Por mais que os mediadores

dos telejornais evitassem emitir comentários sobre as notícias, foi possível observar a expressividade que demonstravam, tanto na entonação da voz quanto nas expressões faciais.

Naquela noite, em especial, a expressão do apresentador do JN era de felicidade, inclusive brincou com os telespectadores ao interpretarem que ele havia aberto uma latinha de cerveja, quando usou a expressão “vou tomar uma...”, quando na verdade era uma latinha com água. Para aqueles como nós que, independentemente das razões, não estavam felizes com a forma como o país estava sendo conduzido, foi a noite da Esperança por um Brasil melhor, o dia em que o amor venceu o ódio.

Contudo, não podemos terminar esta seção sem levar em consideração a memória individual e coletiva do povo brasileiro, fundamental na virada histórica do resultado das eleições. A memória, na sua designação mais habitual de apenas ser lembrança do passado, corresponde a muito mais do que um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados ou aquilo que um indivíduo representa como passado. A memória abandona o campo da experiência perceptiva individual e adquire a possibilidade de ser comunicada, isto é, socializada (Barros, 2009).

A memória deixa de ser concebida como processo passivo e passa a ser compreendida como ativa, dinâmica, complexa e interativa. No caso dos bloqueios das rodovias para impedir a votação dos nordestinos, fizemos não somente a ordenação dos vestígios dos fatos cronológicos naquele momento, mas também a leitura, a releitura e as reflexões sobre os vestígios do que aconteceu naquele dia e que poderiam interferir sobremaneira nos resultados do pleito.

Mesmo assim, a resistência popular, em especial dos atores da região Nordeste brasileira, líderes políticos que representam a massa subalterna no Brasil e a interlocução sempre ativa do TSE lutaram para que rapidamente qualquer indício de uma democracia “antidemocrática” vigorasse no dia da eleição. Dessa forma, colocaram em prática o que Maurice Halbwachs (2006) faz entender acerca da memória ao reforçar algumas lembranças apoiando-se na memória coletiva.

Nesse sentido, a memória coletiva contém as memórias individuais quando o indivíduo se empenha em reconstruir e reorganizar suas lembranças e, inevitavelmente, recorre às lembranças de outros. Nesse

processo, não basta apenas olhar para dentro de si em conexão com um processo meramente fisiológico de reviver mentalmente fatos já vivenciados.

De fato, não há como negar que a decisão do povo esteve e está pautada nas memórias individuais e coletivas. Ela pode ter sido tomada devido às benfeitorias sociais, às vidas perdidas durante a pandemia ou ao descaso do governo com o povo sofrido vivendo na miséria, às declarações descabidas de um presidente imbuídas de preconceito, falta de humanidade e/ou aos dias menos ruins e esperançosos vividos em governos anteriores, entre outros fatores.

Como cidadãos e professores que lutam por uma educação de melhor qualidade em nosso país, também era um sonho nosso realizando-se, o “retorno à democracia”. A eleição do presidente Lula foi um ato simbólico e efetivo de um povo que não foge à luta, da luta do povo pelo povo, por ideais e por justiça. Foi o nosso grito de liberdade, o nosso grito de socorro que agora ecoava sob a forma de gritos de esperança. Parabéns a nós, parabéns ao povo brasileiro, seguimos juntos e lutando por um mundo melhor, por um Brasil melhor.

5. O PÓS-ELEIÇÃO: o povo brasileiro quer ter esperança de volta

Foi dominante o sentimento de felicidade e de esperança escancarado no rosto das pessoas a nossa volta, gente que, assim como nós, pertence à classe trabalhadora, bem como no rosto da maioria dos brasileiros e brasileiras que apareceram nas reportagens do JN nos dias seguintes à eleição. Embora esses sentimentos predominassem a nossa volta, os dias pós-eleições, foram marcados por uma felicidade envolta de medo, de receio de que algum golpe antidemocrático poderia estar sendo planejado ou em vias de acontecer, além da reação do mercado financeiro. Para relatar os principais fatos, nosso levantamento de dados foi limitado entre o dia posterior ao da votação, 31 de outubro de 2022 até 18 de novembro de 2022.

O dia 31 de outubro de 2022 foi marcado, inicialmente, pelos cumprimentos ao presidente eleito, Lula, por chefes de Estados e por líderes mundiais. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, e o francês, Emmanuel Macron, escreveram mensagens de felicitações;

Vladimir Putin, da Rússia, falou que o resultado da eleição reafirmou o alto prestígio político de Lula. O da Argentina, Alberto Fernández, veio ao Brasil cumprimentá-lo pessoalmente. Enquanto a nível internacional a vitória foi reconhecida de forma amistosa e democrática, no Brasil imperava o silêncio, quebrando uma tradição de todos os anteriores candidatos à presidência não eleitos que parabenizavam imediatamente o eleito por meio de ligação, como um ato de convalidar o resultado, estabelecer a ordem e ratificar a confiança nas urnas e no processo democrático brasileiro.

Ainda nesse dia, alguns fatos tiveram início e atravessaram todo o período de levantamento de dados pós-eleição de forma paralela. Para facilitar o entendimento, eles serão descritos de forma individual, inclusive com os seus desdobramentos. Dessa forma, os categorizamos em quatro momentos, a saber: a) os atos dos caminhoneiros bolsonaristas, b) a equipe de transição e suas ações, c) a confirmação e participação do presidente Lula na COP27 e d) a divulgação do relatório preliminar do 2º turno. Ao final, serão apresentados uma análise global e alguns outros fatos de destaque observados.

a) Os atos dos caminhoneiros bolsonaristas

O primeiro fato caracterizou-se por pequenos agrupamentos de caminhoneiros bolsonaristas que visavam um ato antidemocrático bloqueando trechos de rodovias federais em 22 estados, alegando se tratar de um ato de protesto contra o resultado das eleições. A Justiça Federal determinou o desbloqueio das rodovias, o que foi paulatinamente acatado em função da pena de pagamento de multa pelo descumprimento da ordem.

Jair Bolsonaro, para tratar da questão, rompeu o silêncio em 1º de novembro de 2022, dois dias após o resultado das eleições, por meio de um pronunciamento na Alvorada do Ministérios, em Brasília, afirmando o cumprimento da Constituição e que as manifestações não poderiam cercear o direito de ir e vir da população. Curiosamente, não parabenizou o vencedor das eleições e nem o citou, o que para muitos e, também, para nós, demonstrou falta de respeito e, nas entrelinhas, a não-aceitação ou dúvida quanto ao resultado.

As ações dos caminhheiros, para nós, representaram também uma forma do ex-presidente expressar a não aceitação do resultado das eleições, não pela própria boca, mas pela boca dos que o apoiavam. . Como ex-chefe de Estado, ele deveria prezar pela democracia, pelos resultados das ruas e incitar o povo a fazer o mesmo, pois somos todos brasileiros e queremos o melhor para o nosso país. Se para eles não foi o melhor que venceu, ao menos deveriam torcer e colaborar por um futuro melhor sob as mãos do presidente eleito. Também é um ato de cidadania aceitar o resultado.

Em 2 de novembro de 2022, Bolsonaro solicitou por vídeo o desbloqueio das rodovias e alegou, novamente, o direito constitucional de ir e vir, além dos prejuízos econômicos causados pelas interrupções do tráfego. Em São Paulo, tropas de choque da PM usaram bombas de efeito moral e jatos d'água para dispersar bolsonaristas que bloqueavam a rodovia Castelo Branco, uma das principais ligações entre a capital e cidades do interior paulista.

Em contrapartida, atos golpistas foram detectados por acampamentos instalados em frente aos quartéis das Forças Armadas em praticamente todas as capitais dos estados da federação. Sob suspeita de prevaricação e omissão, o Ministério Público Federal (MPF) pediu a abertura de inquérito contra o diretor-geral da PRF. Os bloqueios começaram a diminuir, porém, até o período analisado por essa pesquisa, ainda continuavam a causar transtornos.

Manifestações como essas impulsionaram o aparecimento de outras em várias partes do Brasil, tais como a divulgação de um vídeo no dia 3 de Novembro de 2020, que mostrava homens e mulheres vestidos de verde e amarelo com os braços estendidos, fazendo saudações nazistas enquanto cantavam o Hino Nacional em São Miguel do Oeste, SC.

Várias instituições condenaram os atos, como a Confederação Israelita do Brasil, o Museu do Holocausto, o embaixador da Alemanha no Brasil e a Embaixada de Israel. O Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC) abriu investigação para apurar o ato, os manifestantes alegaram que os braços estendidos eram para emanar energias positivas.

Ainda por volta de 15 de novembro de 2022, os protestos e bloqueios continuaram, agora em vias de todo o país. Assim, o ministro do STF interveio, determinando a atuação da PF, da PRF e das PM dos estados da

federação para garantir o livre acesso a vias e locais públicos, mantendo a multa aos manifestantes. Bolsonaroistas radicais pediram a intervenção das Forças Armadas por não aceitarem os resultados das urnas.

Como tentativa de conter as manifestações de cunho ilegal e antidemocrático, Alexandre de Moraes, por sua vez, determinou o bloqueio das contas de 43 pessoas e de empresas suspeitas de financiar os atos. Segundo o ministro do STF, o bloqueio teve por objetivo frear o uso de recursos nesses atos que violam a constituição e acrescentou “esse cenário exige uma reação absolutamente proporcional do Estado, no sentido de garantir a preservação dos direitos e garantias fundamentais e afastar a possível influência econômica na propagação de ideais e ações antidemocráticas” (Moraes, 2022).

Observamos que as medidas tomadas foram importantes para a garantia da ordem e para amenizar os conflitos emergentes do resultado das eleições. Contudo, somos cientes de que mesmo em regimes democráticos como o nosso não é possível tolerar tudo, especialmente extremismos caracterizados como antidemocráticos que colocam em risco não somente a vida de determinados grupos, mas a própria democracia, independentemente da bandeira política partidária, pois a luta deveria ser por uma democracia na qual todos pudessem exercer sua cidadania, com a certeza da garantia dos seus direitos e cumprimento dos seus deveres.

b) A equipe de transição e suas ações

De forma paralela às manifestações, o presidente eleito, ainda no dia 31 de outubro de 2022, nomeou o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, para coordenar a equipe de transição após uma reunião da chapa vencedora com integrantes da cúpula do PT. Após o encontro, Gleisi Hoffmann, presidente do PT, anunciou a decisão e que já havia conversado com o então ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, que disponibilizou o Centro Cultural do Banco do Brasil em Brasília para sediar a transição.

Sobre essa questão, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou regras para o processo de fiscalização da transição do governo em Brasília. O relator, ministro Antonio Anastasia, afirmou que “o tribunal

vai estimular que haja uma colaboração mais plena entre os dois lados e acredito que teremos de fato um processo muito avançado e muito civilizado que vai se aperfeiçoando ao longo do tempo” (Anastasia, 2022).

Hoffmann deixou claro que a prioridade era estudar e analisar o orçamento da União para viabilizar as promessas de campanha, dentre estas, o valor do Auxílio Brasil de R\$ 600 (seiscentos reais) e o reajuste do salário-mínimo. Ela ainda acrescentou “nós queremos também ver como está a situação fiscal, porque a gente tem poucas informações sobre isso. Então a ideia é ter o quadro geral para saber e depois fazer as propostas” (Hoffmann, 2022). Para nós, ações como estas ratificam a nossa escolha presidencial, eivadas de motivação para cumprir as promessas eleitorais.

A equipe de transição foi oficializada no dia 4 de novembro de 2022, quando foram nomeados para a composição do grupo André Lara Resende e Pêrsio Arida, que participaram da criação da moeda brasileira, o real. Simone Tebet passou a integrar o grupo técnico de assistência social e a presidente do PT convidou os partidos Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Social Democrático (PSD) para participar da transição.

Como coordenador do processo de transição, no dia 8 de novembro de 2023, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, assinou três portarias, uma delas nomeando integrantes do gabinete que prepara as medidas do futuro governo, e disse em entrevista:

O presidente Lula deixou claro que os que vão participar da transição não têm relação direta com o ministério, com o governo. Podem participar, podem não participar. O que é mais urgente é a questão social. Essa é mais urgente. Então, garantir o Bolsa Família de R\$ 600 (Alckmin, 2023).

No dia 9 de novembro de 2022, o presidente eleito reuniu-se, de forma separada, com os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado, do STF e do TSE. Após a conclusão da agenda de reuniões, Lula falou da alegria de voltar e destacou o compromisso de recuperar a harmonia entre os poderes e “que é plenamente possível a gente recuperar a normalidade da convivência entre as instituições brasileiras” (Silva, 2022). Esse ato mostra a necessidade da harmonia entre os

poderes e que ela será preservada no mandato do presidente eleito, como manda a Constituição Federal.

No entanto, as declarações de Lula ao criticar quem debate a estabilidade fiscal sem tratar da questão social e fazer declarações sobre o teto de gastos, superávit fiscal e meta de crescimento provocaram uma reação negativa do mercado econômico no dia 10 de novembro de 2022. A inflação voltou a subir depois de três meses de queda nos preços, o IBOVESPA fechou em queda de 3,35%, o pior registro desde novembro de 2021, o dólar teve a maior alta diária desde março de 2020 e o IPCA ficou em 0,59% em outubro.

Os dias seguintes, de 11 a 16 de novembro de 2022, foram marcados pelas ações da equipe de transição voltadas especialmente para tratar da retirada dos programas sociais como o Bolsa Família do teto de gastos, sugestões e apresentações das prioridades do novo governo e de busca pelos números recentes relativos ao desmatamento da Amazônia.

Uma das ações mais esperadas foi a entrega da PEC da transição ao Congresso, no dia 16 de novembro de 2022, para permitir o pagamento de R\$600,00 (seiscentos reais) do benefício que voltaria a ser chamado de Bolsa Família e que ficou fora do teto de gastos por tempo indeterminado. Ao olharmos para as ações realizadas, até então, é nítida a força de vontade do governo em realizar, apesar das manifestações contrárias, o cumprimento das promessas de campanha. A equipe de transição parecia empenhada em solucionar e entender, de fato, a real situação econômica e fiscal brasileira.

c) A confirmação e participação do presidente Lula na COP27

Ainda no dia posterior ao resultado da eleição, a presidente do PT também confirmou a participação de Lula na conferência da Organização das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, a COP27, no Egito, a convite dos governadores de Estados de Consórcio da Amazônia Legal e do presidente do Egito, Abdel Fatah Al-Sissi, que via telegrama, também o parabenizou pela vitória e escreveu estar “confiante de que o Brasil é capaz de desempenhar um papel positivo e construtivo durante esta tão esperada cúpula para avançar na ação climática em nível internacional” (Fatah-Al-Sissi, 2022).

No dia 15 de novembro de 2022, o presidente eleito chegou na sede da COP27 e se encontrou com representantes da China e dos EUA. Em seu discurso, propôs uma aliança para o combate à fome no mundo, ofereceu a Amazônia para sediar a COP30 em 2025 e comprometeu-se a punir o garimpo ilegal e a zerar o desmatamento no país. Ainda na COP27, o presidente eleito se encontrou com o secretário geral da ONU, com representantes da sociedade civil e dos povos indígenas e, na ocasião, defendeu a obrigação do governo de promover reparações aos povos originários.

Ainda a nível internacional, em 18 de novembro de 2022, Lula se encontrou com o presidente de Moçambique e com o primeiro-ministro de Portugal em Lisboa, e voltou a falar de responsabilidade fiscal. Então, usou uma analogia para explicar que será responsável com as contas públicas ao dizer:

Ninguém tem autoridade para falar em política fiscal comigo, porque durante todo o meu período de governo eu fui o único do G20 a fazer superávit primário durante os oito anos do meu mandato. Eu aprendi com minha mãe, que era analfabeta, que a gente só pode gastar o que tem e o que ganha. Mas se a gente tiver que fazer uma dívida para construir um ativo novo, que a gente faça com responsabilidade para o país voltar a crescer. Então, eu vou cuidar do povo brasileiro com muito respeito e autoridade, e nós vamos voltar a ser responsáveis do ponto de vista fiscal sem precisar atender tudo que o sistema financeiro quer (Silva, 2022).

Portanto, de imediato, no plano internacional, podemos observar uma abertura ao diálogo, principalmente, em relação às questões ambientais. O acolhimento de líderes mundiais nos indica que o povo escolheu o melhor caminho e entendeu qual a política que lhe assegura a mais ampla garantia dos direitos individuais e coletivos.

d) A divulgação do relatório preliminar do 2º turno

Em 31 de outubro de 2022, outro destaque foi a divulgação do relatório preliminar do 2º turno pela Organização dos Estados Americanos (OEA), a qual ratificou mais uma vez a eficácia da urna eletrônica e a rápida apuração dos resultados, divulgados sem contratempos de acordo com a fala do apresentador e jornalista William Bonner.

Sobre o sistema eleitoral, no dia 9 de novembro de 2022, o Ministério da Defesa entregou ao TSE um relatório sem apontar fraude; porém, informou que não investigou crimes eleitorais e solicitou que o TSE, contrariando as conclusões das demais entidades fiscalizadoras, analisasse dois pontos: 1- o acesso à rede durante a compilação do código-fonte e geração dos programas; e 2- os testes de funcionalidade, realizados por meio de integridade e do projeto-piloto com biometria que colocam em risco a segurança do processo.

Em resposta, o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, disse que recebeu com satisfação o relatório final do Ministério da Defesa e que não apontou a existência de fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas no processo eleitoral do ano em curso. No dia 15 de novembro de 2022, os procuradores da república afirmaram que o Ministério Público e a Justiça Eleitoral cumpriram seu papel com eficiência e imparcialidade perante uma disputa eleitoral acirrada.

Além disso, o Ministério Público Federal pediu o afastamento por 90 dias do diretor da PRF, Silvinei Vasques, e a condenação do mesmo por improbidade administrativa sob a argumentação de ter feito o uso indevido do cargo para favorecer a candidatura à reeleição do presidente Jair Bolsonaro, particularmente após uma postagem em na rede social parabenizando o então presidente pela atuação no debate e outra pedindo votos a Bolsonaro nas vésperas do 2º turno.

Por fim, os noticiários destacados nos dão indícios de que o cenário pós-eleição é de muita esperança, sobretudo, para o exercício da democracia, haja vista que as atitudes antidemocráticas vivenciadas nos últimos quatro anos, caracterizadas pela repressão, silenciamento e exclusão das minorias sociais, dos povos e comunidades tradicionais impediram a participação ativa e efetiva da sociedade civil organizada e o exercício de sua cidadania.

Outro destaque percebido foi a constante busca pela união dos poderes, de partidos políticos opostos, ou seja, a incansável luta pelo fim da polarização; no sentido de que não há dois lados, mas um único lado que deve lutar junto, podendo discordar ou opinar, mas de qualquer forma, será ouvido e terá sua opinião levada em consideração. Apesar do Brasil ter por característica a existência de muitos “brasis”, hoje a luta é pela inclusão de todos; há diferenças, sim, mas a harmonia deve prevalecer.

6. Considerações finais: perspectivas e desafios

O segundo turno do período eleitoral brasileiro de 2022 foi caracterizado pela presença dominante de duas concepções políticas antagônicas: de um lado o então presidente, Jair Bolsonaro, e de outro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, esse artigo teve por objetivo analisar a conjuntura brasileira a partir de notícias do Jornal Nacional no período de 26 de outubro a 18 de novembro de 2022, durante o segundo turno do pleito eleitoral de 2022 para a Presidência da República, a fim de responder ao seguinte questionamento: de que forma as notícias veiculadas por meio do Jornal Nacional durante o 2º turno das eleições de 2022 caracterizam a atual conjuntura brasileira?

O período eleitoral não foi tranquilo. Entretanto, demonstrou que o povo tem memória e essa foi a base que construiu e determinou os fatos. Pois a memória determina o que será lembrado individualmente e como será lembrado coletivamente. A memória, seja a individual ou a coletiva, está sempre limitada no espaço e no tempo (Halbwachs, 2006), assim como ocorrera no resultado da apuração de votos no 1º turno das eleições de 2022.

O cenário pré-eleição foi marcado por violência, *fake news* e, conseqüentemente, ameaças à democracia. Os protagonistas foram aliados e defensores do governo Bolsonaro que temiam a perda do poder. Notícias irreais foram espalhadas pelas redes sociais, afrontas à legislação foram realizadas por aqueles que deveriam fiscalizar o seu cumprimento e obediência.

As ações sempre visavam tumultuar o processo e criar condições e argumentos para a sua anulação caso o atual presidente não tivesse sucesso. A falta de escrúpulo, de humanidade, de respeito e de um facismo disfarçado de fanatismo e defesa da democracia, imbuídos de *fake news* trazendo conteúdos como a aprovação do aborto, a defesa da família e o comunismo eram espalhados nas redes sociais. Nesse sentido, as ações do TSE e PF foram primordiais.

O dia da eleição foi marcado, mais uma vez, pela exclusão, pela injustiça aos povos subalternos, representados pelos nordestinos, que sem justificativa passaram por revista, humilhação e pelo quase

cerceamento do direito ao voto. Porém, o povo brasileiro teve o seu direito garantido por intervenção novamente do TSE e do próprio povo, que denunciaram as arbitrariedades. Contudo, apesar dos contratemplos, das injustiças, a vontade do povo prevaleceu: Lula foi eleito novamente presidente do Brasil. Sim, o povo tem memória!

O candidato Luiz Inácio Lula da Silva já havia governado o Brasil no período de 2003 a 2011. Durante seus dois governos, o projeto de governo de Lula foi marcado por significativos avanços sociais, sobretudo para as minorias sociais, trabalhadores e subalternizados. Destacaram-se políticas de transferência de renda para os menos favorecidos, como o lançamento do programa Fome Zero por meio do cartão alimentação, a criação de restaurantes populares, a compra de alimentos de agricultores familiares, a distribuição de leite, a educação alimentar, a construção de poços artesianos nas regiões Norte e Nordeste, a construção de habitação popular com Minha Casa Minha Vida, a alfabetização de crianças e a distribuição de cestas básicas aos marginalizados e subalternizados historicamente.

Podemos também caracterizar que durante os mandatos anteriores de Lula se construiu um projeto democrático que tinha como ênfase a transparência e a dialogicidade com os segmentos da sociedade brasileira, destacando-se, por exemplo, a ampla discussão popular. Por outro lado, com o *slogan* “Brasil acima de Tudo, Deus acima de Todos”, o ex-presidente, Jair Messias Bolsonaro, colocou em curso um projeto político com *modus operandi* da extrema direita, no qual o diálogo cedeu lugar ao autoritarismo velado, à violência autorizada e confirmada por meio de uma política de armamento da população.

A ciência passou a ser questionada, os recursos naturais entregues ao projeto neoliberal, os direitos conquistados pela classe trabalhadora restringidos pelos acordos hegemônicos da burguesia, as minorias sociais subalternizadas foram ignoradas e excluídas dos programas governamentais já adquiridos na história republicana brasileira. Além disso, percebemos o crescimento da insegurança alimentar veiculada nas mídias, o aumento da população em vulnerabilidade social, da miséria, não mais a miséria noticiada, mas aquela sentida ao nosso lado com crianças e famílias pedindo em *shopping centers*, nos semáforos e ruas dos bairros de Belém.

Em suma, a partir das análises das notícias veiculadas pelo JN, constatamos que a conjuntura da eleição de 2022 no Brasil apresentou uma polarização poucas vezes vista na história da República brasileira, pautada em divisões entre direita/esquerda e por sentimentos contraditórios como razão/emoção, esperança/desesperança, amor/ódio, percebidos nos atores sociais envolvidos, considerados, de um lado, conservadores e neoliberais e, de outro, como aqueles que lutam e resistem pela permanência de direitos adquiridos democraticamente. Para esse novo ciclo na história democrática do nosso país, desejamos que prevaleça a esperança, a humanização, a justiça e a liberdade frente às mais diferentes formas de exclusão e que possamos nos construir, de fato, como uma democracia onde todos e todas possuem direitos e deveres iguais, e assim possamos ter uma vida digna e justa.

Referências

ALCKMIN, G. Lula tem a primeira reunião com equipe de transição de governo. [Entrevista concedida ao] **Jornal Nacional**. 07 nov. 2022. Disponível em: <https://t.co/KOSFeerMwp>. Acesso em: 07 nov. 2022.

ANASTASIA, A. Lula escolhe Alckmin para coordenar equipe de transição. [Entrevista concedida ao] **Jornal Nacional**. 1º nov. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/01/lula-escolhe-alckmin-para-coordenar-equipe-de-transicao.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=jn&utm_content=post. Acesso em: 1º nov. 2022.

BARROS, J. D'A. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. **Mouseion**, v. 3, n.5, p. 35-67, Jan-Jul 2009.

COMITATO ORGANIZZATORE DEL LABORATORIO POLITICO. Comprendere e rilanciare la politica dal basso. **Educazione Aperta: Rivista de Pedagogia Critica**, Bari [Itália], n. 5, p. 161-165, 2019. Disponível em: https://www.educazioneaperta.it/media/files/EA_5_2019.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

GOMES, I. M. M. Modo de Endereçamento no Telejornalismo do Horário Nobre Brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. v. 1, p. 54-72. Disponível em: <http://tracc-ufba.com.br/wp-content/uploads/2016/10/TC-IG-03.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2023.

GOMES, I. M. M. Quem o Jornal do SBT pensa que somos? Modo de endereçamento no telejornalismo show. **Revista da Famecos**, n. 25. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3287/3930>. Acesso em: 09 jan. 2023.

FATAH-AL-SISSI, A. Telegrama. [Leitura de parte do telegrama por apresentadores] **Jornal Nacional**. 1º nov. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/01/lula-escolhe-alckmin-para-coordenar-equipe-de-transicao.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=jn&utm_content=post. Acesso em: 1º nov. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GRUPO PRERROGATIVAS. **Quem somos**. Disponível em: <https://prerro.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 04 maio 2023.

HALBWACHS, M. **Memórias Coletivas**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOFFMANN, G. [Presidente do PT]. Lula escolhe Alckmin para coordenar equipe de transição. [Entrevista concedida ao] **Jornal Nacional**. 1º nov. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/01/lula-escolhe-alckmin-para-coordenar-equipe-de-transicao.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=jn&utm_content=post. Acesso em: 1º nov. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Lula escolhe Alckmin para coordenar equipe de transição**. 1º nov. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/01/lula-escolhe-alckmin-para-coordenar-equipe-de-transicao.shtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=jn&utm_content=post. Acesso em: 1º nov. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Moraes nega pedido da campanha de Bolsonaro para investigar suposta irregularidade em inserções em rádios**. 16 de outubro de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/26/moraes-nega-pedido-da-campanha-de-bolsonaro-para-investigar-suposta-irregularidade-em-insercoes-em-radios.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=jn&utm_content=post. Acesso em: 16 out. 2022.

LIRA, A. [presidente da Câmara dos Deputados]. “8/1 - A Democracia Resiste”: documentário revela imagens e depoimentos exclusivos sobre atos golpistas de 8 de janeiro. [Entrevista concedida ao] **Fantástico**. 30 out. 2022. Disponível em: <https://t.co/kVvTA2GyQ7>. Acesso em: 30 out. 2022.

MAIEROVITCH, W. De arma em punho, Carla Zambelli e acompanhantes perseguem homem e o encurralam em lanchonete em São Paulo. [Entrevista concedida ao] **Jornal Nacional**. 29 out. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/29/d-e-arma-em-punho-carla-zambelli-e-acompanhantes-perseguem-homem-e-o-encurralam-em-lanchonete-em-sao-paulo.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=jn. Acesso em: 29 out. 2022.

MIGUEL, L. F. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002. **DADOS: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 289-310, 2003.

MIGUEL, L. F. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-58, jul./dez, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p46/41755>. Acesso em: 30 jan. 2020.

MIGUEL, L. F. Meios de comunicação de massa e política no Brasil. **Diálogos Latinoamericanos**, n. 3, p. 43-70, 2001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16200302>. Acesso em: 08 jan. 2024.

MORAES, A. [Presidente do Tribunal Superior Eleitoral]. Moraes intima diretor da PRF a parar imediatamente operações sobre transporte público de eleitores. [Entrevista concedida a] **Globo News**. 30 out. 2022. Disponível em: <https://t.co/mhy1Huvrro>. Acesso em: 30 out. 2022.

MORAES, A. [Presidente do Tribunal Superior Eleitoral]. Moraes manda desbloquear vias em todo o país e mantém multa a manifestantes. [Entrevista concedida ao] **Jornal Nacional**. 11 nov. 2022. Disponível em: <https://t.co/gzy10ADXUL>. Acesso em: 11 out. 2022.

PAIVA, B. A. de; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Katálisis**, v. 9 Florianópolis, n. 2, p. 166-175, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GLKVhgxtxXMX7QQWzysmhdK/?lang=pt>. Acesso: 8 de jan. 23.

SILVA, C. E. L. da. **Muito além do Jardim Botânico**: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. 4 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

SILVA, L. I. L. da. [Presidente eleito da República]. “8/1 - A Democracia Resiste”: documentário revela imagens e depoimentos exclusivos sobre atos golpistas de 8 de janeiro. [Depoimento transmitido ao vivo]. **Fantástico**. 30 out. 2022. Disponível em: <https://t.co/kVkTA2Y14f>. Acesso em: 30 out. 2022.

SILVA, L. I. L. da. [Presidente eleito da República]. Lula se reúne com os presidentes da Câmara, do Senado, do STF e do TSE. [Entrevista concedida ao] **Jornal Nacional**. 9 nov. 2022. Disponível em: <https://t.co/Anh48PukSD>. Acesso em: 09 nov. 2022.

SILVA, L. I. L. da. [Presidente eleito da República]. Lula se encontra, em Lisboa, com presidente e primeiro-ministro de Portugal. [Em entrevista ao] **Jornal Nacional**. 18 nov. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/11/18/lula-se-encontra-em-lisboa-com-presidente-e-primeiro-ministro-de-portugal.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=jn&utm_content=post. Acesso em: 18 nov. 2022.

VIEIRA, R. de L. Como Fazer ‘Análise de conjuntura’ numa Abordagem Histórica. In: CORSI, L. F.; CAMARGO, J. M. (orgs.). **A conjuntura econômica e política brasileira e argentina**. Marília: Oficina Universitária, 2015. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

A escrita é um ato de alquimia, de criar alma, de buscar o “eu” do centro da existência humana, de desconstruir um “outro” que foi imposto, segundo Anzaldúa (2000). Nessa construção, o sujeito que nasce não é menos medroso, porém, é um sujeito muito mais corajoso, no sentido do “ser mais”, e decidido a escrever suas palavras. De certa forma, esse sujeito é retratado na coletânea sobre as eleições brasileiras de 2022, que trouxe a necessidade de refletir um contexto político completamente polarizado, com definições ideológicas e projetos políticos em campos contrários, porém não dialéticos (Adriane Lima).